



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZONICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

DIOGO LUAN UCHÔA DA LUZ

**SEGREGAÇÃO E SOCIABILIDADE EM ÁREAS RESIDENCIAIS DE INTERESSE
SOCIAL: o programa minha casa, minha vida e seu entorno**

Belém, PA
2017

DIOGO LUAN UCHÔA DA LUZ

SEGREGAÇÃO E SOCIABILIDADE EM ÁREAS RESIDENCIAIS DE INTERESSE SOCIAL: o programa minha casa, minha vida e seu entorno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simaia do Socorro Sales das Mercês

Belém, PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Luz, Diogo Luan Uchôa da

Segregação e sociabilidade em áreas residenciais de interesse social: o programa minha casa, minha vida e seu entorno / Diogo Uchôa da Luz ; Orientadora, Simaia do Socorro Sales das Mercês. - 2017.

141 f.: il.; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018

1. Sociabilidade. 2. Segregação urbana. 3. Comunidades planejadas. I. Mercês, Simaia do Socorro Sales das L., Orientadora. II. Título.

CDD 21. ed.711.4

Elaborada por
Rosângela Caldas Mourão
CRB-2/888

DIOGO LUAN UCHÔA

SEGREGAÇÃO E SOCIABILIDADE EM ÁREAS RESIDENCIAIS DE INTERESSE SOCIAL: o programa minha casa, minha vida e seu entorno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Aprovada em: agosto de 2017

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Simaia do Socorro Sales das Mercês
Orientadora - PPGDSTU-NAEA/UFPA

Profa. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Examinador interno – PPGDSTU-NAEA/UFPA

Prof. Dr. Antônio Mauricio Dias da Costa
Examinador interno – IFCH/UFPA

Dedico este trabalho a todosaqueles que
contribuíram para suarealização.

AGRADECIMENTOS

Mesmo reconhecendo que estou longe de ser o mais crente e devoto dos cristãos, gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus por me ter permitido concluir esta dissertação.

Em segundo lugar agradeço aos meus pais Aldo Souza Luz e Maria Edite Uchôa por me apoiarem nos meus estudos, não apenas a nível de Ensino Superior, mas desde sempre.

Agradeço à minha professora e orientadora Doutora Simaia do Socorro Sales das Mercês, por todos esses anos de orientação, dedicação e paciência em relação à minha formação acadêmica.

Agradeço aos professores da banca, Antônio Maurício Dias da Costa e Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior pelas indicações e por me concederem uma parte de seu tempo para avaliação desta dissertação de mestrado.

Um agradecimento especial para Rita de Cássia Paiva – mamis – por todos os aconselhamentos que me prestou desde que nos conhecemos, por todas as vezes que me permitiu chorar em seus ombros, por todas as vezes que fez de sua casa o refúgio do nosso bando.

Agradeço à Daniele Mendonça de Paula Chaves por ser a melhor irmã não biológica que eu poderia ter. Obrigado maninha, pela amizade, pelos conselhos, pela ajuda nesta dissertação, por tudo.

Tenho que prestar um agradecimento especial ao Sr. Prisco e sua família. Obrigado por me acolherem durante todos os momentos em que precisei, pelo auxílio durante as pesquisas no Residencial Paulo Fonteles II e por me cederem, sempre que eu requisitei, um espaço na sua moradia e no seu ambiente familiar.

Por fim, agradeço à Janaína Araújo. Você entrou há pouco na minha vida e de forma inesperada, mas no momento em que eu mais precisei. Foi você quem me estendeu a mão e mostrou que sempre é possível recomeçar. Você é o motivo das minhas maiores alegrias e dos meus melhores sorrisos. Obrigado por tudo, meu amor. Pelo companheirismo, pela amizade, pelas brincadeiras, pelas críticas, pelos nossos planos e por toda ajuda que me prestou desde que nos conhecemos. Eu amo você.

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, com os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais tampouco quer o seu Estado.

(Friedrich Engels)

Segregação e sociabilidade em áreas residenciais de interesse social: o Programa Minha Casa, Minha Vida e seu entorno em Ananindeua-PA

RESUMO

Segregação e sociabilidade em empreendimento de habitação popular. Esta dissertação trata da análise das formas de sociabilidade dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida/Faixa 1 no Estado do Pará residentes do Residencial Paulo Fonteles II, localizado no Município de Ananindeua. Este trabalho é uma etnografia que deriva de constatações realizadas em estudos anteriores e buscou-se analisar quais as implicações que a moradia na forma condomínio fechado possui sobre a sociabilidade e segregação de seus moradores em relação aos residentes do entorno. São apresentadas nesta dissertação análises sobre os conceitos de segregação e sociabilidade, e também é utilizada categorias e contribuições de autores da Antropologia Urbana. Em pesquisas anteriores foi possível constatar que em funções de vários problemas, em especial aqueles relacionados à segurança, os moradores do residencial promoveram um reforço da segregação. Atualmente os residentes do condomínio não sustentam mais a ideia de que reforçar os muros e o controle sobre o acesso contribua efetivamente para a resolução dos problemas. A moradia na forma de condomínio fechado tem impactado a sociabilidade dos moradores do Residencial Paulo Fonteles II impondo-lhes algumas limitações sobre sua expansão para além dos muros do empreendimento. No entanto, foi possível verificar que algumas pessoas conseguiram estabelecer relações com moradores do entorno em função da satisfação de necessidades específicas. Ainda que existam dificuldades para as relações com os residentes do entorno do condomínio e também internamente ao mesmo, os laços que os moradores do residencial estabeleceram em seus antigos locais de moradia ainda permanecem sólidos e lhes permite satisfazer parte de suas necessidades.

Palavras-chave: Sociabilidade. Segregação socioespacial. Programa Minha Casa, Minha Vida. Residencial Paulo Fonteles II.

ABSTRACT

Segregation and sociability in real estate development of social interest: this dissertation analyses the sociability procedures of the recipients of the Program My Home My Life/Range 1 who live in Residencial Paulo Fonteles II, located at Ananindeua municipality of Pará State, Brazil. It is an ethnographical study that derives of findings from previous studies in which it was pursued to analyse the implications of popular housing in the form of closed condominium has on the segregation and sociability of the residents related to others in their surrounding area. In this work there are presented analysis on the concepts of segregation and sociability and are also used categories and contributions from authors of Social Anthropology field. In previous researchers it could be observed that, due to many problems, specially those related to security, the condominium residents developed a kind of segregation enforcement. The used methodology included participant observation in Residencial Paulo Fonteles II and its surrounding area, and interviews with the residents in both areas. Popular housing in the form of closed condominium has caused an impact on the Residencial Paulo Fonteles II residents imposing them some restrictions about its expansion beyond the surrounding walls. Partially, such relations derivate the fact of both residents have their own specific different interests. Some of these relations shaped a series of contrary opinions because of they defy the logic of the control of access to the condominium. The unauthorized people entrance is the reason of certain dissatisfaction in many of the condominium residents. Even though difficulties with the surrounding area residents and also the inner ones, the bonds with the earliest residencies have not been broken. And, even considering the segregation enforcement by the walls and entrance control should solve the problems related to security is in discredit, the Residencial Paulo Fonteles II residents keep the opinion that the closed condominium, because it is a segregated environment, it is the most suitable kind of housing to them.

Key words: sociability. Sociospatial segregation. Program my house, My life. Residencial Paulo fonteles II.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Região Metropolitana de Belém parcial e localização do Residencial Paulo Fonteles II em relação a importantes eixos viários.....	14
Figura 1-	Residencial Paulo Fonteles II.....	15
Quadro 1-	Estado do Pará: Empreendimentos do PMCMV/Faixa 1 da tipologia condomínio fechado, 2016.....	17
Fotografia 1-	Blocos de apartamentos do RPF II, Quadra B.....	97
Fotografia 2-	Blocos de apartamentos do RPF II, Quadra C.....	98
Fotografia 3-	Blocos de apartamento do RPF II, Quadra E.....	98
Fotografia 4-	Muros do RPF II.....	99
Fotografia 5-	Salão de festas do RPF II.....	101
Fotografia 6-	Praça do RPF II.....	102
Fotografia 7-	Campo de futebol do RPF II.....	102
Fotografia 8-	Brinquedos do playground do RPF II.....	103
Fotografia 9-	Brinquedo do playground do RPF II.....	103
Fotografia 10-	Área verde e olho d'água do RPF II.....	104
Fotografia 11-	Ruas das quadras C, D e E do RPF II.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia de Habitação
BNH	Banco Nacional de Habitação
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
MCidades	Ministério das Cidades
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
RJCG	Residencial Jardim Campo Grande
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPF II	Residencial Paulo Fonteles II
SMs	Salários mínimos
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHs	Unidades habitacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	29
2.1	O Programa Minha Casa Minha Vida no contexto da história da intervenção estatal sobre a habitação.....	29
2.2	O Residencial Paulo Fonteles II.....	41
3	O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E OS CONDOMÍNIOS FECHADOS.....	44
3.1	Considerações sobre a formação do conceito de segregação.....	44
3.2	Os condomínios fechados como uma manifestação recente do processo de segregação.....	58
3.3	Os condomínios fechados e a ideia de comunidade.....	60
4	SOBRE O CONCEITO DE SOCIABILIDADE.....	77
5	AS CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	91
6	A ANÁLISE SOBRE A SOCIABILIDADE NO RPF II E SEU ENTORNO.....	96
6.1	O espaço físico do RPF II e os seus moradores.....	96
6.2	A sociabilidade nos espaços de uso comum do RPF II.....	106
6.3	As festas e confraternizações familiares do RPF II.....	112
6.4	O jogo de dominó.....	116
6.5	As conversas com os moradores do RPF II.....	119
6.6	As conversas com os moradores do entorno do RPF II.....	126
6.7	Características da sociabilidade dos moradores do RPF II.....	128
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
	REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

Os temas mais relevantes abordados neste projeto de dissertação são sociabilidade, segregação e política habitacional. A sociabilidade é entendida, principalmente, a partir das considerações de Simmel (2006) como o conjunto de interações nas quais os indivíduos buscam mútua satisfação, mas também a realização de seus interesses. A esse entendimento, agregou-se a concepção de Norbert Elias (1980) que também nega a atomização dos indivíduos e afirma que a interdependência é a principal característica das relações entre indivíduos e grupos. A formação do conceito de segregação, por sua vez, surgiu nos estudos que analisavam o contexto de intensa imigração para os Estados Unidos que marcou o final do século XIX e início do século XX. Com o passar do tempo, o conceito passou por várias releituras e atualizações que possibilitaram a apreensão do fenômeno a que ele se refere como um processo social e permitiu uma melhor compreensão das transformações no espaço urbano capitalista. O conceito de segregação utilizado neste projeto é o de Maria Encarnação Beltrão Sposito (2013), que considera a segregação como um processo social que impõe separação espacial dificultando as relações entre as partes da cidade.

Nas suas mais recentes manifestações, o processo de segregação produz, entre outras formas espaciais, áreas residenciais fechadas – os condomínios. Estes ambientes são difundidos mundialmente e, na sua origem, foram erigidos na tentativa de responder a determinados anseios das classes sociais mais abastadas. A forma condomínio fechado transforma a qualidade do espaço público e das interações dos cidadãos em público, aprofundando a segregação espacial e a discriminação social em áreas urbanas. Esse tipo de assentamento, conhecido como condomínio fechado, tem sua origem na tentativa de recriação de laços comunitários entre iguais como forma de se defender das consequências da individualidade da sociedade capitalista (BAUMAN, 2003). Agrega-se ao individualismo a necessidade de proteção contra violência e o medo combinados a processos de mudança social nas cidades contemporâneas e vem se difundindo nas cidades em todo o mundo a partir das elites, alcançando também as demais classes e grupos sociais (CALDEIRA, 2011). No Brasil, isso se verifica, inclusive, em meio às periferias urbanas, caracterizadas, em termos gerais, pela homogeneidade social e desigualdade face aos centros, o que, por si, justifica a tentativa de entender a adoção desse tipo de assentamento por segmentos populares. Como será visto mais adiante, encontraram-se poucas referências bibliográficas a respeito de estudos nessa direção.

A forma condomínio fechado está sendo adotada em parte dos empreendimentos residenciais contratados por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), inclusive naqueles da Faixa 1, que são os destinados às famílias com renda até R\$ 1.800,00.

Esta dissertação tem como objetivo central analisar a sociabilidade existente em empreendimentos da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha (PMCMV) no estado do Pará através da análise das relações sociais estabelecidas entre os seus beneficiários e os residentes¹ do entorno dos empreendimentos. A faixa 1 se destina às classes sociais tidas como de baixa renda e corresponde ao limite de R\$ 1800,00 nos rendimentos familiares.

O que surpreende no caso do PMCMV, e que justifica a escolha do objeto empírico, além de a separação e discriminação ocorrerem em relação a grupos de população que se encontram na mesma categoria social dos beneficiários do Programa, é o fato de ser parte de um programa governamental desenvolvido como a principal política habitacional de interesse social no Brasil nos últimos oito anos.

Esse Programa foi criado em 25 de março de 2009 através da Medida Provisória (MP) nº 459, convertida na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho do mesmo ano, com o objetivo de combater, por meio de uma política keynesiana, a crise econômica mundial iniciada em 2008 e também reduzir o déficit habitacional do país. A Segunda Fase foi iniciada com a promulgação da Lei Federal nº 12.722 e já foi anunciada uma terceira fase, proposta pelo Projeto de Lei Federal nº 4.960, de 8 de abril de 2016, ainda em tramitação no Congresso Nacional. Até o momento o Programa foi responsável pela produção de 2.632.953 UHs em todo país, segundo informações oficiais do Ministério das Cidades (MCidades).

A forma condomínio fechado está sendo adotada pelo PMCMV em vários estados brasileiros, mas em razão da facilidade logística e da metodologia privilegiada neste projeto, fez-se a escolha por estudar os empreendimentos da faixa 1 localizados no estado do Pará. Quanto ao recorte temporal, o estudo se dedica a um dos empreendimentos desse tipo entregues desde o início do Programa.

O PMCMV surge em um contexto político de fortalecimento das políticas habitacionais. Já no cenário econômico, o dinamismo do mercado imobiliário que vinha se verificando desde o ano de 2005 estava potencialmente ameaçado pela crise econômica mundial iniciada no ano de 2008 (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

¹ Por meio do termo “residentes” compreendemos todos os moradores do RPF II, tanto os chefes de famílias como seus filhos. A pesquisa, no entanto, priorizou a abordagem sobre os chefes de famílias e os jovens.

Neste contexto econômico e político, o PMCMV afirma-se como uma política econômica que busca impactar a economia por meio da construção civil e atender ao déficit habitacional do país por meio da construção de 1 milhão de habitações – em sua primeira etapa. Para Arantes e Fix (2009) a disponibilidade de recursos, da ordem de R\$ 34 bilhões, de fato possibilitaria uma política habitacional ampla o suficiente para atingir fins sociais em uma larga escala. Vários problemas, no entanto, irão se apresentar.

O público alvo do PMCMV inclui famílias com renda entre 0 e 10 salários mínimos (SMs), portanto não se trata de uma política pública com objetivos apenas sociais de atender ao déficit habitacional do país, mas também busca satisfazer ao mercado da moradia. Os grupos definidos inicialmente foram os seguintes: famílias com renda entre 0-3 SMs, famílias com renda entre 3-6 SMs e famílias com renda entre 6-10 SMs (LEI 11.977, 2009).

Atualmente, a Faixa 1 é o grupo entendido como de interesse social, que corresponde a famílias com renda até R\$ 1800,00. O programa também reconhece os casos nos quais apenas um cônjuge se faz presente – com prioridade para as mulheres –, e também prioriza as famílias que perderam imóveis em função de serem vítimas de “enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero”, e também aquelas em que se fazem presentes pessoas que são portadoras de necessidades especiais (LEI 13.274, 2016).

A aprovação dos projetos habitacionais é de competência da Caixa Econômica Federal (CEF), esta compra os empreendimentos de empresas privadas que posteriormente são repassadas para os beneficiários seguindo os critérios de seleção e atendendo a listas de demanda de Estados e municípios nos casos de famílias de 0-3 SMs. Para as outras faixas de renda os interessados comercializam as UHs junto as empresas, o que não exclui a possibilidade de financiamentos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). A partir do final do ano de 2012 o Banco do Brasil também passa a financiar a compra de imóveis junto ao PMCMV.

No Pará, o ano de 2017 foram contratados 127 empreendimentos habitacionais (imóvel urbano) e foram entregues com total de 45.492 UHs. Destes últimos, apenas 4 são condomínios fechados e outros dois haviam sido contratados. O Quadro 1 abaixo trás informações sobre os empreendimentos que seguem a forma de condomínios fechados e que haviam sido entregues.

Quadro 1- Estado do Pará: Empreendimentos do PMCMV/Faixa 1 da tipologia condomínio fechado, 2016.

<i>Nome</i>	<i>Município</i>	<i>Unidades habitacionais</i>	<i>Data da Entrega</i>
Residencial Padre Pietro Gerosa	Ananindeua	500	10/12/2013
Residencial Jardim Campo Grande	Ananindeua	420	21/01/2012
Residencial Paulo Fonteles II	Ananindeua	224	09/07/2011
Residencial Taguara	Ananindeua	192	20/12/2012

Fonte: Caixa Econômica Federal

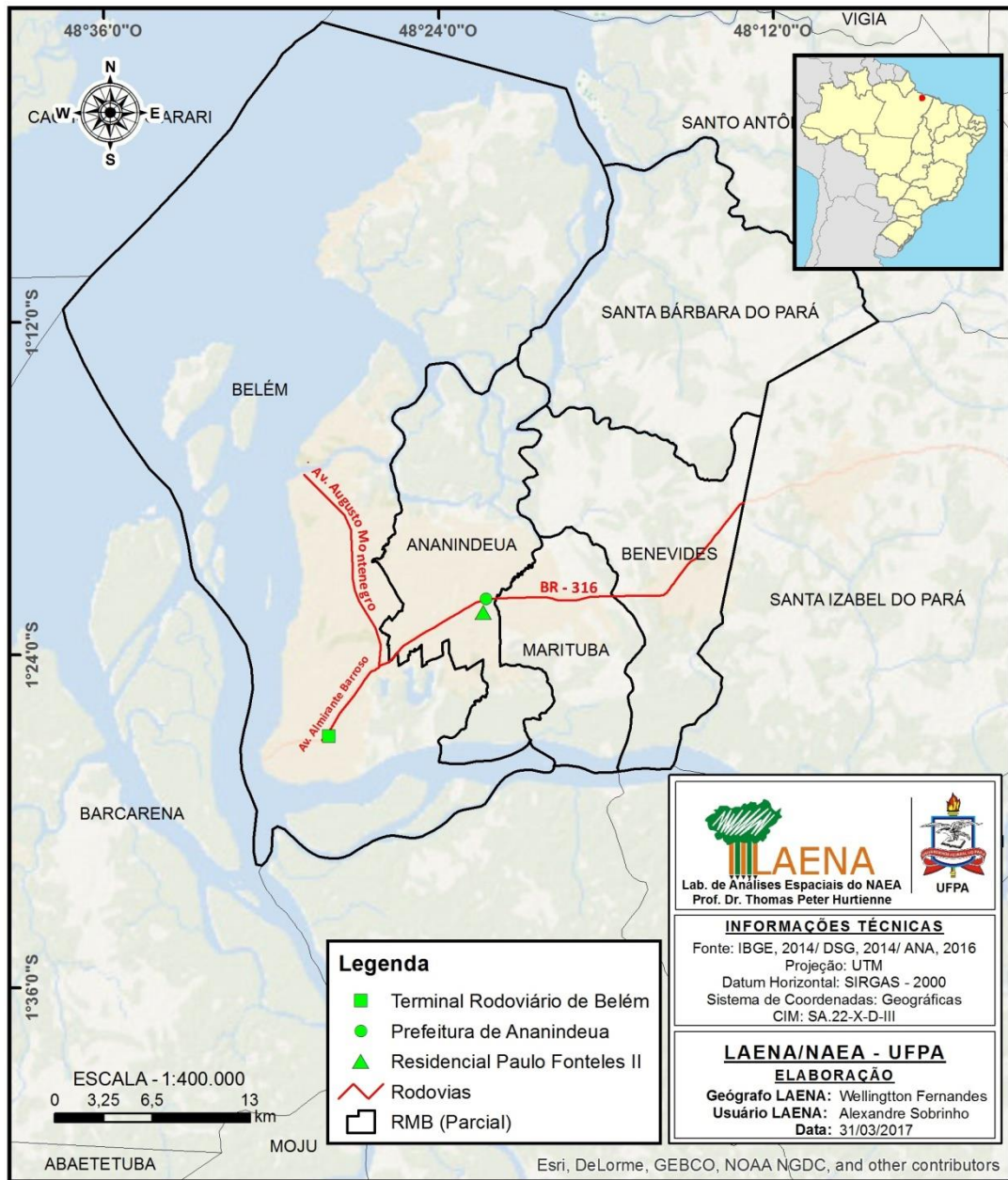
Percebe-se que, a partir da leitura do quadro, os condomínios estão concentrados no município de Ananindeua, o segundo município mais populoso da RMB.

O PMCMV tem se afirmado como o principal meio pelo qual as camadas de baixa renda consegue adquirir um imóvel em uma área regularizada e com condições mínimas de qualidade. Entretanto, contribui para uma série de fatores que podem intensificar os problemas urbanos. Este estudo contribui em analisar os impactos sobre a sociabilidade.

O meu interesse por este campo teórico é decorrente da minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante o período 2011 – 2014 sob a orientação de Simaia do Socorro Sales das Mercês, pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em minhas incursões em campo realizei estudos nos empreendimentos denominados Residencial Paulo Fonteles II (RPF II) e Residencial Jardim Campo Grande (RJCG), ambos localizados no município de Ananindeua e integrantes da produção habitacional do PMCMV destinados à população de menor renda.

A pesquisa inicial do PIBIC (2011 – 2012) analisava o produto das formas recentes de provisão da moradia na Região Metropolitana de Belém (RMB). Em função desta pesquisa pude entrar em contato com a população do RPF II. A localização do RPF II é mostrada no Mapa 1. Trata-se da localização em relação a alguns eixos viários. Por meio da Figura 1 trazemos a imagem aérea do residencial.

Mapa 1- Região Metropolitana de Belém parcial e localização do Residencial Paulo Fonteles II em relação a importantes eixos viários



Fonte: NAEA (2000).

Figura 1- Residencial Paulo Fonteles II

Fonte: Google Earth (2017).

Percebe-se que o RPF II não foi construído em uma localidade desprovida de ocupações urbanas, como comumente ocorre em empreendimentos do PMCMV destinados à Faixa 1 segundo a análise de vários autores que expomos no capítulo que tratará do referido programa. Através da leitura da figura também é possível constatar que o condomínio, que possui 5 blocos de apartamentos, também representou um grande incremento populacional para esta área.

Foi através destes estudos iniciais que eu pude construir uma aproximação junto aos beneficiários dos empreendimentos citados, sobretudo no caso do RPF II, empreendimento no qual me detive por mais tempo. Essa aproximação ocorreu primeiramente em relação às principais lideranças que participaram ativamente de movimentos sociais e reivindicações junto ao poder público para que se concretizasse a entrega do RPF II

Consegui estabeleci um vínculo pessoal de amizade com o Sr. Milton², um dos membros dos vários movimentos sociais que se manifestaram ativamente pressionando o poder público para que o RPF II viesse a ser lançado. O contato Sr. Milton e sua família foram fundamentais para que se realizassem todas as pesquisas que eu desenvolvi no RPF II.

²Os nomes das pessoas que participaram desta pesquisa foram substituídos por pseudônimos.

Essa aproximação com os moradores do RPF II me permitiu aprofundar algumas questões presentes nos questionários. Por meio do exercício destas pesquisas constatamos que estava ocorrendo um fechamento do residencial através do reforço da segregação – aumento dos muros e controle sobre a portaria. Para justificar esse fechamento os beneficiários alegavam problemas de segurança e criminalidade.

O controle de portaria e, sobretudo, o investimento nos muros do RPF II representam, na opinião dos moradores, o principal forma de obter mais segurança no curto prazo. É importante ressaltar que durante a pesquisa realizada no RJCG no período 2012 – 2013 foram obtidas informações muito similares aquelas coletadas RPF II.

Em um desses estudos anteriores desenvolvido pelo discente e a orientadora (LUZ; MERCÊS, 2014) surgiram indagações referentes a práticas e discursos de beneficiários de políticas habitacionais que legitimavam sua segregação como meio de contornar problemas que surgiram na pós-ocupação dos empreendimentos. Esse estudo, no entanto, não foi suficiente para expor com clareza os impactos que a difusão de um ideal de segregação entre as camadas populares representa para a sua sociabilidade.

Grande parte da literatura que trata do PMCMV tem se dedicado ao estudo e análise da sua estrutura enquanto política habitacional, com vários trabalhos que problematizam a ampla participação da iniciativa privada em uma política pública e também trabalhos que tratam dos vários impactos de seus empreendimentos na malha urbana e ainda os problemas da pós-ocupação.

Trabalhos iniciais como o artigo de Arantes e Fix (2009) mencionavam as contradições de uma política macroeconômica que também almeja fins sociais. Entre os mais importantes pontos frisados pelos autores podemos destacar o descompasso entre o PMCMV e as demais políticas urbanas, a concentração de poder decisório atribuído à iniciativa privada e a tendência de reforço no processo de segregação. Estas questões, com maior ou menor destaque, são apontadas em uma série de trabalhos posteriores.

As análises de Cardoso, Aragão e Araújo (2011) e o trabalho organizado por Cardoso e Aragão (2013) já oferecem informações sobre impactos urbanísticos do PMCMV. Muitas pesquisas questionam a condução do programa, que em grande medida se dá por intermédio da iniciativa privada e atribuem a este fator uma série de problemas.

Em estudo sobre a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) Pequeno e Freitas focam em problemas decorrentes da busca de terras para a produção habitacional pública. Pequeno e Freitas (2013) constatam as advertências iniciais de Arantes e Fix (2009). A busca de lucro

pelas empresas privadas faz com que as mesmas reservem as terras melhor localizadas para as faixas de 3 a 6 e 6 a 10 SM.

A contradição inerente ao PMCMV, de ser uma política habitacional com fins sociais e de ser também um dinamizador da economia, faz com que os terrenos mais distantes das centralidades e com baixa infraestrutura urbana sejam reservados para as classes sociais mais baixas que são também as mais necessitadas de intervenções públicas para conseguir moradia. Pequeno e Freitas (2013) também mencionam os descompassos entre o PMCMV e o planejamento e legislações municipais da RMF além do uso impróprio de terras que eram destinadas a intervenções habitacionais. As considerações de Pequeno e Freitas (2013) também não enfatizavam relações sociais decorrentes da intervenção.

O Estudo de Cardoso et al (2013) já abordava a temática de famílias de menor renda sendo inseridas em condomínios fechados por meio do PMCMV 0-3 SM no Estado do Rio de Janeiro. Este estudo apontava para uma série de dificuldades enfrentadas pelos moradores relacionadas com o custo de manutenção de um condomínio e a localização segregada do mesmo. Esta situação resultava em uma série de dificuldades para os residentes dos empreendimentos, inclusive em seu relacionamento com os moradores do entorno. A sociabilidade, entretanto, não era o tema central do estudo citado.

Partindo do estudo das novas configurações espaciais decorrente da implantação dos empreendimentos do PMCMV na Região Metropolitana de Natal (RMN), e se concentrando na faixa de 0-3 SM, Moura (2016) analisa os impactos do ponto de vista da desterritorialização (como consequência da segregação), sendo esta decorrente da perda das relações que os beneficiários do PMCMV possuíam no seu antigo local de residência. Os beneficiários são obrigados a desenvolver novas relações nos seus novos espaços de moradia, mas para isso enfrentam as adversidades decorrentes de um local de moradia que, na maior parte dos casos estudados por Moura (2016), é carente de infraestrutura e impõe dificuldades de várias naturezas.

Analisando diretamente a segregação Rolnik et al. (2016) estudam o PMCMV para a faixa de 0-3 SM em São Paulo e Campinas. A pesquisa compreende o período 2009 – 2012 e, apesar da inserção de classes sociais que até então estavam excluídas das possibilidades de financiamento habitacional, do grande volume de subsídios, a forma de inserção dos empreendimentos reproduz o padrão histórico de segregação com assentamentos populares em áreas periféricas e limítrofes.

Também priorizando a segregação Silva e Tourinho (2015) afirmam que o PMCMV tem reforçado esse processo na RMB. Por meio de um mapeamento dos empreendimentos do

PMCMV constatam que aqueles destinados as camadas de baixa renda estão majoritariamente localizados em áreas periféricas, reforçando assim o padrão de segregação que precedeu esta importante política habitacional.

Ainda sobre a RMB e no tocante a políticas de habitação, Abelém (1982) analisa intervenções estatais que tinham por objetivo a remoção de famílias de áreas de baixadas (locais conhecidos por alagamentos recorrentes) da cidade de Belém. O trabalho analisa as políticas públicas voltadas para a urbanização das áreas de baixada³, dando ênfase para as representações dos planejadores sobre o problema e para a visão da população impactada pelos projetos.

Em sua pesquisa de Abelém (1982) demonstra o papel da ideologia sobre o planejamento do Estado, que trabalha visando à valorização das áreas de baixada não em benefício da população ali residente, mas para o mercado imobiliário. A autora evidencia assim como o planejamento não se comunica com os reais interesses das populações mais pobres residentes das baixadas, mas com a reprodução do capital no espaço da cidade.

Também desempenhando uma análise que envolve as áreas de baixadas de Belém, Trindade Júnior (1993) evidencia a precariedade estrutural imposta à população de menor renda que reside nestes espaços, ainda que os mesmos lhes possibilitem algumas vantagens por estarem próximos de comércios e postos de trabalho. As intervenções do Estado no saneamento das baixadas e a conseqüente valorização do solo impôs as famílias ali residentes o remanejamento para outros locais da cidade, como o bairro da Marambaia, que naquele momento não era habitado e, portanto, era considerado um local distante das centralidades.

Após o remanejamento, Trindade Júnior (1993) constata que muitas das famílias residentes das áreas alagadas não conseguiram se adaptar aos novos locais de moradia e nem arcar com o pagamento das mesmas. Na contrapartida, as antigas áreas, depois de saneadas e urbanizadas, são ocupadas por setores de renda média e alta que priorizam o valor de troca do solo urbano.

O Estado, por sua vez, atuou de forma decisiva em ambos os processos uma vez que foram as obras de saneamento que permitiram tanto a valorização do solo como a possibilidade da verticalização na área analisada por Trindade Júnior (1993). Todas essas transformações no espaço urbano analisadas por Trindade Júnior (1993) estavam conectadas com o interesse do Estado na integração da Amazônia às novas lógicas da acumulação

³Trata-se do Programa de Recuperação das Baixadas de Belém.

capitalista. Os interesses e agentes envolvidos no processo conferiram uma grande diversidade e complexidade sobre as formas de uso e apropriação do solo.

A pesquisa de Lavos, (2009), embora não se refira ao PMCMV, se aproxima de nossa temática de estudo. Partindo da análise etnográfica e micro-sociológica e de conceitos como modo de vida e espaço coletivo, e com uma metodologia que incluía entrevistas sobre a história de vida dos moradores e observação, Lavos (2009) tenta interpretar as relações que os indivíduos estabelecem entre si e como as mesmas influenciam na construção de um espaço coletivo caracterizado por uma série de regras e, por fim, como isto pode modificar as relações políticas dos moradores para com o restante da cidade.

As análises de Lavos (2009) revelam as dificuldades de adaptação dos moradores em ambientes condominiais, além da desconfiança em relação às instituições públicas, o que fundamenta a concepção da Companhia de Habitação do Estado de São Paulo (COHAB-SP) como agente fiscalizador e não de apoio. Por fim, após várias considerações sobre a política e alguns problemas na cidade de Tiradentes e relatos de entrevistados, entre moradores e representantes de instituições laicas e religiosas, Lavos (2009) constata a mediação da mercadoria em várias relações, inclusive entre vizinhos, que as identidades e a coletividade são permeadas por tensões e a política habitacional acaba criando contornos normativos e coercitivos.

O trabalho de Teixeira (2009) sobre condomínios de Belo Horizonte também nos traz contribuições sobre o estudo da sociabilidade, ainda que a autora não esteja analisando um contexto de habitações populares. Em suas observações a autora identificou que a população do condomínio que se propôs a investigar é formada por dois grupos de moradores, os antigos, que buscam no condomínio um estilo de vida mais ameno, e os novos moradores, que são acusados pelos antigos de serem obcecados por segurança e privacidade e de estarem interessados apenas no *status* social atribuído as pessoas que residem em condomínios de classe média. Ambos os grupos – novos e antigos moradores – possuem visões negativas sobre o estilo de vida um do outro e se acusam, mutuamente, de não estarem interessados em construir relações mais sólidas. As análises de Teixeira (2009) demonstram que a experiência de viver em condomínio não se limita aos problemas de segurança e violência, mas também envolve todo um imaginário sobre a forma de viver.

Outro estudo desenvolvido no âmbito dos condomínios fechados, mas tratando de indivíduos de classe média e de imóveis produzidos fora do sistema do PMCMV, foi desenvolvido por Santos Júnior (2009), no Rio de Janeiro. Os objetivos de Santos Junior (2009) eram investigar as formas de socialização dos moradores de condomínios dentro de

seu espaço de vivência e no seu entorno imediato. Além da investigação sobre a sociabilidade, Santos Junior (2009) também promove a discussão sobre a implementação dos condomínios e seus impactos socioespaciais no espaço metropolitano, em especial o processo de segregação. Esta etapa do estudo se deu por meio do resgate da literatura sobre condomínios fechados e processo de segregação. Através de entrevistas, Santos Junior (2009) consegue identificar o papel que a ideia de comunidade para justificar a residência em condomínios e também registrou que os moradores de condomínios da Barra da Tijuca têm suas relações marcadas por conflitos geracionais com certa desconfiança sobre os mais jovens. Também identificou um conjunto de relações entre os moradores dos condomínios e o seu entorno imediato, mas a concepção baumaniana de comunidade, um dos conceitos utilizados por Santos Junior(2009), não se reproduzia nesses ambientes.

Também dedicado ao estudo da sociabilidade, Costa (1997) analisa as formas de lazer de uma ocupação em uma área da periferia do município de Belém. Em seu estudo Costa (1997) analisa as práticas de lazer que ocorrem no espaço da ocupação e como este lazer está inserido em um contexto maior de relações sociais que envolvem vários atores sociais. O espaço da ocupação estudado por Costa (1997) era o cenário de várias disputas que ocorriam entre instituições e moradores. Em certa medida era nos momentos de lazer que as disputas e conflitos existentes entre os atores se manifestavam. Por meio da análise do lazer, Costa (1997) constatou que a sociabilidade na área de ocupação era marcada por tensões que remetiam a territorialidade dos grupos envolvidos.

Esses trabalhos são relevantes para a compreensão do objeto empírico e dos temas elencados, mas nesta pesquisa daremos atenção às relações sociais estabelecidas pelos beneficiários de empreendimentos do PMCMV/Faixa 1 que segue a forma de condomínio fechado. A utilização de empreendimentos seguindo essa forma ocorre em vários estados do Brasil. A facilidade logística e o conhecimento já acumulado em relação ao RPF II e seus beneficiários foram fatores que contribuíram para selecionar o empreendimento para análise.

O objetivo desta pesquisa é Analisar e interpretar a influência da moradia em condomínio fechado sobre a sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará, focalizando as transformações na sua sociabilidade e as relações entre estes e os moradores das áreas de entorno dos condomínios.

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar e analisar padrões de sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado;

- b)** Identificar as características da sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado que estão relacionadas com condições gerais, tais como o medo e a sensação de insegurança generalizados, a individualidade que atravessa a sociedade contemporânea etc.;
- c)** Identificar as características da sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado que estão relacionadas a esse tipo de moradia; e
- d)** Considerando a moradia anterior e a atual moradia, identificar se houve e, se sim, analisar as transformações observadas na sociabilidade entre os beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado e os moradores das áreas de entorno da moradia;

A nossa questão principal é: existem influências da moradia em condomínio fechado sobre a sociabilidade da população beneficiária do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará e, se sim, quais são suas implicações sociais?

Também levantamos as seguintes questões secundárias:

- a)** Quais os padrões de sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado?
- b)** Quais características da sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado estão relacionadas com condições gerais?
- c)** Quais características da sociabilidade dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado estão relacionadas a esse tipo de moradia?
- d)** Houve transformações na sociabilidade entre os beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado e os moradores das áreas de entorno, considerando-se a moradia anterior e a atual moradia, e, se sim, quais são os fatores dessa transformação?
- e)** Quais as implicações da sociabilidade entre os beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará residentes em condomínio fechado e os moradores das áreas de entorno do condomínio para a solidariedade, os conflitos e a segregação social?

A hipótese principal que norteará o estudo é que a mudança dos beneficiários do PMCMV/Faixa 1 no estado do Pará para moradia em condomínios contribuiu para

transformar o tipo de relação que estes mantinham com residentes nas áreas de entorno da sua moradia, favorecendo o isolamento social. Esse papel da forma da moradia se insere num contexto social, em que as transformações na sociabilidade observada são provocadas, por um lado, pelo rompimento dos laços sociais que eram consolidados no local de origem e que propiciavam uma relativa sensação de segurança e, por outro lado, pela percepção negativa da população residente no entorno da nova moradia, construída a partir do imaginário social e dos problemas ocorridos após a mudança para o condomínio, resultando em relações conflituosas e na busca de reforço da segregação social. Dessa forma, tais transformações na sociabilidade são engendradas por uma política pública que adota um tipo de assentamento humano que aprofunda a segregação socioespacial sem considerar as possíveis implicações negativas para as relações sociais.

O método de pesquisa empregado é o qualitativo. Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é uma importante ferramenta para entender os significados que os grupos conferem a determinados processos e fenômenos sociais. Nas palavras do autor:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010, p. 26).

Conforme o entendimento que se faz do objeto de estudo deste trabalho, a pesquisa qualitativa, por possibilitar uma interpretação mais flexível a respeito das interações entre os indivíduos e de um processo tão subjetivo quanto objetivo – que é o processo de segregação –, apresenta-se como o método mais adequado.

Esta dissertação possui suas bases na etnografia urbana. Partimos das colaborações de Magnani (2002), que pontua algumas concepções de cidade presente em vários estudos. Para este autor as análises sobre o espaço urbano têm dado ênfase na classe trabalhadora enquanto agente político que está inserido na luta de classes e que por meio desta luta poderia, ou não, almejar melhores condições de vida e transformações na dinâmica social. A cidade, sob esta ótica, é o reflexo do sistema capitalista e não reservaria outros papéis aos seus moradores do que aqueles pensados em termos de capital e trabalho (MAGNANI, 2002).

Para Magnani (2002) estes estudos possuem uma importância acadêmica e social seminal, contudo, o autor sugere que as formas de socialização dos moradores da cidade, os modos de vida, conflitos e coalizões, podem e devem ser analisados para além do aspecto

político. A sua proposta é analisar os outros contextos em que a cidadania, a vida pública e práticas urbanas podem ocorrer.

Para responder a estes questionamentos o autor propõe a perspectiva denominada “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Trata-se de dar foco aos atores sociais e as formas como estes produzem a e se relacionam com a cidade nos seus mais variados aspectos. Para elaborar os seus estudos Magnani (2002) uma “família de categorias” que pretendemos utilizar nesta dissertação para analisar as formas de sociabilidade dos residentes do empreendimento estudado. Estas categorias são o pedaço, a mancha o trajeto, o circuito e os pórticos. Cada uma destas categorias será objeto de discussão no decorrer desta dissertação, entretanto, as categorias privilegiadas nesta dissertação serão o pedaço e a mancha.

As categorias foram utilizadas para abordar as relações de amizade entre os residentes do RPF II e entre estes e os moradores do entorno, as práticas de lazer estabelecidas entre os mesmos e as demais relações que envolvem o dia a dia das pessoas residentes das áreas estudadas.

As técnicas de investigação utilizadas são observação participante e entrevistas. A primeira consiste na observação de um processo/fenômeno a partir da perspectiva dos participantes, ou seja, dos indivíduos envolvidos fazendo-se presente nas suas atividades (CRESWELL, 2010).

Já a utilização de entrevistas, segundo Selltiz (1987), tem como vantagem a sua simplicidade no que se refere à coleta de informações. Por se tratarem de diálogos pode ser mais simples, tanto para o entrevistador como para o entrevistado estabelecerem uma comunicação que não se prende a linguagens pré-estabelecidas. Esse recurso também é apropriado para tratar de temas muito subjetivos – como os temas deste estudo – por possibilitar espaços para correções de um possível mal-entendido sobre as questões abordadas (SELLTIX, 1987). Nas entrevistas não foram utilizadas perguntas roteiros com perguntas fechadas. Os entrevistados podiam se manifestar livremente a respeito dos temas lhes apresentados.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram os seguintes: a) revisão da literatura. Neste momento foi possível levantar informações sobre sociabilidade, segregação, história da política habitacional de caráter social no Brasil e por fim as categorias utilizadas na dissertação; b) levantamento de informações junto à CEF, que nos permitiu obter informações sobre os empreendimentos lançados no Estado do Pará para a Faixa 1 do PMCMV; c) o trabalho de campo com a observação participante e realização de entrevistas, etapa que me possibilitou entrar, novamente, em contato com a população do RPF II. O

período de duração do trabalho de campo compreendeu o final do mês de setembro de 2016 até o início do mês de março de 2017. Neste momento da pesquisa tive a oportunidade de me relacionar com os moradores em seus momentos do cotidiano e por meio de uma série de conversas pude obter informações sobre as formas de sociabilidade que ali se desenvolvem. Para problematizar as mudanças sobre a sociabilidade, eu indaguei os moradores sobre as relações que estabelecem com os moradores do entorno, as suas formas de lazer e as mudanças decorrentes de sua chegada ao RPF II. O instrumento de pesquisa utilizado foi o diário de campo e gravador e neles constam as informações coletadas nesta etapa da pesquisa.

Este trabalho é composto por uma parte introdutória e 5 capítulos. Na introdução são fornecidas informações sobre o objeto empírico, os objetivos do trabalho, metodologia, hipótese e outras. No segundo é dedicado a fornecer ao leitor informações sobre o nosso objeto empírico no correr da história da política de habitação social no Brasil. Também consta neste capítulo informações sobre o RPF II. O terceiro capítulo é dedicado à apreciação do conceito de segregação, desde as suas origens na Escola de Chicago até debates atuais que envolvem os condomínios fechados. No quarto capítulo apresentamos a conceituação de sociabilidade.

No quinto capítulo discutimos as categorias de Magnani (2002). No sexto trazemos os resultados da pesquisa empírica. Nesta etapa expomos um conjunto de informações sobre as formas de sociabilidade existentes entre os moradores do condomínio e os residentes do entorno. As informações dão conta de que várias dessas relações desafiam as normas de acesso ao RPF II gerando entradas irregulares no espaço do condomínio. Essas entradas, no entanto, são fundamentais para a configuração de um dos pedaços estudados.

Em seguida expomos as conclusões da pesquisa. Constatamos que, de fato, o condomínio fechado produziu impactos sobre as formas de sociabilidade de seus beneficiários no sentido de sua restrição. O tipo de moradia condomínio fechado não favoreceu a interação entre os beneficiários e os moradores do entorno do condomínio. Os problemas relacionados à segurança que se apresentaram na pós ocupação motivaram o reforço da segregação que os beneficiários atualmente consideram falhos, mas ainda assim indispensáveis.

Apesar dessas restrições sobre o acesso ao RPF II, foi possível identificar espaços de socialização (pedaços) nos quais encontramos interações estabelecidas entre residentes do RPF II e moradores da área do entorno. Essas relações não envolvem uma grande quantidade de moradores do condomínio e, portanto, não desmontam a percepção negativa que alguns moradores do RPF II possuem em relação aqueles que vivem no seu entorno. Um destes pedaços, inclusive, reforça essa percepção. Outro fator a ser levado em consideração é que a

formação destes pedaços tem como uma de suas principais motivações a satisfação de interesses específicos.

A rede de relações dos moradores do RPF II, contrariando uma das afirmações da nossa hipótese inicial, continua a incluir as pessoas dos seus antigos locais de moradia, ainda que a frequência dos encontros tenha sido reduzida. Enquanto política pública o PMCMV de fato mudou a percepção dos beneficiários sobre a forma de morar, fazendo com que os mesmos privilegiem um tipo de moradia que reforça a segregação e dificulta a ampliação da sociabilidade.

Por fim, após a exposição das conclusões, apresentamos, nos apêndices, as considerações sobre as categorias produzidas por Magnani (2002) no âmbito dos estudos da Antropologia Urbana.

2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL E O PROGRAMA MINHACAS, MINHA VIDA

2.1 O Programa Minha Casa Minha Vida no contexto da história da intervenção estatal sobre a habitação

Pode-se dizer que o PMCMV segue na esteira de um longo processo de intervenção do poder público no setor da habitação. No entanto, no decorrer da história, as políticas públicas habitacionais do Brasil tinham, frequentemente, objetivos que fugiam ao escopo dos problemas habitacionais e estavam mais atrelados aos interesses das elites e classes médias do que aos das camadas populares.

Antes de adentrar na história destas intervenções é importante levar em consideração que as análises partem dos grandes centros urbanos do país – sobretudo São Paulo –, visto que a criação de políticas habitacionais está relacionada com a urbanização, industrialização e a formação do proletariado brasileiro.

As primeiras formas de intervenção no setor habitacional datam do final do século XIX. Trata-se daquilo que Bonduki (1998, p. 18) classificou como “questão sanitária”, pois faz referência às péssimas condições de salubridade das moradias da classe trabalhadora de São Paulo que, somada ao sistema ineficiente de eliminação de detritos, gerou um dos grandes problemas urbanos das décadas finais do século XIX e início do século XX.

Durante este período os cortiços eram os principais alojamentos da classe trabalhadora. Bonduki (1998) nos apresenta uma variedade de cortiços que preenchiam a paisagem urbana da capital paulista, contudo, o alto número de famílias alojadas, as péssimas condições da estrutura do imóvel e a alta insalubridade eram traços comuns a todos os cortiços e outras formas de moradias coletivas.

A demanda por moradias era sem dúvida real. Os dados apresentados por Bonduki (1998) fazem referência a um contingente de mais de 80% da população de São Paulo que não era proprietária de imóvel e que necessitava das moradias de aluguel para a sua sobrevivência na cidade. A moradia era um dos principais elementos de distinção social. Durante este período – fins do século XIX e início do século XX (1890 – 1940) –, Bonduki (1998) e Caldeira (2011) afirmam um padrão de organização da cidade que era relativamente concentrado. Como a divisão funcional da cidade não estava plenamente estabelecida, as

classes possuíam certa proximidade física, mas a propriedade dos imóveis e as condições dos mesmos eram fatores de distinção social⁴.

A questão sanitária foi tratada mais como uma questão de polícia do que como um problema de saúde pública. Apesar da vigência do Liberalismo Clássico, o Estado passou a intervir nas habitações da classe trabalhadora por meio da criação de legislação sobre edificações de imóveis (estando aí os padrões minimamente aceitáveis), legislação sanitária e a destruição das moradias insalubres.

Está posta, no entanto, uma contradição na realidade social deste período; por um lado a indústria está em expansão na cidade de São Paulo e demanda trabalhadores, mas, como característica básica das relações no sistema capitalista, os industriais desejam reduzir seus custos de produção, e uma das formas de atingir esse objetivo é por meio da manutenção de moradias de aluguel acessíveis à classe trabalhadora; por outro lado, com seus poucos rendimentos, a classe trabalhadora não podia auferir moradia própria e nem recusar as insalubres (BONDUKI, 1998).

Durante este período a migração campo-cidade era uma constante, fato que fazia com que o investimento em moradias alugadas permitisse um rápido retorno ao investidor. Desta forma, o interesse de reverter as condições de insalubridade da cidade manifestado pelos higienistas – que destruíam moradias sem fornecer outras soluções – se chocava com a real necessidade de moradias por parte dos trabalhadores, com interesse dos industriais em não ter que subsidiar despesas com moradia nos salários dos operários e com os interesses dos fornecedores das habitações, ou seja, os rentistas (BONDUKI, 1998).

O debate sobre os alojamentos do proletariado também estava repleto de questões morais sobre a família. Os cortiços também eram considerados as piores moradias para a classe trabalhadora porque fazia com que várias famílias ocupassem um mesmo espaço. Neste momento já se tem formada, tanto pelos higienistas como pelo Estado, o consenso de que a moradia unifamiliar é a única que pode oferecer as condições higiênicas e morais adequadas para a classe trabalhadora. Desta forma a vila é preferível ao cortiço, mas ainda se trata de moradia fornecida pelo mercado privado dos rentistas (BONDUKI, 1998).

Será somente a partir de Getúlio Vargas e seu Estado Novo (1930-1945) que o setor da habitação passará a sofrer intervenções mais efetivas por parte do Estado. A crise de 1929 irá erodir as bases do Liberalismo Clássico e vários países irão adotar posturas autoritárias por meio de governantes conservadores. No caso do Brasil a crise mostrou o quanto era frágil a

⁴Os fazendeiros e a burguesia industrial residiam em mansões enquanto que a classe trabalhadora residia nos cortiços e demais moradias coletivas e alugadas.

base agroexportadora da economia. Vargas então irá incentivar o crescimento da indústria como meio de dinamização e diversificação econômica.

Neste momento histórico as propostas keyneisianas que defendem a intervenção do Estado na economia passam a serem adotadas pelos governos. O Estado passa então a ser o provedor de políticas públicas que devem assegurar o bem-estar da população. Entretanto, para além do consenso sobre o novo modelo econômico, os países também apresentavam as suas demandas políticas internas.

No caso do Brasil, que estava formando seu proletariado e que possuía um governo oriundo de um golpe, era necessário que os trabalhadores se mantivessem disciplinados e que reconhecesse no Estado o provedor de seu bem-estar, e também enxergasse no seu trabalho a possibilidade de mobilidade social, e foi para atingir estes objetivos que se fez uma intervenção mais firme no setor da habitação:

A habitação operária torna-se, portanto, área crucial para a manutenção da ordem econômica, política e social. Além de ser um bem essencial para a sobrevivência do trabalhador, a moradia devia tornar-se instrumento de transformação do trabalhador em proprietário, desempenhando papel importante na criação de um modo de vida conservador e reproduzindo os padrões de comportamento moral e cultural burguês entre trabalhadores oriundos de vários países e longínquas regiões do país (BONDUKI, 1998, p. 86)

A difusão dos valores e moral burguesa seria a responsabilidade das famílias. Garantir o isolamento destas famílias seria a função da moradia própria e unifamiliar. O isolamento das famílias também assegurava a redução das possibilidades de subversão dos trabalhadores. Conforme expõem Bonduki (1998), os moradores que dividem um cômodo de um cortiço são os mesmo que compartilham das várias formas de exploração dentro das fábricas. Tal aproximação e conhecimento que um possui sobre a realidade do outro era vista com preocupação por parte da classe dominante.

Com Vargas o Estado assume não apenas o papel de criador de legislação sobre as habitações, mas também o de provedor do bem moradia. A primeira forma de provisão da moradia durante o Estado Novo ocorre por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) a partir do ano de 1933.

Os IAPs eram divididos por categorias trabalhistas e, como sugere o nome dessas instituições, eram voltados para atividades de seguridade social e previdenciária, mas também forneciam outros serviços e captavam recursos para investimentos, e também atuavam no setor habitacional sendo de grande importância para a aquisição de moradias próprias, ainda que isto gerasse uma contradição funcional:

Assim a habitação sempre apareceu de maneira ambígua entre as finalidades dos IAPs: ora como objetivo importante, ligado a ideia de seguridade social plena, ora como instrumento de capitalização dos recursos capitados e, portanto, desprovidos de fins sociais. Essa ambiguidade presente durante o período populista, devido à impossibilidade política de se alterar a estrutura previdenciária criada nos anos 30, tornou-se um entrave à formulação de uma política consistente de habitação social (BONDUKI, 1998, p. 101).

Do ponto de vista da ideologia, o Estado Novo já havia incorporado entre as suas obrigações o fornecimento de habitações para os trabalhadores. Contudo, como já foi mencionado, os IAPs estavam divididos em categorias trabalhistas e estas possuíam diferentes capacidades de exercer pressão política. Além disso, não existia o direcionamento para uma produção habitacional destinada as camadas trabalhadoras e de menor renda, fatores estes que contribuíram para desigualdade na produção de habitações por meio dos IAPs, que beneficiou principalmente as classes média e alta (BONDUKI, 1998).

A concepção do Estado como provedor da habitação não se encerra com o Estado Novo. Em 1946, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, correu a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), uma instituição cujo objetivo específico era a produção de moradia para a classe trabalhadora. Entretanto, Bonduki (1998) argumenta que a FCP tinha mais o objetivo de cooptar os trabalhadores – pois representava o compromisso do Governo Dutra em fornecer uma das principais demandas populares – e obter dos mesmos o apoio a um governo conservador e antiprogressista.

A burocratização e a suscetibilidade da FCP às várias formas de influência foram os fatores que minaram a sua atuação no que se refere à satisfação dos interesses das camadas populares, a FCP, embora tivesse como objetivo central a produção de moradias, produziu um número de habitações ainda menor que os IAPs (BONDUKI, 1998).

Já na legislação a principal forma de intervenção estatal ocorreu por meio de um conjunto de leis (a Lei do Inquilinato 1842-1964) que controlavam as relações estabelecidas entre locador e locatário dos imóveis. As leis do Inquilinato vão incidir no direito à propriedade por meio do controle dos alugueis e, por conseguinte, irão modificar as bases da produção rentista da moradia (BONDUKI, 1998).

Segundo Bonduki (1998) a crise habitacional que ocorreu durante o Estado Novo seria a justificativa para uma série de intervenções. Não se tratava, necessariamente, de solucionar um dos maiores problemas do período. À primeira vista, a incapacidade de o Estado equacionar o problema da habitação parece ser a justificativa para a regulação dos alugueis e despejos, contudo, vários outros interesses giram em torno dessas leis.

O congelamento dos valores dos aluguéis – decorrente da Lei do Inquilinato – atendia às necessidades políticas, econômicas e ideológicas do Estado Novo. Para se legitimar no comando do país, Vargas sempre buscava o apoio das massas trabalhadoras. Uma intervenção tão drástica sobre a relação inquilino-locador foi rapidamente interpretada como um indicativo de que o governante era sensível às necessidades do proletariado.

A Lei do Inquilinato também visava à transferência de capitais. Com a indústria em expansão e crescimento da população urbana, o setor imobiliário despertava muito interesse naqueles que detinham capitais para investimento. Era objetivo de Vargas mudar a base econômica agroexportadora para uma urbano-industrial. Essa mudança, no entanto, exige recursos e é neste ponto que a regulação de aluguéis e despejos irá tocar:

[...] a Lei do inquilinato estava relacionado com uma intenção governamental de reduzir a atração que o setor imobiliário exercia sobre investidores e capitalistas em geral, com o objetivo de concentrar recursos na montagem do parque industrial brasileiro. E, ao mesmo tempo, reduzir ou eliminar um setor social não produtivo que vivia basicamente de rendas (BONDUKI, 1998, p. 227).

Com o congelamento dos aluguéis e uma série de restrições às ações de despejos o mercado de locação de imóveis perde muito de sua atração sobre aqueles que possuíam capitais disponíveis (capitais móveis e imóveis). Desta forma, caberia a essa legislação transferir os recursos da classe dos rentistas para os setores produtivos da economia, ou seja, aqueles responsáveis pela produção de mercadorias e que envolvem compra e venda de força de trabalho em uma relação social na qual se extrai a mais-valia dos trabalhadores – em especial a indústria que estava em crescimento.

O conjunto de leis do Inquilinato também permitiu que a burguesia industrial conseguisse rebaixar o salário dos operários. Como se sabe, a função do salário é garantir a reprodução da força de trabalho, e em uma sociedade na qual a maior parte dos trabalhadores não é proprietária de uma moradia, torna-se evidente que os custos da habitação devem compor a folha salarial.

Por meio destas leis e da manutenção da oferta de alimentos mais baratos, foi possível para os industriais reduzir os custos com mão de obra:

Tais iniciativas revelam como se pretendia tratar a reprodução da força de trabalho: achatamento salarial e criação de expedientes de na esfera do consumo para impedir a deterioração das condições de vida. É nesse sentido que o congelamento dos aluguéis faz parte de uma política econômica mais geral (BONDUKI, 1998, p. 241).

Trata-se, portanto, da instrumentalização das demandas populares como forma de subsidiar a implantação do parque industrial brasileiro e reforçar a economia, sobretudo, por meio do aumento da lucratividade da burguesia industrial.

Em se tratando daqueles que necessitavam de auxílio habitacional, os efeitos das leis do Inquilinato foram diversos. Aqueles que obtiveram alojamentos antes da promulgação da Lei do Inquilinato – e suas várias reedições – conseguiram tirar proveitos dos aluguéis congelados e empecilhos impostos às ações de despejos⁵. Já para os que buscavam alojamentos após a criação das leis as possibilidades eram tornavam muito mais escassas devido ao desinteresse dos investidores sobre o mercado de locação. Somam-se a isso os planos de embelezamento das cidades que remodelavam os centros e, em vários casos, exigiam a demolição de habitações de operários (BONDUKI, 1998).

A Lei do Inquilinato, contrariando seus objetivos declarados, contribuiu para agravar um cenário de crise habitacional. Esta, no entanto, deve ser entendida com ressalvas. A escassez de habitações afetava, basicamente, as camadas trabalhadoras, já as camadas de renda média e alta tiravam proveito tanto da especulação imobiliária quanto das novas oportunidades de moradias decorrentes dos últimos planos de embelezamento dos anos de 1940 (BONDUKI, 1998).

A alternativa para se obter a moradia era a autoconstrução nas periferias das cidades. Essa forma de provisão da habitação coexistiu com as ações das instituições públicas que visavam o mesmo fim (IAPs e FCP) e se acentuou durante o período mais incisivo de vigência das leis do Inquilinato (Governo Vargas). A ocupação das áreas periféricas não foi acompanhada de nenhum controle por parte do Estado uma vez que este tinha interesse nessas ocupações:

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa própria pelo morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”, barata,

⁵ Vantagens sempre acompanhadas de muita apreensão, visto que os proprietários dos imóveis usavam todos os artifícios legais e ilegais para reaver o seu direito sobre a propriedade.

segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que ainda lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários (BONDUKI, 1998, p. 288).

A partir dos anos de 1940 já é possível perceber a mudança no padrão da segregação dos principais centros urbanos do Brasil. As elites e classe média ocupando as áreas centrais revitalizadas – ou em processo de revitalização – e a classe trabalhadora ocupando as periferias que cresciam de forma acelerada e com o mínimo de infraestrutura fornecida pelo Estado.

Na cidade de São Paulo, uma estratégia utilizada pelo Executivo foi a de considerar como cidade apenas o perímetro que regulação urbana alcançava, e assim as periferias e seu grande contingente populacional seriam desconsiderados pelo poder público (BONDUKI, 1998). O conjunto de leis que formava a Lei do Inquilinato e as instituições criadas por Vargas e Dutra para dar uma resolução para o problema da falta de habitações foram mantidas até o ano de 1964, quando um novo golpe de Estado modifica os rumos da política brasileira.

Durante o Regime Militar foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) juntamente com Sistema Financeiro Habitacional (SFH) – ainda em 1964 durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco – em substituição das instituições e algumas leis que precederam o novo governo, e com este banco os militares se propuseram a resolver a grave carência de habitações.

Sobre os aspectos do planejamento e gestão desenvolvidos durante o Regime Militar, Villaça (2004) irá argumentar que nunca houve por parte da classe dominante o real interesse em solucionar os problemas que afetavam a maioria da população urbana. O planejamento e os planos tão somente existiam para representar o interesse e compromisso da classe dominante para com o conjunto da sociedade e para passar a mensagem de tudo que poderia ser feito estava sendo feito, quando na verdade os únicos interesses atendidos eram os das elites.

Em outras palavras, o que Villaça (2004) argumenta é que quando os planos e planejamento urbano passaram a incorporar os interesses do conjunto da sociedade, eles deixaram de ser cumpridos e tornaram-se apenas ideológicos. Sobre a atuação do BNH, Bolaffi (1975) também irá discutir o papel da ideologia na atuação da instituição e também sobre a própria formulação da problemática habitacional.

Não se trata, no entanto, de desqualificar a existência de uma série de problemas relacionados com a moradia das camadas populares e das de renda média baixa. A natureza da ideologia não é a da perpétua negação da existência de determinados problemas, mas de como

a instrumentalização dos mesmos pode ser utilizada em benefício da ordem política vigente, desta forma, não existe – e nem poderia existir – um total descompasso entre o real e o ideológico:

[...] podemos concluir que a essência e a natureza dos problemas que nação formula para si mesma, ou pelo menos a importância e a prioridade que lhes atribui, varia em função da estratégia daqueles que em cada momento constituem o poder e detêm a capacidade de decisão. Mas a referida estratégia não é arbitrária e muito menos desvinculada dos movimentos do real. Os governos e os grupos no poder enfrentam problemas reais, particulares e determinados, de cuja solução depende a sua possibilidade de manter-se enquanto poder. Porém, o caráter particular, e não universal desses problemas reais exige que sua verdadeira natureza seja transfigurada para que possam assumir um significado compatível com a vontade popular. Em síntese, é este o processo pelo qual a ideologia mascara os problemas do real e os substitui pelos falsos problemas. Isto é, formulam-se problemas que não se pretende, não se espera e nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos (BOLAFFI, 1975, p. 39-40).

Assim como aconteceu com o golpe iniciado com Vargas em 1930, a nova hegemonia política resultante do golpe de 1964 também dependia do apoio das massas para se estabelecer enquanto grupo dominante. E assim como ocorreu com Vargas, a moradia é novamente selecionada como catalisador de apoio político:

Em 1964, o regime revolucionário que se estabeleceu assumiu, juntamente com o poder, o compromisso de conter e reduzir as pressões inflacionárias. Mas a sua sobrevivência política dependia da capacidade de atingir esse objetivo sem provocar uma depressão economicamente prolongada. E dependia também de conseguir formular projetos capazes de conservar o apoio das massas populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões que vinham sofrendo pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor do que a casa própria (BOLAFFI, 1975, p. 44).

Raciocínio similar é apontado por Azevedo (1988) que considera que um bem complexo como a moradia própria – que para a classe trabalhadora era e ainda é extremamente difícil de obter – era de fundamental importância para a manutenção de regimes autoritários, além do mais também era uma forma de contrapeso a repressão dos direitos civis:

A motivação principal para a criação do Banco Nacional de Habitação foi de ordem política. Segundo os mentores do BNH, o desempenho marcante na produção de casas populares deveria permitir ao regime militar emergente obter a simpatia de largos setores de massas que constituíram o principal apoio social do governo populista derrubado em 1964. Nesse projeto, igualmente encontrava-se implícita a ideia de que a casa própria poderia desempenhar um papel ideológico importante, transformando o trabalhador de contestador em “aliado da ordem” (1988, p. 109).

Seguindo a argumentação de que a crise habitacional era o problema mais grave do país e que era necessário superá-la, inclusive criando-se uma grande instituição financeira destinada para este fim (o BNH), era também necessário iniciar a captação de recursos. Essa captação ocorre por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que foi instituído em 1967.

Os recursos do FGTS seriam administrados pelo BNH e deveriam ser utilizados para subsidiar a construção da moradia popular e também para melhorar a infraestrutura urbana. Os recursos seriam então repassados para empresas privadas que eram as responsáveis pela elaboração dos projetos e construção das moradias. A provação dos projetos e liberação dos recursos era responsabilidade da COHAB, instituição que existia nos estados.

Segundo Bolaffi (1975), uso ideológico da problemática da habitação se torna mais perceptível a partir de determinados fatores. Entre estes fatores está o repasse de recursos a agentes privados – que seriam os responsáveis por aquecer a economia do país – cujo interesse em nada se relacionavam com a habitação, além disso, ao passo que os problemas econômicos – sobretudo a inflação – iam se amenizando, os problemas habitacionais passavam a perder a sua importância nos discursos oficiais e veículos de comunicação (BOLAFFI, 1975).

Os problemas econômicos e inflacionários, no entanto, voltariam a se acentuar na crise que acompanha toda a década de 1980. As variações na inflação aumentavam os custos de financiamento enquanto que os valores reais dos salários estavam em queda. O BNH tinha dificuldades de manter a produção para o seu setor prioritário – as camadas populares, pelo menos em nível de discurso –, o que resultou na criação de outros programas que tinham como objetivo investir na autoconstrução e que tinham um caráter compensatório (e pequeno alcance) pelos problemas que o BNH apresentava (AZEVEDO, 1988).

Apesar de possuir entre os seus objetivos declarados o fomento de habitações para as camadas populares do Brasil, a atuação do BNH priorizou as camadas de renda média e alta da população. Para as camadas populares restou uma produção habitacional de baixa qualidade construtiva e mal localizada no espaço urbano quando em relação aos principais centros de trabalho, encarecendo dos custos de locomoção dos trabalhadores e a implantação de infraestrutura e intensificando a segregação (BOLAFFI, 1975).

A postura do governo, agora liderado por José Sarney (1985 – 1990), diante da crise e dos problemas do financiamento, era de que a estrutura do BNH e da política habitacional deveria ser reformulada, inclusive permitindo maior autonomia para estados e municípios (visto que com o fim do Regime Militar a descentralização política e administrativa entrará na

agenda política) no que tange à criação de novas políticas e instituições (AZEVEDO, 1988). O encerramento das atividades do BNH não fazia, portanto, parte das mudanças anunciadas, mas foi o que ocorreu em 1986 com partes das suas atribuições sendo repassadas para a CEF⁶. A justificativa oficial para o encerramento das atividades do BNH foi a ineficiência do mesmo em atingir seus objetivos, mas também existe a argumentação de que o real objetivo era desburocratizar o acesso aos recursos do FGTS.

Com o fim do BNH a política habitacional se torna descentralizada e descontínua. Durante o Governo Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) a política habitacional se torna ainda mais atrelada à construção de acordos e alianças político-partidárias, além disso, ocorre a separação da política habitacional em relação às demais políticas que envolvem o espaço urbano (como a política de saneamento) que estavam atreladas durante o período de atuação do BNH (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Com Collor a política habitacional não conseguiria recuperar sua antiga centralidade institucional. Ainda assim foi apresentada uma proposta no mínimo audaciosa (das condições da política habitacional), o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que propunha no curto prazo de seis meses construir 240 mil moradias. O PAIH não foi capaz de atingir seus objetivos nem durante o Governo Collor e nem durante o Governo de Itamar Franco (1992 – 1995) – que assumiu a presidência após o impedimento do primeiro – que tentou concluir as políticas de seu antecessor (SANTOS, 1999).

O próximo governo que viria a modificar as bases da política habitacional seria o de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Com Fernando Henrique as propostas neoliberais vão ter um alcance maior do que com Collor. Seguindo essas novas proposições, o Estado passa a cortar gastos públicos e, obviamente, isso irá afetar o investimento no setor habitacional.

Durante a gestão Fernando Henrique foi criado o Programa Carta de Crédito (PCC) e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). O PCC era um programa de financiamentos e o SFI um sistema de hipotecas similares aos que existem nos Estados Unidos. Ambas as propostas sendo restritas as camadas de média e alta renda.

Cardoso e Aragão (2013) irão argumentar que o principal ganho deste período – fim do BNH até o Governo Lula da Silva – foi o de experiência nas políticas habitacionais e o

⁶Segundo Azevedo (1988) a produção habitacional do BNH é superior a quatro milhões de casa, mas apenas 33,5% foram destinadas as camadas populares que sempre foram retratadas como alvo prioritário da instituição.

conhecimento técnico neste setor, em se tratando de benefícios à classe trabalhadora de menor renda, o período produziu poucos resultados.

Será somente com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) que a política habitacional do Brasil abandonará uma fase de grande desarticulação institucional e os financiamentos populares retomados em uma escala mais ampla e com possibilidade de gerar maiores impactos sociais positivos, embora guarde muitas semelhanças com períodos anteriores.

O PMCMV foi criado na primeira gestão de Lula (2003 – 2006). Foi concebido por meio da Medida Provisória nº 459 de março de 2009 e posteriormente convertido na Lei nº 11.977 de julho do mesmo ano. Várias outras medidas foram tomadas neste primeiro período do governo Lula, como a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), redução dos juros, certas isenções de impostos sobre as empresas da construção civil, entre outras, que possibilitaram algumas facilidades para a retomada dos financiamentos públicos para a população com renda até 3SMs, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional do país e que estava praticamente desassistida desde o fim do BNH (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Para Klintowitz (2016), o PMCMV segue uma lógica de conciliação de interesses historicamente opostos, sendo esta tentativa de conciliação uma característica da política liderada por Lula. O desenho institucional do PMCMV foi elaborado à revelia do Ministério das Cidades (MCidades) – instituição que naquele momento estava fortemente ligada ao movimento da Reforma Urbana – e permitiu que as empresas do setor da construção civil estivessem no centro do programa, na modalidade empresarial, a despeito da possibilidade de ações na modalidade entidades (KLINTOWITZ, 2016).

A participação no PMCMV ocorreu por meio do enquadramento das famílias em três faixas de renda: Faixa 1, para famílias com renda entre 0 e 3 SMs; Faixa 2, que incluiu famílias com renda entre 3 e 6 SMs; e Faixa 3, na qual estavam as famílias com renda entre 6 e 10 SMs e que correspondeu ao limite de renda para participação no Programa.

As empresas podem decidir sobre a localização da moradia, tamanho e tipo – desde que atendam algumas exigências – e também sobre qual grupo de renda irá atender, pois em nenhum momento a habitação deixou de ser considerada como mercadoria. Já ao Estado cabe o papel de agente financiador, organizador da demanda e da aprovação dos empreendimentos propostos pelas empresas e direcionados à CEF. Seguindo essa lógica, o Estado compra as unidades habitacionais (UHs) das empresas que atuam em um mercado com poucos riscos e agora ampliado devido à participação dos grupos de menor renda (KLINTOWITZ, 2016).

Para o caso da faixa 1 do PMCMV, os municípios divulgam a doação de terrenos ao programa por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e empresas são selecionadas para a construir os empreendimentos. Após a seleção de uma determinada empresa, os custos e projetos são apresentados à CEF que, por sua vez, depois de aprovar o projeto, compra o empreendimento da empresa que o negocia sem qualquer risco de inadimplência e sem custos de incorporação (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Para o caso dos empreendimentos destinados as faixas de renda de 3 a 10 SMs, o financiamento se faz por meio do FGTS (assim como no período do BNH). As empresas apresentam seus projetos à CEF que pode lhes aprovar ou não. Após a aprovação os financiamentos são liberados para as empresas que são as responsáveis pela comercialização dos imóveis (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Seja entre as camadas de baixa renda ou as de renda média, o que ocorre é um programa marcado por contradições já que as empresas lidam com a comercialização da habitação enquanto que parte da população, intelectuais, movimentos sociais e alguns grupos políticos estão interessados na possibilidade de ampliação e fortalecimento do direito à moradia.

As avaliações dos resultados do Programa nos anos iniciais apontaram que, para o segmento de 6 a 10 SMs estavam direcionados vários lançamentos imobiliários cuja característica em relação à infraestrutura e condições de urbanização eram bem diferentes do restante da produção, destinada às camadas de menor renda (0-3 SMs). Segundo alguns autores, para as camadas populares o que predominava era uma produção mal localizada no espaço intraurbano, frequentemente segregada e com precárias condições de oferta de serviços urbanos. Além disso, Cardoso, Aragão e Araújo (2011), verificaram uma série de casos em que a quantidade de UHs estava além daquilo que o programa estipulava como máximo para cada empreendimento.

Os problemas de localização e de escala do empreendimento também haviam sido constatados em políticas habitacionais anteriores. O resultado da combinação desses fatores seria a concentração, em uma mesma localidade, de um contingente populacional homogêneo e ampliação das condições de segregação socioespacial. A questão da localização permaneceu em função da ocupação dos terrenos mais baratos, ou seja, aqueles que não estavam plenamente integrados ao espaço urbano ou que não possuíam qualquer tipo de uso – além da especulação imobiliária – até ser utilizado no PMCMV.

Agravando o problema da localização está a falta de diálogo entre o PMCMV e as instituições, tanto públicas como privadas, responsáveis por fornecer os serviços urbanos à

população. Estas instituições não estão preparando, de maneira adequada, estas localidades para receber os novos contingentes populacionais, e assim, além de cristalizar algumas carências dos beneficiários, também aumentam a pressão sobre os poucos serviços que já existiam nas áreas em que os empreendimentos são implantados (ARANTES; FIX, 2009).

O problema da escala dos empreendimentos foi previsto pelo PMCMV que não permite a elaboração de projetos muito grandes estabelecendo limites em relação à quantidade de UHs por empreendimento, sendo o máximo de 500 UHs para conjuntos e 250 para condomínios (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011). No entanto, as empresas conseguem evitar tal normativa aprovando projetos contíguos.

O programa, estruturado desta forma, recria as condições de segregação socioespacial que caracterizam nossas cidades, pois, inserido em uma lógica de mercado, permite uma apropriação desigual do espaço. Além disso, com relação às empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos, predomina uma lógica de produção racionalizada, com o estabelecimento, para as camadas populares, de padrões mínimos para que assim se extraia a maior lucratividade possível (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

No caso da RMB, é possível perceber que o PMCMV tem aproximações e distanciamentos em relação às características que outros estudiosos atribuíram ao programa. Conforme as constatações de Mercês et al. (2013) pode-se verificar que problemas relacionados à (baixa) qualidade construtiva das UHs destinadas a população também têm-se verificado na RMB como em outros casos, no entanto, a localização dos empreendimentos em espaços segregados em áreas periféricas não ocorre com a mesma intensidade quando comparada a outras localidades, pois ocorrem casos em que os empreendimentos estão tanto na periferia como na área central ou próximo à esta.

2.2 O Residencial Paulo Fonteles II

O meu primeiro contato como RPF II e sua população foi no período 2011 – 2012 durante minha experiência no PIBIC. Esta pesquisa investigava as formas de provisão da moradia na RMB. Neste contexto o trabalho envolvia pesquisa de campo no RPF II com aplicação de questionários aos proprietários dos imóveis. Do total de 224 domicílios, consegui aplicar os questionários a 180 proprietários.

Evidentemente, além das questões dos questionários, tive a oportunidade de conversar sobre outras questões que não constavam no material de pesquisa. De modo geral os moradores se sentiam bastante à vontade para falar sobre os seus problemas ainda que não me

conhecessem. Isso em grande parte se deve ao intermédio do Sr. Milton, morador do RPF II e um dos que lutaram em movimentos sociais para que a CEF agilizasse os processos para que a construção do empreendimento fosse realizada com maior brevidade possível.

O RPF II foi construído no período 2009 – 2011 e está localizado em uma área central do município de Ananindeua na Rua Júlia Cordeiro, que fica nas proximidades da BR-316, um importante eixo viário da RMB. A sua construção foi responsabilidade da empresa Atan Engenharia e ocorreu em um terreno pertencente à Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB – Pará).

Conforme Mercês (2013) o PMCMV na RMB possui certas distinções em relação a outros estados. Entre estas distinções está a localização dos empreendimentos da Faixa 1 que, diferente do que ocorre em outras metrópoles, não é, via de regra, periférica.

Para a maior parte dos beneficiários o RPF II representou a conquista de um dos mais importantes objetivos de vida e trabalho dos brasileiros, ou seja, a casa própria. Como demonstrou Bonduki (1998) o desejo pela moradia própria unifamiliar foi cuidadosamente construído e representava vários tipos de interesses e objetivos (sanitários, morais, políticos, econômicos). Com toda certeza não se pode negar que o PMCMV, assim como ocorria com o BNH, faz uso político da ideologia da casa própria.

Neste sentido, a maior parte dos moradores do RPF II viram o PMCMV como uma rara oportunidade para sair de uma condição de moradia que muitos consideravam insegura e que não trazia retorno, visto “que você paga por uma coisa que não é sua” e que o aluguel se trata “de um dinheiro que você nunca mais vai ver”⁷. O desprezo por esta condição de moradia foi uma constante em todos os casos em que foi possível constatar que a habitação anterior era alugada.

No material de pesquisa utilizado neste trabalho existiam questões que tinham por objetivo medir a satisfação dos moradores do RPFII em relação à sua moradia. Mesmo que em vários casos os moradores respondessem nos questionários que não estavam plenamente satisfeitos com as suas novas condições de moradia, também deixavam claro que as condições de moradia no momento da pesquisa eram melhores que as condições anteriores.

Uma série de problemas foram analisados, e várias questões levantadas durante as primeiras pesquisas realizadas no RPF II. Interessa para esta dissertação a opinião que os residentes do RPF II manifestaram sobre a violência e insegurança. Estas questões são

⁷Termos utilizados por muitos dos chefes de família residentes do RPF II ao falar de moradias alugadas.

particularmente interessantes, porque delas derivam as motivações para esta pesquisa de dissertação.

Em relação aos problemas relacionados com a segurança, os moradores, em muitos casos, afirmavam que estavam habituados a residir em locais nos quais as condições de violência eram ainda mais graves do que no RPF II. Mas ainda assim os moradores optaram por melhorar as condições de segurança por meio do reforço dos muros e aumentando o controle sobre o acesso ao RPF II.

Nas várias oportunidades em que pude aprofundar os temas dos questionários em conversas mais amplas, notei que muito do que os moradores consideravam como prejudiciais à sua segurança e tranquilidade estaria ocorrendo, segundo seus depoimentos, em função dos moradores do entorno imediato do RPF II, em especial os moradores de uma área ocupada irregularmente.

As características do condomínio fechado – muros, controle sobre a portaria – eram indicadas pelos moradores como os meios principais de “solucionar” os problemas de segurança que se apresentavam. O interesse em melhorar estas benfeitorias também se tornou evidente nos questionários, sendo assim um dado quantitativo da pesquisa que naquele momento estava sendo desenvolvida.

Ao me deparar com estas informações foi inevitável fazer uma analogia entre os condomínios das classes média e alta e aquele produzido para segmentos de baixa renda através do PMCMV. Conforme expõem Caldeira (2011), Souza (2008), Sposito (2013), entre outros, os condomínios fechados, moradia criada pela e para a classe média e alta são a atual forma de manifestação da segregação entre as classes sociais no espaço urbano.

3 O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO E OS CONDOMÍNIOS FECHADOS

3.1 Considerações sobre a formação do conceito de segregação

A análise acadêmica da segregação é introduzida pelos estudiosos da Universidade de Chicago. Os acadêmicos da Escola de Chicago realizaram diversas análises sobre o tema, entretanto, não a reconheciam como uma das contradições da economia capitalista. Basicamente associavam a segregação (residencial) com as escolhas individuais das famílias em relação às possibilidades de se obter moradias com os seus rendimentos. Neste sentido, a segregação era explicada como uma manifestação do mercado.

Em outras palavras, a homogeneização de determinados espaços da cidade (formação de bairros elitistas e populares) seria um movimento natural na medida em que a população busca fixar residência nas melhores localidades que a cidade pode oferecer. Contudo, devido ao desnível (econômico, político, jurídico, etc.) existente entre as classes, seria lógico que as melhores localidades fossem ocupadas pelas classes mais abastadas, vindo a conformar um espaço homogêneo, sendo que o mesmo ocorreria nas áreas mais degradadas nas quais a população de mais baixa renda viria se alojar, portanto, a segregação não seria vista como um processo ou como uma perda das qualidades da cidade (GUIRRIEC, 2008).

Uma breve síntese das formulações que buscam explicar as formas de espacialização da segregação residencial no âmbito da Escola de Chicago é oferecida por Corrêa (2013) que discute sobre três modelos explicativos. O autor começa pelo modelo proposto pelo geógrafo alemão J. G. Kohl elaborado em 1841 e posteriormente complementado por Gideon Sjoberg mais de um século depois (CORRÊA, 2013).

Esse modelo, denominado por Corrêa (2013) como Kohl-Sjoberg, considera a cidade como um espaço composto por uma área central ocupada por segmentos da elite que desfrutam de vantagens decorrentes da localização da residência, pois estão próximas dos centros comerciais e de poder, são detentoras das terras mais caras e melhor servidas por equipamentos urbanos, fatores estes que agregam *status* a esses espaços.

Conforme se aumenta a distância dessa área central os preços do solo se reduzem, assim como também tendem a se tornar mais escassos os serviços e equipamentos urbanos e o conteúdo social também se modifica, pois nestas áreas distantes do centro – as periferias – reside a população de menor renda e com menos poder e capacidade de mobilidade no interior da cidade. As características dessa população no que se refere à renda e poder justificariam a opção por morar na distante e deteriorada periferia.

Esta forma de espacialização da segregação ainda é compatível com várias cidades, em especial aquelas que estão localizadas em países considerados como não desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, nos quais as periferias são responsáveis pelo alojamento, na maior parte das vezes bastante precárias, de grandes contingentes populacionais:

Na periferia das cidades localizam-se os loteamentos populares, frutos da autoconstrução, as favelas e precários conjuntos habitacionais, onde reside uma população de baixo *status*. Às precárias condições de existência crescem-se os custos de toda ordem nos deslocamentos cotidianos para o trabalho. Os movimentos sociais encontram na periferia urbana uma grande fonte para emergirem, paralelamente é na periferia urbana que a criminalidade é elevada [...] (CORRÊA, 2013 p. 46).

Outra concepção sobre a segregação é fornecida – ainda no âmbito da Escola de Chicago – pelo modelo de Burgess de 1925. Esse modelo tem como local de estudo empírico a cidade de Chicago dos anos de 1920 e seria o inverso do modelo descrito anteriormente, pois pressupõe a existência de quatro anéis em torno da área central da cidade, mas este centro agora passaria por um processo de deterioração e seria o local de residência das classes mais baixas e de imigrantes enquanto que as elites passavam a habitar os espaços periféricos (CORRÊA, 2013).

A troca de localização das classes sociais se justificaria em função do atendimento de necessidades específicas, no caso dos trabalhadores das camadas de baixa renda interessavam-lhe a redução dos custos de transporte em direção aos postos de trabalho, enquanto que as elites buscavam novos locais de moradia nas periferias onde os terrenos eram mais baratos e maiores, sendo que o problema da distância em relação ao centro seria relativizado em função de sua melhor condição de mobilidade (CORRÊA, 2013).

Note-se a ausência do conflito no que se refere ao modelo proposto. Ao que parece as duas classes – elites e trabalhadores – são dotados da opção de realizar uma escolha, dentro de suas possibilidades, e assim conseguir atingir aquilo que lhe parecia mais interessante naquele momento. A ação de agentes sociais não é levada em consideração no que se refere à mudança da estrutura da cidade.

O modelo elaborado por Burgess compreende um período de intensa migração nos Estados Unidos, sendo que no caso das migrações nacionais verificava-se a chegada de um grande contingente de população negra oriunda dos estados do Sul que se dirigiam às cidades industriais localizadas no Norte, o que produziu um grande desconforto na população majoritariamente branca destas cidades (WACQUANT, 2004).

Nos remetendo à conceituação de Wacquant (2004) sobre os guetos, é possível perceber – na verdade é explícito – que o autor se propõe a fazer um contraponto as propostas da Escola de Chicago. A ausência de percepção de que determinados grupos e agentes sociais são os responsáveis pela estruturação da cidade – e pelo processo de guetização e segregação – é o que motiva a crítica que Wacquant (2004) direciona a alguns dos acadêmicos da Universidade de Chicago que consideravam as mudanças como um fenômeno natural das sociedades fundamentadas no consumo.

O terceiro modelo analisado por Corrêa (2013, p. 74) foi proposto em 1939 pelo economista Homer Hoyt, que argumentava que a cidade crescia ao longo de setores, em especial aqueles dotados de “amenidades naturais ou socialmente produzidas” que interessava, sobretudo, as camadas de maior renda e prestígio social. Ao longo desses setores formavam-se novos centros comerciais e de serviços e também espaços residenciais de alto *status*, sendo assim um local estratégico para o investimento imobiliário.

Conforme Corrêa (2013) os três modelos propostos pelos autores da Escola de Chicago são verificáveis em várias cidades da América Latina de modo complexo e justaposto, mas com um deles se tornando dominante. Embora esses modelos ainda ofereçam algum suporte para a análise descritiva da segregação, não são capazes de abarcar toda a complexidade inerente a este processo.

Posteriormente outros autores darão um sentido diferenciado para a segregação, e é neste momento que os “indivíduos” ou as “famílias” retratados pela Escola de Chicago surgem como classes sociais. Para Castells (1983) o processo de segregação é inerente ao desenvolvimento da economia capitalista e está diretamente relacionada com outros dois processos típicos e complementares das sociedades de mercado, os processos de industrialização e urbanização. A intensa migração em direção aos centros urbanos exigia que estes possuíssem meios de alojar esta população, o que não ocorreu:

Historicamente, a crise da moradia aparece nos grandes aglomerados urbanos subitamente conquistados pela indústria. Com efeito, no local onde a indústria coloniza o espaço, necessita organizar, ainda que em nível de acampamento, a residência da mão de obra necessária (CASTELLS, 1983, p. 226).

A única alternativa possível para as camadas das classes sociais mais baixas foi a de erguer elas próprias as suas moradias em espaços periféricos e as margens da lei de uso e regulamentação do solo:

Enfim, o que sucede quando, numa situação de congelamento, o Estado não vem ajudar a construção ou faz de forma insuficiente? A resposta é clara: é a

invasão de terrenos livres pelos que não tem casa e a organização de um espaço rude, obedecendo as normas de seus habitantes, equipados conforme seus meios, e que se desenvolve numa luta contra a repressão policial, as ameaças jurídicas e, às vezes os atentados criminosos das sociedades imobiliárias, derrotadas desta maneira em seus projetos (CASTELLS, 1983, p. 249).

Indo em uma direção contrária aquela dos acadêmicos da Escola de Chicago, Castells (1983) já aponta para uma série de outros fatores – históricos, econômicos, políticos – que quando combinados acrescentam grande complexidade aos processos inerentes à produção do espaço urbano, entre estes, o de segregação.

Para Castells (1983) a segregação (que o autor denomina de “segregação urbana”) proporciona – de forma tendenciosa e nunca absoluta – a formação de áreas nas quais os seus residentes possuem grande homogeneidade interna, mas que por este mesmo fator (homogeneidade interna), estas áreas se diferenciam umas das outras. Entre estas diferenças estão as formas de acesso aos serviços urbanos o que faz com quê estas áreas estejam hierarquicamente segmentadas.

Diferentemente do que se concebia entre os acadêmicos da Escola de Chicago, no entender de Castells (1983) as classes sociais e o Estado não são agentes passivos que apenas se encontram dispostos a consumir a mercadoria moradia de acordo com suas possibilidades e necessidades em uma estrutura pré-estabelecida:

A segregação urbana não aparece como a distribuição da residência dos grupos sociais no espaço, segundo uma escala mais ou menos exposta, mas como a expressão, em nível da reprodução da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades. Assim não há espaço privilegiado antecipadamente, em termos funcionais, sendo o espaço definido e redefinido segundo a conjuntura da dinâmica social (CASTELLS, 1983, p. 262).

Segundo Castells (1983), a segregação está relacionada a fatores econômicos, políticos-institucionais, ideológicos e com a luta de classes, portanto, os agentes sociais são pró-ativos na dinâmica urbana da cidade, podendo atenuar ou intensificar o processo em questão.

Já para Lojkin (1981) a divisão social do trabalho seria um dos fatores de fundamento do processo de urbanização que, por sua vez, criaria formas que estimulassem a primeira e também a divisão territorial do trabalho. Por meio da divisão do trabalho, tanto social quanto territorial, ocorre uma especialização das áreas das cidades e a apropriação privada dos meios de consumo coletivos que estão dispostos no espaço urbano em favor de determinados agentes econômicos administrativos, o que por si só promoveria a criação de um mercado imobiliário

centrado nas benfeitorias utilizadas por estes agentes econômicos para o desempenho de suas atividades, sendo este fator de crucial importância para a formação dos preços do solo e criando um caráter seletivo em relação às centralidades da cidade (LOJKINE, 1981).

Assim sendo, a segregação socioespacial possuiria, segundo Lojkine (1981), três configurações fundamentais, a separação entre as áreas centrais e as áreas periféricas, cujo principal fator de diferenciação seria o valor do solo urbano, a distinção cada vez maior entre os locais de residência das elites e das camadas populares e a criação de locais diferenciados de acordo com alguma funcionalização do espaço, fazendo com que a cidade possua áreas cada vez mais especializadas.

Outra importante contribuição dos estudos sobre o espaço urbano vem de Lefebvre (2001) que, assim como Castells (1983), considera que o processo de industrialização implicou mudanças profundas em relação à apropriação da cidade por seus moradores, e também seria – considerando também o processo que ocorre na esteira da industrialização, ou seja, a urbanização – a causa de muitos dos problemas que afligem a cidade e seus ocupantes:

Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura” (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

As cidades arcaicas, como Atenas, ainda que possuíssem suas estratificações sociais e fossem pautadas num sistema econômico comercial escravocrata, podiam, diferentemente do que costuma ocorrer nas cidades industriais capitalistas, permitir aos seus cidadãos participação na política por meio das assembleias dos cidadãos. Essa dimensão, a dimensão política da vida urbana, é o que se deteriorou na cidade capitalista, o valor de uso dos espaços urbanos passa a ser cada vez menos a maneira como a cidade é percebida e, em contraposição, a cidade passa a ser apropriada como produto, ou seja, o seu valor de troca é o fator que interessa difundir (LEFEBVRE, 2001).

A cidade é um produto social – e não uma organização estruturada *a priori* da ação do homem – e como tal reproduz as características daqueles que a formaram. Por conseguinte, as desigualdades e contradições da sociedade são também expressas espacialmente naquilo que a mesma criou para si (LEFEBVRE, 2001). Assim sendo, a cidade é o local no qual são processadas várias formas de conflitos entre os agentes produtores do espaço urbano – sendo que estes têm visões distintas sobre o uso da cidade – resultando na segregação do espaço citadino segundo vários grupos e seus interesses.

Partindo das contribuições de Lefebvre no âmbito do direito à cidade, Carlos (2013) desenvolve a tese de que:

[...] a segregação – característica fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo –, em seus fundamentos, é o negativo da cidade e da vida urbana. Seu pressuposto é a compreensão da produção do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social (2013, p. 97).

A discussão que interessa à autora está associada ao paradoxo da produção social da cidade e a sua apropriação privada. Sendo o espaço submetido às regras da produção capitalista de mercadorias, este se fragmenta e se especializa (funcionaliza) e se consubstancia em uma condição para a realização da acumulação capitalista (CARLOS, 2013).

A segregação socioespacial representaria esse momento no qual o paradoxo se torna legível. Não se trata mais de uma segregação que prioriza o isolamento de um grupo específico em função de suas qualidades “inferiores”, mas da produção de espaços e ambientes indispensáveis para a vida, mas que possuem valor de troca e que são postos na circulação de mercadorias com o objetivo de se auferir lucros a partir de sua comercialização.

Com base na ideia proposta por Lefebvre (2001, p. 18) de “implosão-explosão da cidade”, Carlos (2013) descreve os percalços das cidades latino-americanas – de uma forma genérica – na construção de seus espaços desiguais e segregados.

Em primeiro lugar apresenta-se uma forma de produção industrial pautada na super-exploração da força de trabalho e na marginalização de grandes contingentes populacionais que, embora não empregados, não se encontram fora do sistema, mas cumprindo uma função estabelecida (a de ser exército de reserva). Esta mão de obra ociosa passa então a ocupar espaços periféricos e a erguer favelas e outras formas de habitações precárias (CARLOS, 2013).

Em seguida a lógica produtiva se instala e cada vez mais passa a requerer a dominação sobre o espaço e o controle sobre o tempo, e a cidade passa a ser uma peça fundamental para a produção da mercadoria, sendo que ela própria se torna uma. Elimina-se então a visão da cidade como uma obra em função do valor de troca e sobre o espaço impõe-se novos usos e uma série de desigualdades sobre o acesso – que se dá mediante o mercado – e sobre a sua mobilidade, contribuindo assim para a formação e ampliação de uma série de desigualdades (CARLOS, 2013). A separação inicial, uma das primeiras formas de expressão da segregação, é aquela que se dá entre o centro e a periferia.

Esta começa a se verificar partir da década de 40 nas cidades brasileiras, nas quais as periferias se tornaram o principal local de residência das camadas populares e a ocupação

desta não prescindia de uma intensa condição de irregularidade e improviso por parte destes grupos populares que passam a construir suas próprias habitações com enorme precariedade sendo que esta situação é um dos principais componentes do padrão centro-periferia (RIBEIRO; LAGO, 1994). Esse processo de explosão das periferias é, no entender de Carlos (2013), o momento de nascimento da metrópole.

Este modelo – o padrão centro-periferia – foi a principal ferramenta teórica utilizada para explicar o padrão urbano das cidades brasileiras das últimas décadas, e sob sua ótica era possível segmentar o espaço urbano em dois estratos opostos, o centro ocupado por camadas de renda elevada e caracterizado pela boa qualidade das habitações e dos serviços públicos, enquanto que a periferia seria o seu oposto em termos de estrutura e nível de renda de seus ocupantes (RIBEIRO; LAGO, 1994).

Mas o centro e a periferia estão, no entender de Carlos (2013), imersos em contextos marcados por contradições. Entre estas contradições está a relação entre o local e global, no qual determinados espaços (os centros) estão atrelados à nova dinâmica do capitalismo financeiro globalizado, enquanto que outros espaços, as periferias enquanto lugar, não se encontram integradas.

A centralidade é produto do processo histórico e é composto de materialidade e simbolismo, possibilitando a realização de várias formas de relações sociais e interações políticas:

Nó de tudo que é possível de ser reunido, o centro é a concretização da participação dos indivíduos e da realização da cidadania como exercício da esfera pública, daí a importância dos espaços públicos que materializam esta possibilidade. Ele é a probabilidade sempre acrescida do encontro, que permite a construção de uma história coletiva a partir das histórias particulares. Encerra também um sentido lúdico, já que é campo de encontro e de troca social além da festa e da comemoração (CARLOS, 2013, p. 101).

A centralidade, no entanto, não é um ponto fixo. Parte de suas funções pode ser repassada para outras localidades e os seus tradicionais moradores ou aqueles que representam as novas vertentes da economia podem se deslocar para locais menos concentrados, o que pode implicar um processo de deterioração sobre a centralidade tradicional.

Neste contexto, as periferias são ocupadas por empreendimentos que representam o perfil e o interesse dos novos grupos econômicos, e também os centros tradicionais podem vir a se transformar em espaços periféricos (CARLOS, 2013). Desta forma a segregação passa a

ter novas nuances, a relação entre centro e periferia passa a ser mais complexa do que uma simples dualidade em relação à infraestrutura e ao conteúdo social.

Outra colaboração importante sobre a discussão conceitual nos é fornecida por Vasconcelos (2013) que questiona a própria utilização do conceito fora do ambiente intelectual que o produziu – a sociedade norteamericana. Vasconcelos (2013) parte do princípio que as sociedades possuem determinadas características que lhes são particulares e isso, portanto, implicaria em uma relativização no que se refere a uma transferência de conceitos.

Entre os conceitos que Vasconcelos (2013) considera inadequado para o estudo da sociedade brasileira estaria o de segregação, entretanto, o autor também nos fornece uma série de noções que podem ser utilizadas para o estudo das formas urbanas e dos processos sociais.

Segundo Vasconcelos (2013), a ideia de segregação surge a partir da formação dos guetos judeus de Veneza – e de outros países europeus – e estaria ligada tanto aos indivíduos quanto ao espaço e faz referência à formação de espaços específicos dentro da cidade na qual um determinado grupo seria obrigado a residir. Considerando o caráter mais coercitivo dos guetos – e a consequente associação do termo segregação com esta estrutura –, a noção de segregação não seria muito adequada para a realidade brasileira em que, apesar da desigualdade e de outros problemas de locomoção, os grupos considerados como excluídos ou marginais não possuem sua mobilidade espacial tão limitada quanto os residentes de um gueto.

Já para o caso dos condomínios, que são o objeto deste estudo, Vasconcelos (2013) atribui à noção de autos segregação. Esta, por sua vez, faz referência a um isolamento voluntário por parte de grupos sociais homogêneos, assim como enfatizam Caldeira (2011) e Souza (2008). Sendo a proliferação de condomínios um fenômeno global e que existem muitas semelhanças entre os condomínios de vários países – assim como são semelhantes as justificativas para a sua proliferação –, Vasconcelos (2013) não encontra empecilhos para a utilização da noção em várias sociedades. O mesmo não ocorreria com a noção de segregação, que, segundo o autor, é a ferramenta de análise de uma estrutura muito mais específica.

Embora sejam pertinentes as ponderações de Vasconcelos (2013), compartilhamos da opinião de Sposito (2013) que promove sua argumentação com a ideia de que os conceitos não são unidades estanques. Entretanto, estes possuem proposições básicas que devem ser respeitadas, o que, por sua vez, não inviabiliza propostas de atualizações de seu conteúdo:

[...] o reconhecimento de distinções entre diferentes formações socioespaciais, de um lado, e de que os conteúdos de um conceito mudam

com tempo, do outro, não podem acarretar a negação dos princípios que o fundamentam, na origem, a proposição dele [...] os conceitos, tomando a perspectiva que escolho, podem e devem ser atualizados [...] (SPOSITO, 2013, p. 62).

As ponderações de Sposito (2013) sobre segregação socioespacial devem ser consideradas tendo em vista que a sua análise representa uma contribuição para apreensão teórica do conceito em questão.

Em primeiro lugar Sposito (2013) ressalta o caráter polissêmico do conceito de segregação. Esta situação exige maior cautela para a utilização deste conceito, sempre levando em consideração as particularidades do espaço urbano na América Latina, o desenvolvimento do capitalismo e as características das cidades do Brasil (SPOSITO, 2013).

Ainda relacionado com necessidade de rigor teórico, Sposito (2013) alerta para que não se confunda o conceito de segregação com outros de origem diversa, tendo em vista que a existência de segmentação, diferenciação e desigualdade – que são inerentes à cidade capitalista – nem sempre podem ser caracterizadas ou tratadas como segregação ou ter as suas causas atribuídas a esta.

Considerando esses dois pontos, a autora reivindica atenção para que se situe os elementos relativos aos seus fatores determinantes, como, por exemplo, os interesses que os vários agentes sociais possuem em relação à produção e comercialização do espaço urbano que podem implicar em segregação (SPOSITO, 2013). A quarta colocação é a:

[...] ideia de que, ao conceito de segregação, como a tantos outros de natureza geográfica, deve se associar uma escala geográfica de análise, sem a qual a sua compreensão fica vaga. Para mim, a segregação se refere à relação entre uma parte e o conjunto da cidade. A partir deste pressuposto ela já se distingue profundamente das ferramentas metodológicas que visam reconhecer áreas de inclusão/exclusão social (SPOSITO, 2013, p. 63).

Por fim, Sposito (2013) irá argumentar que a utilização do conceito de segregação implica na valorização de um ou alguns dos seus vários elementos determinantes para que se entendam as especificidades da formação socioespacial em cada cidade ou conjunto de cidades. Embora a segregação seja um processo verificável em várias cidades, seus elementos determinantes não são necessariamente compatíveis em todos os casos, visto que em algumas sociedades pode prevalecer uma distinção étnico-racial enquanto que em outras a distinção econômica pode aparecer como o fator de maior força.

Após enfatizar estas ressalvas, a autora explicita a condição para que se use o conceito:

Este é, então, um ponto central: só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (SPOSITO, 2013, p.65, grifo nosso).

Considerando os condomínios como objetos de estudo e o desejo de seus moradores de estabelecer algum controle sobre o contato que este propicia para com o restante da cidade, modificando assim as interações que podem ser estabelecidas entre os indivíduos, torna-se evidente que a atitude de erguer muros e contratar segurança privada é uma forma de separação em relação à cidade, mas relativa por diversas razões.

Continuando com Sposito (2013), passemos agora para o problema da adjetivação do conceito de segregação.

Os termos que se seguem à palavra segregação podem ser bastante variados a depender dos objetivos do estudo que se apropria deste conceito. A adjetivação “socioespacial” é utilizada por Sposito (2013, p.66) em função de que “a segregação é sempre de natureza espacial”, e não apenas isso, mas também é um processo e como tal só pode ser entendida por meio de suas manifestações no decorrer do tempo.

Ao processo de segregação socioespacial também se ligaria questões objetivas e subjetivas, ou seja, significa dizer que este processo possui o seu caráter relacional e deliberado, como ocorre com as demais relações sociais e com os conflitos existentes entre as classes sociais:

O que quero ressaltar com indissociabilidade entre objetividade e subjetividade na constituição e existência da segregação é que, não sendo natural, mas, sim, social, ele revela os campos de ações e lutas que movem a sociedade, sendo esta a mais perversa de suas faces (SPOSITO, 2013, p. 67).

Não se faz necessário enfatizar a grande distância que separa a conceituação de Sposito (2013) sobre a segregação socioespacial e as teorias que fundamentaram aqueles estudos iniciais propostos pelos acadêmicos da Escola de Chicago. E também, corroborando as ponderações de Correa (1999) sobre os meios e formas de produção do espaço urbano, a autora ressalta a importância da ação de agentes sociais para a realização do processo de segregação socioespacial.

Elaborando algumas considerações sobre o período atual, Sposito (2013) reconhece – assim como o faz Souza (2008) – a existência da autosegregação. Esta não estaria separada da concepção de segregação. A segregação e autos segregação seriam parte de uma mesma

dinâmica, embora esta última envolva uma nova gama de interesses dos agentes sociais envolvidos e acabe por apresentar especificidades (SPOSITO, 2013).

A auto segregação socioespacial não se limita a separação residencial impondo barreiras. Está relacionada com os interesses dos responsáveis pelos novos produtos disponíveis no mercado – condomínios, *shoppings centers*, etc. – e com uma parte da sociedade que tem interesse no consumo desses novos produtos e dos valores sociais que estes lhes oferecem, acabando assim por estabelecerem outras formas de interação com a cidade – que em muitos dos casos apontam para a sua negação – e também fortalecendo as várias formas de desigualdades existentes na sociedade (SPOSITO, 2013).

Também compartilhamos da opinião da autora de que as facilidades atuais para a participação do mercado imobiliário formal e para obtenção de um financiamento do Estado têm contribuído para que as classes médias mais baixas e as camadas populares residam em condomínios sem a intenção prévia de se segregar, o que não impede que esta ideia venha a se manifestar a partir da experiência de residir em espaços residenciais murados (SPOSITO, 2013). Nestes termos, a linearidade entre os condomínios fechados e o objetivo prévio de se segregar seria imprecisa e equivocada.

Já o conceito de “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” foi proposto por Souza (2008, p. 57) e faz referência a um aprofundamento do processo de segregação socioespacial. Sobre este último, Souza (2008) considera a ação de um grupo estar residindo em determinada parte da cidade não por sua escolha, mas porque não possui os meios de residir em um local com outras características.

A fragmentação envolve a formação de enclaves ilegais – como favelas territorializadas por traficantes – que impõem uma dinâmica de “abertura/fechamento” sobre o espaço urbano e a proliferação dos condomínios exclusivos que também reforçam essa dinâmica – assim como contribuem para a proliferação do sentimento de medo e insegurança – fazendo com que as possibilidades de interação social entre os indivíduos na cidade sejam seriamente prejudicadas e reduzidas com tendência para aumento da seletividade (SOUZA, 2008, p. 58).

A fragmentação, no entanto, é um processo muito mais recente que o de segregação socioespacial. Segundo Souza (2008) esta se inicia entre as décadas de 1970 e 1980 – ou seja, coincide com os momentos iniciais da difusão dos condomínios exclusivos no Brasil – e, de forma mais radical do que ocorre com a segregação, a fragmentação impõe barreiras ideológicas mais rígidas sobre a mobilidade urbana. Conforme as ponderações do autor sobre o processo em questão:

A referida segmentação reduz a mobilidade espacial intra-urbana – tanto de pobres [...] quanto da classe média [...] Com isso exclusões e auto-exclusões são criadas ou reforçadas.

O fenômeno da fragmentação nos termos que aqui interessam, é relativamente novo. Em sua fase atual ele não é, *grosso modo*, à virada dos anos 70 para os 80. Na sua esteira, é a própria ideia da cidade como “unidade na diversidade” (apesar do capitalismo, da segregação, etc.) que se vê incrivelmente sabotada num sentido *sociopolítico* (SOUZA, 2008, p. 59, grifo do autor).

Embora pertinente, o conceito de fragmentação pressupõe uma análise sobre os enclaves ilegais e a sua influência sobre o sentimento de medo e insegurança na cidade, algo que está fora do alcance deste estudo.

Outra importante contribuição teórica sobre o processo de segregação vem de Flávio Villaça (2004) que discorda de uma divisão rígida da metrópole – ou cidade – em um espaço central e periférico pelo motivo de que tanto nas áreas centrais quanto nas áreas periféricas podem residir classes sociais distintas mesmo que este fato não signifique dizer que as cidades brasileiras sejam caracterizadas por possuírem espaços marcados pela heterogeneidade social ou por ausência de espaços segregados. Em sua análise da segregação (que o mesmo adjetiva apenas como urbana), outros fatores serão considerados.

Ao contrário do que afirma Sposito (2013), que considera a autosegregação como uma nova forma de segregação – e que trás suas particularidades em relação á segregação ainda que ambas sejam entendidas como processos complementares –, Villaça (2004, p. 147) não reconhece a existência de uma “segregação voluntária” (autosegregação) e uma segregação “involuntária”.

Villaça (2004) faz uma consideração sobre os estudos da Escola de Chicago que trabalhavam, principalmente, com a noção de indivíduo, e que estes últimos tratavam de buscar as localizações mais adequadas na cidade. Desta forma a segregação involuntária e a segregação voluntária seriam – subentende-se – manifestações de escolhas individuais e familiares.

O autor concorda que exista uma disputa sobre os melhores espaços da cidade, que se relaciona com a criação de um “sítio social” sobre o ambiente natural, e tal fato torna os espaços das cidades funcionalizados e impõem uma seletividade sobre a cidade que passa a ter lugares mais valorizados que outros (SANTOS, 1993apudVILLAÇA, 2004). Mas tal disputa não se dá entre indivíduos, mas entre classes sociais.

Considerando a dimensão da luta de classes, Villaça (2004) vai argumentar a inexistência de dois processos de segregação – o par segregação/autosegregação – pois aquele que se segrega (ou se autosegrega) está impondo a segregação para os demais, seja

em uma estrutura urbana de padrão centro-periferia – na qual os moradores que se segregam no centro criam suas barreiras sociais para evitar o acesso dos demais segregados nas periferias –, seja em uma estrutura urbana de enclaves fortificados em ambientes periféricos – nos quais as elites segregadas impedem o acesso dos que elas consideram indesejáveis.

A partir das contribuições de Castells (1983) que versa sobre a tendência de formação de áreas com forte homogeneidade interna, Villaça (2004) ressalta a noção de um processo que é histórico o que, necessariamente, converge para a negação de segregação enquanto estágio. A noção de tendência não implica em certezas absolutas sobre o desenvolvimento da cidade e estruturação de seus espaços. Estas modificações derivam de vários fatores.

Conceitualmente, para esse autor, a segregação seria um processo de segmentação do espaço que passa a ter maior presença de um determinado grupo social:

Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole [...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço (grifos do autor) (VILLAÇA, 2004, p. 142).

Para o produto resultante do processo de segregação, um dos principais fatores a merecer atenção seria a concentração. A concentração é fator determinante para caracterizar a segregação urbana, sendo que somente a partir desta poderia ser possível à formação da “região geral” na qual iria se alojar a maior parte da população de uma determinada classe social:

O importante é que o setor segregado detenha uma grande parte – talvez a maior – de uma dada classe [...] o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa desta classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole (VILLAÇA, 2004, 143).

A existência da região geral (referindo-se as camadas de média e alta renda) identificada por Villaça (2004) não nega ou impede a presença de outros espaços que concentrem pessoas do mesmo grupo social ainda que com menor expressividade. Esta concepção do espaço urbano não está mais assentada em uma dualidade espacial na medida em que Villaça (2004) se refere á setores ocupados por grupos sociais distintos que podem até estar próximos em termos de distância, mas separados por barreiras físicas e ideológicas, sendo a isto que Souza (2008) se refere em suas análises sobre a proliferação de condomínios exclusivos.

O processo de segregação exposto por Villaça (2004) ocorre desde o século XIX nas principais cidades brasileiras – ainda que a intensidade seja variável dependendo de cada caso

– e, neste movimento, as camadas de renda média e alta protagonizaram uma reestruturação do espaço urbano com a constituição de uma nova centralidade – a formação de sua região geral que também representa uma alternativa ao centro tradicional – na qual o acesso das demais classes sociais, as camadas populares, seria inviabilizado por meio das condições de consumo destes novos espaços.

O motivo da formação da nova centralidade estaria relacionado com o tamanho das classes sociais no Brasil e o aumento dos índices de violência. Para o primeiro caso, Villaça (2004) argumenta, mas tratando de países tidos como desenvolvidos, que as classes médias e altas conseguiram se expandir em número e por isso mantêm uma forte relação com a centralidade da cidade além de formarem uma coroa em torno desta, o que dificulta o seu deslocamento.

Para o caso das cidades brasileiras – com sua reduzida classe média e elite – a formação dessa coroa concêntrica não se concretizou e estas classes não desenvolveram, em relação ao centro tradicional, um conjunto de relações com os mesmos níveis de intensidade que se verificam em outros países (VILLAÇA, 2004). Como consequência se verifica a presença de uma maior fluidez das classes médias e altas em direção a outras localidades, mas não de forma aleatória.

Com o aumento da violência na década de 1970 e com a intensificação da presença de pessoas de classes mais baixas nos espaços centrais, as relações que as classes médias e elites mantinham com centro tornam-se ainda mais quebradiças (VILLAÇA, 2004). Isso fez com que as classes médias abandonassem o centro tradicional para construir uma nova centralidade, a região geral que é formada por alguns bairros.

A criação de uma nova centralidade pelas camadas de alta renda não prescinde de toda uma estrutura de serviços urbanos públicos e privados que estão voltadas tanto para o trabalho como para o seu consumo e que, certamente, estão alojados na sua região de moradia e assim lhes permitem um fácil acesso aos seus locais de interesse, contudo, as condições de acesso das demais classes sociais não são priorizadas.

Por meio do mercado, do Estado e da ideologia as camadas de alta renda constroem seus novos espaços exclusivos ao passo que justificam para a sociedade a exaustão das centralidades anteriores (VILLAÇA, 2004). O que ocorre é o inverso do que se apresenta como justificativa: as elites e classes médias não se segregam na região geral em função da deterioração do centro tradicional, mas é a saída das elites e classes médias que causam essa deterioração.

A saída das elites do centro para a região geral na qual passa a residir a maior parcela dessas classes não implica, necessariamente, no desaparecimento imediato da área central. Esta, como demonstrou Caldeira (2011) para o caso de São Paulo, ainda pode concentrar – embora em menor número se comparada à região geral – uma parcela de seus antigos moradores por vários motivos (como a tradição e o apego ao lugar).

No entanto, segundo as constatações de Villaça (2004), as elites das metrópoles brasileiras caminham na direção do abandono das antigas centralidades – reservadas aos pobres – para a segregação na região geral, tornando a cidade um ambiente dicotômico e ambíguo:

Torna-se cada vez mais acentuada a divisão de nossas metrópoles em duas cidades divorciadas uma da outra – a dos mais ricos e dos mais pobres e excluídos. Essas duas cidades estão produzindo, inclusive, dois centros distintos: o que chamam de “centro velho”, que é o centro tradicional, outrora dos mais ricos, mas hoje tomados pelas camadas populares; e o “centro novo”, dos mais ricos (2004, p. 311).

Parte da saída das elites da sua centralidade tradicional e posterior segregação na região geral deriva do consumo.

Embora seja uma importante contribuição teórica, o conceito de Villaça (2004) não se aplica aos objetivos deste trabalho por se tratar de uma escala muito mais ampla. A proposição de Sposito (2013) sobre segregação parece-nos compatíveis com as condições apresentadas pelo objeto empírico, no caso, o RPF II.

3.2 Os condomínios fechados como uma manifestação recente do processo de segregação

As características dos condomínios de classe média e alta podem variar de acordo com o tempo e o espaço no qual se encontra. Os únicos elementos dos condomínios que podem ser generalizadas são a presença dos muros e controle sobre o acesso daqueles que nele não residem e também controle sobre os que nele trabalham (SOUZA, 2008).

Medo da violência urbana e insegurança estão entre os argumentos mais frequentes para morar neste tipo de moradia. O aumento da violência nas cidades do Brasil teria sido o fator preponderante para que os condomínios se tornassem mais frequentes em nosso país. O momento em que se verifica o aumento da violência em nossos principais centros urbanos não é um consenso. Caldeira (2011) e Souza (2008) apontam a década de 1970, enquanto que Villaça (2004) afirma que os índices começaram a subir a partir de 1980. Mas o aumento da violência de fato ocorreu e quanto a isso não existe um desacordo.

A proliferação dos condomínios fechados está relacionada a uma série de fatores que permeiam os padrões de consumo das sociedades capitalistas, contudo, elementos como segurança e privacidade não podem ser desconsiderados porque fazem parte do imaginário social criado pelo *marketing* daqueles que possuem interesse na difusão deste tipo de empreendimento habitacional.

Para Caldeira (2011) os condomínios fechados fazem parte de um conjunto de espaços de consumo – visto que no condomínio ocorre o consumo da mercadoria habitação e de serviços variados – que são caracterizados por todo um sistema de segurança e controle que, em última instância, tem o objetivo de afastar aqueles que são visto como indesejáveis e assim segregar. A autora classifica esses espaços como “enclaves fortificados”, visto que estes não dialogam com a cidade – ao contrário, procuram negá-la – e possuem mecanismos de manter afastados aqueles que não possuem condições de consumi-lo (CALDEIRA, 2011).

Os condomínios fechados seriam a forma residencial de enclave. Estes ambientes poucos interagem com os espaços públicos e com a cidade, pois possuem a sua própria territorialidade que a todo o momento é reafirmada pelos muros e sistemas de segurança. No interior destes ambientes existe a imposição de regras de convivência e o encontro entre as classes sociais tende a ocorrer em função da prestação de serviços, o que acaba por ser uma contradição inerente a este tipo de moradia na medida em que os seus residentes não podem abdicar por completo do contato com os estratos sociais inferiores (CALDEIRA, 2011).

É muito comum que enclaves residenciais estejam localizados em áreas periféricas das cidades. Como se trata de grandes espaços residenciais, os terrenos mais baratos das periferias são selecionados para que se construa este tipo de habitação. Esta situação tende a enfatizar a mudança nas formas de segregação apontadas por Caldeira (2011). Se até os anos da década de 1970 predominava um padrão de segregação cuja leitura se fazia por meio da observação de que a classe média e elite ocupavam os espaços centrais das cidades enquanto que os trabalhadores residiam nas distantes áreas periféricas, a partir da década citada é possível perceber que as classes estão muito mais próximas em termos de distância física, porém, também estão muito distantes em termos de contato (CALDEIRA, 2011).

Para Souza (2008) a difusão dos condomínios fechados de classe média apresenta uma série de pontos negativos que ameaçam as cidades. Como meio de se proteger dos problemas relacionados com a segurança e violência, Souza (2008) define os condomínios como uma solução “escapista” já que não se propõem a solucionar esses problemas, mas apenas buscam contorná-los.

Outro questionamento de Souza (2008) faz referência ao tipo de sociabilidade que estes espaços podem propiciar aos que neles residem. O autor demonstra preocupações em relação a um possível aumento de preconceitos já consolidados em nossa sociedade:

De um ponto de vista político-pedagógico, pode-se afirmar que os “condomínios exclusivos” ameaçam o fortalecimento de valores e civilidade cidadã, uma vez que são ambientes de socialização que, a um só tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para com a cidade como um todo. Reforçam porque, implicando um empobrecimento adicional da vivência da cidade e da experiência do contato com o Outro (entendido esse Outro como o favelado, o morador de rua, o suburbano...), o enclausuramento voluntário só pode terminar por reforçar preconceitos, na esteira da ignorância e do medo. O espaço urbano também educa – ou “deseduca”. No caso do condomínio, educa não para a liberdade, para o diálogo, para o respeito a diferença, para a solidariedade, mas sim para o ódio de classe (não raro amalgamado com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse (e o desrespeito) em face dos diferentes (SOUZA, p. 74, 2008).

Além de ser uma reação ao problema da segurança, Souza (2008) também argumenta que os enclaves são uma manifestação da atual fase da economia capitalista caracterizada pela globalização e financeirização. A produção deste tipo de ambiente não está vinculada apenas aos modismos das sociedades de consumo, é também uma forma de estas mesmas sociedades ampliarem os seus recursos econômicos.

Segundo Caldeira (2011), o *marketing* cumpre um papel fundamental para a produção e comercialização de enclaves. Segundo a autora, é comum o uso do conceito de “comunidade” nas propagandas. Essa expressão também surge entre as entrevistas realizadas nos estudos anteriores no RPF II, e tem alguma influência sobre o pensamento de seus residentes.

3.3 Os condomínios fechados e a ideia da comunidade

A análise sobre a comunidade será assentada nos estudos do Sociólogo Sigmund Bauman. O ponto de partida de Bauman (2003) é o do imaginário (socialmente) formulado sobre a comunidade. As qualidades atribuídas à comunidade seriam sempre positivas e relacionadas a uma vivência tranquila ou, no mínimo, com perigos e riscos atenuados:

Os significados e sensações que as palavras carregam não são, é claro, independentes. “Comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega [...] aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros [...] numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar

no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos (BAUMAN, 2003, p. 7-8).

E mais do que isso, a comunidade, quando posta em comparação com a realidade social, também estaria relacionada a uma perda, o que então – até por conta de suas qualidades intrínsecas – justificaria uma busca:

Não é só a “dura realidade”, a realidade declaradamente “não comunitária” ou até hostil à comunidade, que difere daquela comunidade imaginada que produz uma “sensação de aconchego”. Essa diferença apenas estimula a nossa imaginação a andar mais rápido e torna a comunidade imaginada ainda mais atraente (BAUMAN, 2003, p. 9).

A comunidade que permeia o pensamento e as ideologias tinha a ausência do consenso como uma de suas principais características. Conforme argumentação de Bauman (2003) o consenso é uma esfera de negociação na qual os indivíduos tentam vislumbrar possíveis caminhos para uma vida conjunta e livre (o quanto possível) de conflitos e inconsistências. Entretanto, a comunidade já dispõe de uma ordem interna e seus membros já possuem um entendimento que emerge sem a necessidade de uma arena de negociações, pois não se faz necessária a sua explicação, ou seja, a comunidade possui uma coesão que dispensa todos os enunciados sobre a justificativa de sua própria existência.

As três características de uma verdadeira⁸ comunidade seria a sua diferenciação interna, pequena dimensão territorial e autonomia (REDFIELD, 1971 apud BAUMAN, 2003). Por meio dessas características percebe-se que a comunidade conta com indivíduos que se reconhecem como iguais – e que de imediato reconhecem o que é diferente –, as informações circulam sem dificuldades e o intercâmbio possui pouca importância, pois a necessidade do que vem de fora é reduzida, condição que garante certo isolamento (BAUMAN, 2003). A comunidade é assim uma organização social fechada em si mesma.

Pelas condições de transporte e comunicação de um mundo globalizado é possível argumentar que as premissas para a formação de uma comunidade são muito difíceis de realizar. Entretanto, o processo de dissolução das comunidades não se inicia com a globalização, é anterior a esta, e mesmo a globalização não destrói por completo a comunidade, pois se esta não se verifica enquanto uma unidade dotada de uma orientação e cognição própria partilhada por todos os seus membros, outras formas mais perenes de comunidade surgirão (BAUMAN, 2003).

⁸Segundo Bauman (2003), as comunidades de fato não desaparecem por completo, contudo, as atuais comunidades são apenas tentativas de aproximação das comunidades de outrora.

A individualidade que se tornou a característica maior da modernidade está posta em oposição às relações de reciprocidade inerentes à comunidade. A individualização permitia que se atingissem novos patamares de liberdade, mas não sem que se abrisse mão de alguma coisa, neste caso Bauman (2003) vai argumentar que a segurança foi parcialmente deteriorada em função da liberdade.

O processo de emancipação da sociedade moderna sob o sistema capitalista não possui características universais, já que pressupõe a dominação de classe. Para Bauman (2003), a Revolução Industrial representa o momento em que um segmento da população passa a atingir novos graus de liberdade individual e segurança, enquanto que, para a maior parte das pessoas, esses benefícios tornam-se cada vez menores.

Por meio da industrialização ocorre a desagregação das comunidades e a quebra dos laços estabelecidos (em especial aqueles formados por meio das relações que se desenrolavam no ambiente familiar), pois estes eram particularmente desinteressantes para os donos do capital que estavam ansiosos por experimentar novos níveis de emancipação:

[...] as “massas” tiradas da velha e rígida rotina (a rede de interações comunitária governada pelo hábito) para serem espremidas na nova e rígida rotina (o chão da fábrica governado pelo desempenho de tarefas), quando sua supressão serviria melhor a causa da emancipação dos supressores. As velhas rotinas não serviam para esse objetivo – eram autônomas demais, governadas por sua própria lógica tácita e não negociável, e por demais resistentes à manipulação e a mudança, dado que excessivos laços de interação humana se entreteciam em toda ação de tal modo que para puxar um deles seria preciso mudar ou romper muitos outros (BAUMAN, 2003, p. 30).

Não se trata de supor que Bauman (2003) negue ou rejeite os benefícios do industrialismo e modernidade para a sociedade. Engels (2015) já apontou que a retórica saudosa de outros momentos nos quais a maior parte da população estava alojada nos espaços não urbanos e submetida a outros critérios de tempo acabava por redundar em uma condição de trabalho bastante difícil (não que o trabalho industrial fosse fácil), baixa expectativa de vida, dificuldades diante da fome, problemas para o tratamento de doenças, submissão aos interesses aristocráticos, etc..

O que Bauman (2003) quer enfatizar é que o ataque à comunidade foi desferido pelos que dela já não precisavam e unicamente em seu próprio – e minoritário – benefício. Os laços comunitários eram vistos como uma ameaça para a adaptação dos novos trabalhadores às novas modalidades de trabalho sobre o qual já não possuíam nenhum controle e que não lhes trazia nenhuma satisfação.

A transformação dessas modalidades de trabalho, a conversão de trabalhadores rurais e artesanais em novos trabalhadores da indústria moderna não ocorre sem se fazer uso de ideologias. Fazia-se necessária esta mudança para garantir o progresso da sociedade, ou para combater a indolência e indisciplina da maior parte da população, ou então para que se entrasse na era moderna (BAUMAN, 2003). Para todos os efeitos, a liberdade individual em conjunto com uma boa condição de segurança, na sociedade moderna, era benefício de poucos.

Para descrever o estado em que se encontrava a sociedade quando do período de formação de sua força de trabalho industrial e dos ataques constantes às velhas tradições comunitárias, Bauman (2003, p. 35) chamará de “uma era de *engajamentos*”. Tal engajamento se deve à contradição inerente à situação na qual os trabalhadores – esquivos e desconfiados em relação à sua nova rotina de trabalho e seus supervisores – devem ser constantemente monitorados, o que forçava os donos do capital a se manterem por perto.

Outro contexto estava por vir e possibilitou a contenção temporária e parcial dos conflitos, e com isso garantiu certa estabilidade para a moderna economia capitalista. Após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo passará, apesar da Guerra Fria, por um período de três décadas de grande crescimento. Esse período possui como sua consequência um:

[...] processo de organização e legitimação da ordem capitalista no pós-guerra, dirigido por forças políticas do capital, sob pressão do movimento operário, [que] resultou em um amplo, e contraditório, pacto que levaria o sistema a apresentar anos de crescimento e estabilidade jamais registrados na história. Os princípios inscritos no que se convencionou chamar de “consenso keynesiano” convergiram para a ampliação das funções do aparelho de Estado, abrangendo todos os setores da vida social (MARTINS, 2007, p. 7).

O transcrito acima se refere ao “regime de acumulação” fordista-keynesiano, que faz parte da história do modo de produção capitalista e que, durante parte do século XX, foi o modelo hegemônico no bloco capitalista possibilitando, de maneira desigual ao redor do mundo, grandes possibilidades de crescimento econômico e social nas sociedades que o adotaram (HARVEY, 2012, p. 117).

Uma importante apreensão sobre o regime fordista vem de Harvey (2012). Se apropriando dos entendimentos da chamada “escola da regulamentação”, Harvey (2012, p. 117) irá argumentar a necessidade inerente ao regime de acumulação de moldar o comportamento individual e coletivo daqueles que estarão sujeitos as regras do mesmo, sendo denominado como “modo de regulamentação” os processos e regras a serem incorporadas.

Como data simbólica do nascimento do fordismo, Harvey (2012) irá apontar o ano de 1914:

[...] quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso (2012, p. 121).

Segundo Harvey (2012), as concepções de Henry Ford (1863 – 1947) como um empreendedor bem-sucedido que buscava a excelência do trabalho e da produtividade por meio de inovações tecnológicas e organizacionais não eram tão importantes como a sua disposição de criar outra forma de organização da sociedade modificando as bases (vigentes até então) de consumo, reprodução e controle da força de trabalho e também as bases políticas e econômicas.

Bauman (2003) irá argumentar que a estratégia de Ford se consubstanciava em uma tentativa de se obter melhores condições de cooperação entre as duas classes em conflito, os trabalhadores e os empresários. Sobre este ponto, existe uma convergência entre as opiniões de Bauman (2003) e Harvey (2012): o capitalismo moderno necessitava de outros mecanismos de controle social. Manter a convivência entre os dois grupos apenas por meio da coerção e da mútua necessidade seria uma apenas uma garantia de problemas infundáveis:

Um casamento em que os dois lados sabem que estão unidos por um longo porvir, e no qual nenhum dos parceiros está livre para rompê-lo é necessariamente um lugar de perpétuo conflito. A chance de que os parceiros tenham a mesma opinião em todos os problemas que possam surgir ao longo desse futuro é tão pequena quanto a probabilidade é tão pequena quanto a probabilidade que um deles ceda sempre à vontade do outro, sem tentar melhorar a sua posição relativa (BAUMAN, 2003, p. 36).

A estratégia seria atribuir à nova ordem um sentimento de comunidade, mas esta agora seria localizada na fábrica e disciplinada para atender os desígnios daqueles que detinham de fato o poder. Uma forma de pôr esta estratégia em prática já se verificava no final século XIX, eram as cidades industriais produzidas por alguns empresários capitalistas e que deveriam firmar o compromisso com o trabalho e tentar impor, por meio da recriação da comunidade (ou pelo menos da tentativa de recriação), novos parâmetros de ordem e moral (BAUMAN, 2003).

A despeito das intenções declaradas destes empresários, Engels (2015) irá argumentar que o interesse em fornecer essa infraestrutura para os trabalhadores – em especial a moradia – estava muito mais vinculado a ideia de aumentar a dependência dos trabalhadores em

relação aos padrões para que os primeiros fossem submetidos a condições ainda mais abusivas de exploração. Será somente com o fordismo e sua regulação estatal que a ideia de recriar a comunidade será minimamente viável.

Enquanto regime de acumulação, o fordismo possuía, no entender de Harvey (2012), duas grandes barreiras a superar. Uma delas era justamente o problema da aceitabilidade, por parte da massa trabalhadora, de um sistema de trabalho fundamentado na rotina e especialização, portanto, repetitivo e fortemente fragmentado. A negação por parte dos trabalhadores a esse tipo de rotina de trabalho seria uma consequência das antigas formas de produzir ainda fortemente marcadas pelo artesanal (HARVEY, 2012).

Este empecilho ao desenvolvimento do fordismo seria superado pela combinação de vários fatores: primeiramente a necessidade de aumento da produtividade de armas para os combates da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução das nações europeias, (destruídas em decorrência desta última) que se deu por meio da ajuda econômica norte-americana através do Plano Marshall que foi pensado em bases eminentemente fordistas, e a necessidade de controle das forças revolucionárias existentes entre os trabalhadores por meio da regulamentação dos sindicatos, fazendo com que a força de trabalho abdicasse de suas formas tradicionais de produção em troca de mais poder econômico e político⁹ (HARVEY, 2012).

A outra barreira seria a mudança na orientação das funções atribuídas ao Estado, pois este, por meio da ideologia liberal que vigorava até o período da crise de 1929, não conseguiu agir de forma satisfatória no sentido de trazer estabilidade para a economia capitalista, especialmente no que tange a garantia da demanda efetiva, o elemento principal a desencadear a crise.

A redefinição do Estado em relação às suas funções era voltada para o planejamento e racionalização da economia garantindo assim um desenvolvimento mais estável para as corporações, mas também, e principalmente como uma característica do fordismo, o Estado buscou impactar a demanda garantindo determinadas condições de representatividade aos trabalhadores sindicalizados – que por vezes se chocava com os interesses das corporações – e também interferiu na complementação da renda dos trabalhadores por meio da oferta de serviços públicos de saúde, transporte, previdência, educação, entre outros (HARVEY, 2012).

⁹Essas caracterizações, embora sejam de grande ajuda, não podem ser generalizadas para todos os locais que experimentaram uma experiência fordista, pois este teve um desenvolvimento marcado por descontinuidades e contradições e tanto os benefícios como as consequências decorrentes deste regime de acumulação são o resultado do conjunto de relações de poder que se estabeleciam entre o grande capital, o Estado e a força de trabalho.

Uma característica importante sobre o tipo de aparelho estatal construído durante o período de vigência do fordismo era que o monopólio do poder de coerção dividia espaço com outros mecanismos de controle dos conflitos existentes entre as classes sociais. Tendo em vista que o fordismo resgatou, pelo menos em nível de sentimentos e de associativismos (como os sindicatos), os laços que outrora compunham as comunidades, a força não poderia ser soberana nos processos de formação das relações de poder (BAUMAN, 2003).

Vários dos estados capitalistas que adotaram o modelo fordista tiveram que se legitimar por meio do consenso entre as classes sociais e assim tentar nivelar as contradições básicas do sistema capitalista (MARTINS, 2007). Segundo a interpretação de Harvey (2012):

No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivistas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias (2012, p. 133).

O bloco econômico capitalista – durante os anos de expansão econômica do pós-guerra – era liderado pelos Estados Unidos que, munidos da assistência das organizações econômicas mundiais e de sua superioridade econômica e militar, possibilitou a surgimento de inúmeras novas indústrias e a difusão de novos valores sociais possibilitando a criação de novos mercados de massa e a ampliação dos já existentes, bem como a criação de um modelo cultural que representava as novas qualidades do homem moderno (HARVEY, 2012).

O novo padrão de sociabilidade difundido pela burguesia norte-americana durante o período de vigência do fordismo-keynesiano estava pautado na iniciativa e na ampliação das liberdades individuais, assim como no desapego, que se fundamentava em nome da necessidade de acompanhar as rápidas mudanças pelas quais o mundo passava, embora o associativismo também fosse um componente importante para que as classes sociais pudessem, em cooperação, construir a nação (MARTINS, 2007).

Também concorreu para a formação do novo padrão de sociabilidade a extensão do consumo para grande parte dos trabalhadores, tornando-os assim proprietários e, portanto, beneficiários do sistema econômico vigente:

As aparentes possibilidades de ascensão social, expressas por meio da massificação do consumo, da ampliação ao acesso à educação escolar, pelos altos salários, pelo pleno emprego, entre outras, foram capitaneadas pela hegemonia burguesa como “exemplos” concretos de que as necessidades dos trabalhadores poderiam ser atendidas nos limites do próprio capitalismo (MARTINS, 2007, p. 17).

Esse tipo de sociabilidade se deve ao contexto no qual a classe trabalhadora precisava ser disciplinada para as linhas de produção padronizadas e rotinizadas, ou seja, despidas das

tradições de outras formas de organização de trabalho, mas também necessitavam de compensações para se manterem submissos aos interesses corporativos.

O fordismo era assim a representação de um modelo dominante e contraditório de sociedade que ao mesmo tempo em que celebrou a maior liberdade e individualidade dos indivíduos, também buscou justificar certa união entre os mesmos:

Ao contrário das redes protetoras [comunitárias] pré-modernas, aquelas criadas e administradas pelo Estado eram deliberada e cuidadosamente planejadas, ou desenvolviam-se espontaneamente a partir dos grandes esforços construtivos que caracterizaram a fase “sólida” da modernidade. Exemplos de proteção do primeiro tipo são as instituições e medidas assistenciais – às vezes chamadas de “salários sociais” –, administradas ou amparadas pelo Estado (serviços de saúde, educação pública, casas populares). E também as normas industriais que definem os direitos recíprocos das partes nos contratos de trabalho, defendendo também o bem-estar e os direitos dos empregados.

O principal exemplo do segundo tipo é a solidariedade empresarial, sindical e profissional que deitou raízes e floresceu “de modo espontâneo” no ambiente relativamente estável da “fábrica fordista”, síntese do cenário da modernidade sólida, na qual, se remediava a ausência da maior parte dos “outros capitais”. Nessa fábrica, o recíproco e duradouro empenho das duas partes em contraposição – capital e trabalho – tornou-as independente. Ao mesmo tempo, permitiu que se pensasse e planejasse a longo prazo, que se empenhasse o futuro e nele se investisse. A “fábrica fordista” foi, portanto, um lugar caracterizado por árduas e às vezes cadentes disputas que, no entanto, sempre foram contornadas [...] Foi também, por outro lado, um refúgio seguro para a confiança e, conseqüentemente, para a negociação [...] (BAUMAN, 2009, p. 18-19)

Nesses termos, o “sentido de comunidade” estabelecido pela classe capitalista primava pelo estabelecimento do consenso entre as classes sociais por meio da ampliação do consumo e benefícios assegurados pelo Estado, ao passo que reivindicava cooperação (BAUMAN, 2003, p. 36). Contudo, as formas de controle sobre a sociedade sofrerão uma grande mudança a partir da crise que se instalou na economia capitalista na década de 1970.

O regime fordista já vinha dando sinais de problemas desde os anos de 1960, mas seria somente na década seguinte que surgiriam as primeiras ações sistemáticas de governos e corporações para a formação de um novo regime econômico que mais tarde seria chamado de neoliberalismo, mas que Harvey (2012, p. 101) chamou provisoriamente de “regime de acumulação flexível”.

Os conjuntos de ações preparadas para retirar o sistema capitalista da crise estavam direcionados para a busca de novas tecnologias de produção e novos segmentos de mercado, outros modos de gerência da força de trabalho e a atribuição de outras funções para a aparelhagem estatal. A modificação dessas bases consistia numa tentativa de superação da

burocracia e rigidez que caracterizavam a economia fordista, contudo, não implicaram em mudanças totais.

As mudanças apontadas por Harvey (2012) são referentes a processos de desregulamentação que atingiram vários setores da economia e sociedade. Com relação ao mercado de trabalho a acumulação flexível têm se revelado potencialmente danosa, possibilitando um conjunto de relações trabalhistas menos favoráveis a manutenção dos postos de trabalho além do aumento do desemprego e redução dos poderes políticos dos trabalhadores por meio dos ataques aos sindicatos (HARVEY, 2012).

O regime de acumulação flexível vem acompanhado de outro processo denominado por Harvey (2012, p. 140) de “compressão espaço-tempo”. Basicamente, este processo se refere às novas condições de comunicação e de transporte que possibilita maior facilidade para a difusão de pessoas, decisões e mercadorias.

O barateamento e as melhorias dos sistemas de transporte e comunicação permitiram que as empresas reduzissem seus custos de produção por meio da fragmentação espacial das unidades produtivas, sobretudo quando se considera que sociedades sem tradições de associações trabalhistas passaram a compor a força de trabalho do sistema capitalista. Nestes espaços recém-industrializados repetia-se o processo de fragmentação das comunidades.

A queda na lucratividade apresentada pelas empresas durante o período de crise do fordismo veio de encontro aos interesses daqueles que já defendiam maior liberalização do mercado financeiro. O redirecionamento de recursos para as finanças seria uma maneira de possibilitar uma forma de absorção dos excedentes de capital que caracteriza a crise de superacumulação, contudo, tal estratégia somente se tornou viável a partir dos avanços nas tecnologias de comunicação que permitiu a formação de um mercado acionista global capitaneado pelo capital norteamericano e europeu (HARVEY, 2012).

Assim como ocorreu com o fordismo, no novo regime – neoliberal – o Estado teve as suas funções novamente modificadas. O novo processo de reestruturação econômica preconizava maior liberdade e individualidade para sociedade, algo que somente poderia ocorrer se esta fosse libertada da teia de compromissos assumidos com o Estado. A tendência deste seria a de se afastar cada vez mais da posição de provedor de serviços, que passariam a ser oferecidos pelo mercado.

Conforme foi exemplificado anteriormente em relação ao fordismo, a emergência de um novo modelo econômico impõe uma carga de valores à sociedade para que assim seja possível atingir alguma coesão. A ausência de uma correspondência entre o modo de produção e a sociedade é prejudicial para a manutenção do sistema produtivo como um todo:

A inexistência de nexos entre o paradigma produtivo e o projeto de sociabilidade pode representar o estrangulamento de qualquer projeto societário, pois vida e trabalho estão organicamente ligados. A indissociabilidade entre esses aspectos cria um novo bloco histórico formado por uma certa direção econômica e política que determina a unidade moral/intelectual/comportamental a ser assimilada pelas massas sem, contudo, eliminar a contradição (MARTINS, 2007, 26).

Dadas as características dos conflitos e dos processos de solução/contenção dos mesmos, Bauman (2003) vai ser levado a afirmar que a principal característica das relações de poder na modernidade é a capacidade de gerência e comando de seres humanos, a obediência a uma ordem exterior e a própria capacidade de imposição de uma ordem. Tais processos nunca foram tão complexos e contraditórios como nas sociedades modernas.

O neoliberalismo tem no economista Friedrich Hayek (1899 – 1992) um de seus principais teóricos. Em sua postura contra o Estado fordista, Hayek (1990) promove a defesa do livre mercado, da não planificação da atividade econômica e do individualismo. No entender de Hayek (1990), o principal fator de regulação econômica e social é a concorrência no livre mercado:

[...] o liberalismo econômico é contrário à substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação de esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo, por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas as outras sem a *intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade*. Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “*controle social consciente*” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham (HAYEK, 1990, p. 58, grifo nosso).

Ao queixar-se de intervenções, Hayek (1990), basicamente, está se referindo a ação de planejamento da economia. O Estado teria uma função a cumprir na estrutura social que seria a de permitir a concorrência em condições favoráveis. Na concepção hayekiana o mercado teria por si só – salvo algumas exceções – condições de regular a economia e sociedade segundo os preceitos do liberalismo clássico dispensando assim outros mecanismos de regulação.

É importante salientar as concepções de Hayek (1990) sobre autoritarismo, coletivismo, e individualismo. A atitude de planificar a economia – que não seja em prol da concorrência – seria sempre uma ação *a priori* autoritária, ou seja, no pensamento hayekiano abstraem-se as relações sociais e de poder que nos autorizam a caracterizar algumas

sociedades como totalitárias e outras como democráticas (ou pelo menos como não totalitárias), sendo essa distinção possível apenas por meio da conjuntura econômica.

Diretamente associada com a ideia de autoritarismo está a de coletivismo. Esta última é utilizada com rigor teórico ainda menor que a noção de autoritarismo. Com o termo “coletivismo” Hayek (1990) está se referindo tanto aos estados que adotaram políticas de redistribuição de renda em função da minimização das disparidades sociais, o Estado que adotou o nacional-socialismo, o socialismo revolucionário e os trabalhadores sindicalizados. Todos estes grupos, independente de suas constituições determinadas pelos processos da história, são imediatamente associados ao autoritarismo/totalitarismo a partir do momento que concordaram com a regulação da economia.

A estrutura econômica representaria então a instância última da sociedade, pois a partir desta se estabelecem todas as demais relações sociais. Hayek (1990) não se detém em pormenores, apenas se limita a afirmar que a totalidade das relações sociais está diretamente ligada a estrutura econômica¹⁰. Com relação ao individualismo, Hayek (1990) o postula como a essência da sociedade ocidental – novamente desconsiderando qualquer processo histórico – e que o coletivismo representa o antagonismo entre indivíduo e sociedade:

Quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos fins; decide, assim, quais deles serão satisfeitos e quais não o serão. É este o ponto crucial da questão. O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. Pois quem detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância [...] Planejamento central [estatal] significa que o problema econômico será resolvido pela comunidade e não pelo indivíduo [...] (1990, p. 100).

Note-se que se o indivíduo está posto em oposição à comunidade (entenda-se essa como a sociedade), esta última deve ser entendida como um dos coletivismos ao qual se opõe o pensamento hayekiano (pois essa sociedade aceitou a planificação econômica) e neste contexto a liberdade do indivíduo está potencialmente ameaçada. Assim a noção de liberdade de Hayek (1990) também está ancorada na premissa do livre mercado.

Qualificando a planificação econômica como o elemento maior de retenção da liberdade, Hayek (1990) desconsidera a existência de processos sociais que limitam o exercício da liberdade – desconsidera até mesmo o fato de que o contrato capitalista deriva de

¹⁰Conforme já foi mencionado, Martins (2007) e Harvey (2012) apontam a relação existente entre a estrutura econômica e as relações sociais, embora, diferente do que afirma Hayek (1990), não sugerem nenhuma linearidade entre ambas.

um conjunto de relações de poder estabelecidas entre as classes sociais – e que a própria noção de liberdade foi socialmente construída no correr dos processos históricos segundo vários interesses conforme postula Martins (2007).

Apesar das inconsistências e uso constante de abstrações presentes no pensamento de Hayek (1990), suas proposições teóricas foram fundamentais para a formação da doutrina neoliberal.

Tal doutrina¹¹ teve como alguns de seus principais representantes o governo do Presidente do Ronald Reagan (1981 – 1989) nos Estados Unidos e o governo de Margareth Thatcher (1979 – 1990) na Inglaterra, sendo estes os responsáveis pela difusão das premissas do pensamento neoliberal para o restante do globo. O esvaziamento dos sindicatos, a retirada de algumas das atribuições do Estado frente à sociedade por meio de privatizações e terceirizações de serviços e a desregulamentação financeira foram fortemente influenciados por estas lideranças políticas (HARVEY, 2011).

No âmbito da sociedade, as noções de liberdade e individualidade possuem um papel cada vez mais importante estando inseridas nos mecanismos de dominação produzidos pela doutrina neoliberal. Com o reforço dessas noções – e com o apelo pela desregulamentação – os sentimentos comunitários reconstruídos pelo fordismo passam a ser desnecessários (BAUMAN, 2003).

As novas condições de sociabilidade, segundo Bauman (2003)¹², estão pautadas na fragilidade do compromisso e no individualismo. Outros autores também compartilham da opinião de que contemporaneidade é caracterizada por um processo de crescente individualização e de rupturas constantes em um cenário no qual facilmente se perde a percepção de reciprocidades e de permanência:

No mundo em que vivemos no limiar do século XXI, as muralhas estão longe de ser sólidas e com certeza não estão fixadas de uma vez por todas; eminentemente móveis, parecem aos passantes divisórias de papelão ou telas destinadas a serem reposicionadas mais e mais vezes segundo mudanças sucessivas de necessidades ou caprichos (BAUMAN, 2003, p. 45).

A flexibilização e desregulamentação e a velocidade com a qual as transformações na sociedade ocorrem corroem a confiança e as certezas sobre o futuro, estando assim esses

¹¹ Doutrina que, como argumenta Martins (2007) e Harvey (2011) não se concretizou de total acordo com suas premissas teóricas e que, assim como o fordismo, possui meios diferenciados de implementação quando se considera os vários países capitalistas.

¹² Embora Bauman (2003) não nos forneça uma conceituação rígida sobre a sociabilidade, percebe-se que a mesma está relacionada com as interações existentes entre os indivíduos e que estas, por seu turno, são influenciadas pela estrutura social maior, correspondendo assim a processos concretos.

processos vinculados a outras formas de dominação de classe que, ao contrário de momentos passados, não necessitam de acordos de cooperação, mas na disseminação do sentimento de insegurança.

Para os grupos que estão nos níveis mais baixos da hierarquia social tal situação se traduz na dificuldade de se obter segurança no emprego, de fazer e seguir planos e de se organizar para confrontar os responsáveis por sua exploração, enquanto que para as elites essa mudança representa a liberdade do fardo de regular as formas de interação social para além do individualismo (BAUMAN, 2003).

Bauman (2003, p. 53) define a atual elite capitalista como “extraterritorial”. A extraterritorialidade se realiza em função das melhorias dos meios de transporte e das comunicações que permitiram a estas classes romper com as amarras do local. Esse rompimento com o local representa também o rompimento com a teia de relações estabelecidas pelos vínculos comunitários.

Para a classe extraterritorial a comunidade representa, antes de tudo, a obrigatoriedade do compromisso para com o outro. É este o componente da comunidade que os extraterritoriais não se sentem inclinados a aceitar. Entretanto, as elites, que não são imunes às mudanças que ocorrem na sociedade, também podem sentir – e de fato isso ocorre – a necessidade de se proteger da individualidade e velocidade da sociedade moderna, e a sua conseqüente insegurança, por meio da ideia de comunidade (BAUMAN, 2003).

As comunidades que mais interessam as classes sociais de maior renda são as “comunidades cercadas”, representadas pelos condomínios fechados que são dotados de toda uma rede de segurança privada (BAUMAN, 2003, p. 52). Algumas das características da comunidade nos apresentada por Bauman (2003) eram seu isolamento e controle sobre os seus residentes e sobre o contato entre estes e os que são de fora (estranhos à comunidade). Serão justamente essas características – e é provável que sejam somente estas – que as comunidades cercadas conseguem recompor.

Santos Jr. (2009) relaciona a criação dos condomínios (inicialmente nos subúrbios das cidades norteamericanas e posteriormente em vários outros países) com a necessidade de as elites e classes médias reconstruir os laços comunitários que, paradoxalmente, elas próprias foram as responsáveis pela dissolução em função do individualismo. Assim:

[...] aparecia no horizonte de possibilidades materiais de uma determinada classe média a chance de reconstrução de relações sociais mais amistosas, que pretendiam entre outras coisas a reconfiguração de laços sociais mais fraternos, que lembrassem as antigas comunidades. Esta comunidade baseada em supostos laços de proximidade entre os vizinhos pretendia ser a resposta ao individualismo predominante nas grandes cidades

norte-americanas, marcadas pelo ritmo de produção industrial e sua grande competitividade (SANTOS JÚNIOR, 2009, p. 10).

O medo e a insegurança da e na cidade cumpre uma função importante para a proliferação dos condomínios fechados. Conforme o raciocínio de Souza (2008), o medo – ao contrário da experiência concreta da violência – pode atingir certos níveis de generalização transpondo assim as diferenças entre as classes sociais. O medo e insegurança estão relacionados às ideias e sentimentos compartilhados entre os membros de uma sociedade, mas também derivam de experiências concretas, ou seja, a possibilidade de ser vítima da realidade violenta de uma cidade.

Como já foi mencionado anteriormente, Bauman (2009, p. 21) irá relacionar o sentimento de insegurança – e conseqüentemente o medo – com o individualismo que acompanha a sociedade moderna em sua fase “líquida”. Também concorre para esta situação a perda das garantias sociais quando do desmantelamento do Estado de bem-estar social, sobretudo aquelas relacionadas com o trabalho e com a seguridade e previdência social. Obviamente, a perda dessas garantias também afetaria a experiência concreta do crime.

A mesma síntese de pensamento nos é oferecida por Wacquant (2002), que critica a perda de direitos das esposas dos detentos nos Estados Unidos – no período de desregulamentação – e a incorporação, segundo seu ponto de vista, das prisões a uma estrutura política que em nada se relaciona com a ressocialização dos detentos e que está posta em uma relação de complementaridade à política de produção dos guetos. Guetos e presídios estariam então inseridos em uma estratégia de exclusão, sobretudo da população negra.

Este estudo não tem por objetivo investigar os processos responsáveis pelo aumento do medo e dos índices de criminalidade nas cidades, entretanto, e, sobretudo nos países que viveram uma autêntica experiência fordista, a dissolução das garantias estatais parece estar entre as principais causas desse aumento.

Também contribuiria para a intensificação dos problemas urbanos – entre estes, o da segurança pública – o processo de globalização. Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a globalização não estaria reduzindo a importância da política local, mas reforçando-a. Os produtos mais infelizes da globalização somente ganham uma importante apreciação quando começam a afetar as localidades, e é somente no local, argumenta Bauman (2009), que se pode vislumbrar alguma condição de melhoria. Daí a contradição de:

[...] as cidades se transformarem em depósitos de problemas causados pela globalização. Os cidadãos e aqueles que foram eleitos seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa

de encontrar soluções locais para problemas que são globais (grifos do autor) (BAUMAN, 2009, p. 32).

Ainda que para muitos a experiência concreta do crime não seja um dado constante, estando assim mais circunscrito à esfera da abstração e do sentimento, os condomínios fechados passam a ser a principal estratégia de defesa das classes médias e elites¹³ e são utilizados em todo o mundo.

Teresa Pires do Rio Caldeira (2011, p. 258) menciona o surgimento de todo um conjunto de estruturas urbanas, os “enclaves fortificados”, sendo os condomínios fechados a forma residencial. Como enclaves entendem-se os empreendimentos privados que os indivíduos utilizam em conjunto (mas de forma restrita em função das diferenças entre as classes sociais) e que possuem um forte aparato de segurança.

Os enclaves estão postos em uma relação de negação para com os espaços públicos e com a própria cidade e possuem a sua própria demarcação territorial que é rigidamente reafirmada pelos muros e pelos serviços de segurança e vigilância (CALDEIRA, 2011). Dentro destes ambientes ocorre a imposição de regras que visam o controle e a exclusão e o encontro entre as classes tende a ocorrer mais por meio da prestação de serviços (CALDEIRA, 2011). Em função do tamanho que alguns condomínios podem atingir, muitos se acomodam nas periferias urbanas, que possuem os maiores terrenos, mas tal fato não pressupõe a interação entre os membros de classes sociais diferentes.

Assim como Caldeira (2011), Souza (2008) vai identificar a difusão dos enclaves condominiais no Brasil durante os anos de 1970¹⁴. Considerando a realidade das cidades brasileiras, Souza (2008, p. 69-70) irá fazer uma série de considerações sobre o processo de difusão dos condomínios fechados, ou “condomínios exclusivos” ou ainda “*gatedcommunities*”.

Indo de encontro com as considerações de Bauman (2009), Marcelo Lopes de Souza (2008) também vai ressaltar o caráter global da proliferação dos condomínios fechados o que, conseqüentemente, sugere que as condições de criminalidade que as cidades podem apresentar – que são condições muito variáveis a depender do país ou região – não é o único fator para a difusão deste tipo de moradia, ainda que seja um elemento dos mais importantes.

¹³ Para Santos Junior. (2009) a utilização do termo “elite” traz consigo algumas imprecisões em função da diversidade de indivíduos que podem compor uma elite. Neste trabalho o termo se refere à elite econômica.

¹⁴ O estudo de Caldeira (2011) é referente à cidade de São Paulo na qual a autora argumenta que os condomínios surgiram ainda em 1928. Contudo, a produção destes empreendimentos em escala ampliada teria ocorrido nos anos de 1970, para a forma condomínio vertical, e 1980 e 1990, agora também sob a forma de condomínios horizontais (CALDEIRA, 2011).

A violência e a criminalidade estão, ao que parece, mais atreladas a um apelo discursivo que tem por objetivo fundamentar uma justificativa para uma determinada ação, do que a uma realidade verificável empiricamente de maneira universal, conforme ponderação de Souza (2008) ao se referir a trabalhos que problematizam o problema da violência:

[...] um trabalho como o da equipe do ISER ajuda a demolir um preconceito típico da classe média que se sente “acuada” pela violência e ignora que nas periferias urbanas predominantemente ocupadas por pobres, longe de suas vistas, é onde a violência se faz sentir mais intensamente – perpetradas por “bandidos comuns”, mas também, por grupos de extermínio e esquadrões da morte (2008,p. 52-53).

Enquanto um meio para se obter segurança – aceitando a argumentação de que para a realidade brasileira a busca da segurança é um dos principais objetivos do condomínio fechado –, as *gatedcommunities* são acima de tudo uma estratégia classista e “escapista” para lidar com o problema do crescimento da violência e do crime (SOUZA, 2008, p. 73).

Escapista porque se trata de uma estratégia que busca apenas contornar o problema, deixando-o, do ponto de vista das políticas públicas, simplesmente intacto. Haja vista que os condomínios representam uma solução para alguns, notadamente as classes sociais que possuem grandes meios de impor seu poder, não há razões para ir por outro caminho.

Uma característica dos condomínios apontada por Caldeira (2011) e compartilhada por Bauman (2009, p. 43) é o fato de que estão “isolados do território contínuo da cidade”. Neste contexto essas estruturas territoriais não fortalecem a civilidade na cidade, ao contrário, buscam representá-la como sendo o lugar do imponderável, imprevisível e, acima de tudo, a cidade é o território do perigo (SOUZA, 2008).

Anteriormente mencionamos que o ideal de comunidade estava entre as justificativas iniciais para a criação dos condomínios. Tal ideal se mantém, e para o capital imobiliário o *marketing* em torno desta ideia é uma peça chave para a realização das vendas.

A campanha publicitária deve sempre tocar nos temas que são condizentes com as aspirações do seu público específico – classes médias e elites – estabelecendo condições apropriadas para o ato de morar e, concomitantemente, negar as condições específicas da cidade e oferecer aos possíveis compradores uma oportunidade de fuga da confusão urbana:

Esse novo “conceito de moradia” articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A imagem que confere maior *status* (e é a mais sedutora) é a da residência enclausurada, fortificada e isolada, uma ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas consideradas como iguais (CALDEIRA, 2011, p. 265).

O que a utilização da ideia de comunidade tenta sugerir é algo semelhante ao entendimento simmeliano de sociabilidade, ou seja, a interação entre aqueles que são iguais. Essa premissa tende a ser – no mínimo – contraditória com a imposição do individualismo como um dos altos valores da sociedade capitalista. Para Marcelo Lopes de Souza (2008) tal ideal comunitário seria impraticável. Já Santos Junior. (2009) detectou várias formas de socialização em estudo realizado em condomínios de classe média e alta do Rio de Janeiro, no entanto, não era algo que se pudesse assemelhar ao entendimento baumaniano de comunidade.

Apesar da tentativa de superar os “problemas” da cidade por meio da construção de um mundo supostamente à parte, a promessa – ainda que esta não seja explícita – de manter longe os diferentes acaba por redundar no fato de que os condomínios trazem a contradição de necessitar da heterogeneidade social, uma vez que são as classes sociais de menores rendas que fornecem os serviços existentes nos enclaves (CALDEIRA, 2011).

Um dos questionamentos de Souza (2008) faz referência ao tipo de educação que a sociabilidade em locais fechados e constantemente monitorados pode oferecer a seus residentes considerando as ideologias que fundamentam a manutenção desses ambientes. A única conclusão que o autor consegue vislumbrar é o crescimento dos preconceitos e discriminações:

O espaço urbano educa – ou “deseduca”. No caso dos condomínios, educa não para a liberdade, para o diálogo, para o respeito à diferença, para a solidariedade, mas sim para o ódio de classe (não raro amalgamando com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse (e o desrespeito) em face dos diferentes (SOUZA, 2008, p. 74).

Caldeira (2011) – entre outros – afirma que os enclaves são o produto mais recente do processo de segregação. Diferente de outros momentos, esta etapa do processo de segregação não se caracteriza por grandes distâncias físicas entre os locais de moradia das diferentes classes sociais. Essas distâncias foram drasticamente reduzidas, no entanto, a distância socioeconômica entre as classes sociais permanece e o contato entre as mesmas é reduzido em função de muros e sistemas de segurança

4 SOBRE O CONCEITO DE SOCIABILIDADE

O conceito de sociabilidade tem a sua origem nos escritos do sociólogo e também filósofo Georg Simmel (1858 – 1918). Entre as principais preocupações deste autor está a institucionalização da Sociologia enquanto ciência, sendo esta então responsável pela análise de um conjunto de problemas que as demais ciências não possuem os meios adequados para analisar, o que por sua vez exigiria da Sociologia um método que lhe seja característico/próprio. Para este autor:

A ciência da sociedade, ao contrário das outras bem-fundamentadas ciências, se encontra na desconfortável situação na qual precisa, em primeiro lugar, demonstrar seu direito à existência – ainda que certamente esteja na situação confortável em que essa justificativa será conduzida por meio do esclarecimento necessário sobre seus conceitos fundamentais e sobre os seus questionamentos específicos perante a realidade dada (SIMMEL, 2006, p. 9).

Para colaborar com a construção do *status* científico da Sociologia, Simmel (2006) aprofunda a leitura sobre o conceito de sociedade. Para tratar deste último, o autor promove a crítica sobre duas concepções de sua época; uma destas concepções considera a sociedade apenas como uma mera “abstração indispensável para fins práticos”, pois esta designaria a coletividade dos “seres individuais” e seria somente por meio destes – os indivíduos – que seria possível produzir uma leitura da realidade (SIMMEL, 2006, p. 10). A outra concepção – ao inverso da anterior – postularia que toda a essência e produção humanas estão no âmbito da sociedade e assim, dar-se-ia o nome de “ciência da sociedade” a todos os estudos referentes aos “temas humanos” (SIMMEL, 2006, p. 10).

Mesmo considerando a sociedade como uma construção do conhecimento, Simmel (2006) nega a afirmação de que a interpretação da realidade deriva da análise dos processos e fenômenos individuais, pois estes seriam tantos para cada indivíduo existente, que daí não seria possível extrair qualquer apreensão minimamente compreensível da realidade. Neste contexto, faz-se extremamente necessária a formação de algum tipo de unidade – a sociedade.

O entendimento dos grupos percebidos enquanto unidades (sociedades) e dos indivíduos, proposto por Simmel (2006), os coloca em uma situação dual na qual os grupos sociais são caracterizados por possuir uma objetividade mais consistente que o indivíduo, pois este último estaria sempre refém de seus sentimentos e incertezas e jamais poderia estabelecer uma ação verdadeiramente objetiva e livre de inconsistências.

Já a objetividade dos grupos deriva do fato de que nestes estão depositadas as intenções mais básicas e essenciais dos indivíduos, ou seja, aquelas para as quais não existem

dúvidas ou conflitos (SIMMEL, 2006). Levando essa característica dos indivíduos para os grupos que estes compõem, também passaria a ser uma característica do grupo o fato de estar sempre seguindo uma orientação que, embora variável, não se perde em hesitações no momento da ação:

Exatamente porque, nessas ambições primitivas, o indivíduo não escolhe nem hesita, a ambição social, que reúne as ambições primitivas também não conhece escolha ou indecisão. Infere-se então que, tal como o indivíduo, de modo claramente determinado e seguro quanto a seus objetivos, realiza ações puramente egoístas, também assim faz a massa em todos os fins a que se propõe; ela não conhece o dualismo entre impulsos egoístas e desapegados, diante do qual, o indivíduo freqüentemente se encontra perplexo e pelo qual, por tantas vezes, tentando se manter entre os dois polos, acaba por dar tiros n'água (SIMMEL, 2006, p. 41).

Seria possível encontrar a fronteira essencial entre o indivíduo e o grupo no fato de que os indivíduos somente poderiam partilhar com o grupo – com o conjunto dos indivíduos – aqueles comportamentos e sentimentos primitivos que são a condição para a formação da “massa” o que, por sua vez, sugere que os demais são apenas para o uso próprio do indivíduo, portanto, não partilhados com os outros, senão de forma relativa e casual (SIMMEL, 2006, p. 44).

Essa dificuldade de compartilhar os sentimentos e cultura mais sofisticados é o empecilho que dificultaria a formação de uma igualdade – uma unidade que está além das construções científicas – entre os indivíduos, pois estes possuem mais interesse em resguardar estes aspectos que os tornam diferentes do que cultivar e fortalecer aquilo que os aproximam, visto que a produção da diferença é um processo que pode ser motivado pela simples ausência da mesma (SIMMEL, 2006).

Partindo da argumentação de Simmel (2006), de que os indivíduos preferem manter e reforçar as suas diferenças e que não se encontram dispostos a partilhar aquilo que tem de melhor e mais desenvolvido – e que a própria tentativa de partilha pode redundar em conflitos – o autor se põe a questionar o que existe de concreto para afirmar a existência de uma sociedade.

Por meio da consideração de que os indivíduos são o fundamento da existência humana, Simmel (2006, p. 60) irá argumentar que a interação (consciente) entre os indivíduos, a “sociação”, é o que compõe aquilo que se entende pela palavra sociedade. Nestas sociações, contudo, não se enquadrariam aquelas interações que são consideradas efêmeras e altamente “superficiais”, mas também seria um equívoco definir que somente as

interações caracterizadas por durabilidade sejam consideradas como sociações (SIMMEL, 2006, p. 64).

O que é de fundamental importância para se entender o conceito de sociedade de Simmel (2006) é que os indivíduos estejam em contínua interação, sendo que estes laços são constantemente construídos, desconstruídos e reconstruídos, ou seja, a sociedade é:

[...] somente o nome para um círculo de indivíduos que estão, de uma maneira determinada, ligados uns aos outros por efeitos das relações mútuas, e que por isso podem ser caracterizados como uma unidade – da mesma maneira que se considera uma unidade um sistema de massas corporais que, em seu comportamento, se determinam plenamente por meio de suas influências recíprocas (2006, p. 18).

Sendo a sociedade composta a partir da interação entre indivíduos, esta ocorre por alguma razão. Ocorrem em função de finalidades e objetivos que tendem sempre a pôr os indivíduos em relações de convívio que podem ser marcadas tanto por coalizões como por oposições.

O que é de fato entendido como social não são as características, sentimentos, qualidades, e desejos dos indivíduos, mas a interação recíproca de tudo aquilo que faz parte da constituição de suas vidas (SIMMEL, 2006). Estes são os “conteúdos” e também as “matérias” da sociação que, por seu turno, seria a forma como os indivíduos, “em razão de seus interesses [...] se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (SIMMEL, 2006, p. 61).

A partir desse entendimento de sociedade como o processo contínuo de interação entre os indivíduos, Simmel (2006, p. 65) irá definir a sociabilidade como uma interação lúdica entre os indivíduos – “forma lúdica de sociação” – nos quais os fatores condicionantes da interação (motivações, objetivos) podem ser postos de lados, pois o que passa a importar é a própria interação. Simmel (2006, p. 65) critica a concepção racionalista que atribui significados “somente aos conteúdos *concretos*” (grifos do autor), enfatizando assim o caráter simbólico que atribui à sociabilidade. Para além dos interesses que aproximam os indivíduos também concorre, para que haja interação, um desejo e um prazer na socialização em si.

A concepção de sociabilidade adotada por Simmel (2006) remete à ideia da formação de grupos de indivíduos que partilham de traços comuns, ou seja, pertencentes a uma mesma classe social. A justificativa para esta concepção está na premissa de reciprocidade que permeia o conceito de sociabilidade:

Quando nos atemos ao impulso sociável como fonte ou também como substância da sociabilidade, vemos que o princípio no qual ele se constitui é: cada qual deve satisfazer esse impulso na medida que for compatível com a

satisfação do mesmo impulso nos outros. Expressando esse princípio a partir do êxito, e não do impulso, torna-se possível formular a da seguinte maneira o princípio da sociabilidade: cada indivíduo deve *garantir* ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores *recebidos* por esse indivíduo (SIMMEL, 2006, p. 69, grifo do autor).

Com base nesta premissa é possível perceber que um indivíduo de determinado grupo social não poderia retribuir, nas mesmas proporções, o conjunto dos “valores sociáveis” que recebeu de outro indivíduo cuja classe está em um ponto mais alto da hierarquia social. A sociabilidade, então, é algo que melhor funciona quando é praticada entre iguais.

Tal condição se daria pelo fato de que os indivíduos não produzem a sociabilidade despidos de todos os elementos que compõem suas vidas em termos de realidade (SIMMEL, 2006). Neste contexto, torna-se tanto mais simples como mais prazerosa a sociabilidade entre aqueles que são iguais, o que também demonstraria o seu caráter democrático, pois na interação entre iguais as trocas seriam mais equilibradas (SIMMEL, 2006).

A conversa é apontada por Simmel (2006) como uma das formas mais elementares de sociabilidade, mas que para manter tal *status* sociável, devem ser atendidas certas observações que condicionam esta prática que envolve conteúdo, meios e finalidades:

Para que esse jogo [a conversação] preserve sua suficiência na mera forma, o conteúdo não pode receber um peso próprio: logo que a discussão se torna *objetiva não é mais sociável*. Ela muda o eixo de sua diretriz teleológica logo que a *fundamentação de uma verdade* – que constitui plenamente seu conteúdo – torna-se um fim. Com isso ela destrói o seu *caráter de entretenimento sociável* da mesma maneira que ocorre quando dela surge uma briga séria (grifos nossos) (SIMMEL, 2006, p. 75).

Percebe-se, pelo exposto acima, que a conversa se manteria sociável enquanto um meio de se obter mútua satisfação – o recorrente “pular” entre assuntos não iria erodir o caráter sociável da conversa, pois os temas seriam apenas um meio de mantê-la, e não sua finalidade última – e sem que se permitisse a busca de objetividades, caso contrário a conversa perderia seu caráter eminentemente sociável, podendo inclusive converter-se em conflito.

Uma importante forma de apreensão da sociedade, indivíduo e sociabilidade, nos é fornecida pelo sociólogo Nobert Elias (1897 – 1990). Elias (1980) – assim como ocorre com Simmel (2006) – está preocupado com algumas das questões teóricas e metodológicas da Sociologia e promove a crítica às visões estáticas sobre indivíduo e sociedade que prevaleciam (sobretudo) quando da institucionalização desta ciência no século XIX. Elias (1980) considera inaceitável a ideia de que as interações são estáticas e não relacionais:

[...] os instrumentos convencionais com que pensamos e falamos são geralmente construídos como se tudo aquilo que experienciássemos como externo ao indivíduo fosse uma coisa, um “objeto”, e pior ainda, um objeto estático. Conceitos como “família” e “escola” referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras. Mas nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matérias-objetos tais como as rochas, árvores ou casas (1980, p. 13-14).

Para Elias (1980) o problema da concepção tradicional de indivíduo está relacionado com o tipo de educação que se difundia. A autoimagem a ser construída pelas pessoas era a do indivíduo autosuficiente, portanto, independente, em relação aos demais. Com a confusão entre imaginação e realidade, acreditam-se, segundo Elias (1980), que é possível chegar a condição de um indivíduo que está além de seu conjunto, a sociedade.

Como um recurso para demonstrar o caráter relacional do indivíduo, Elias (1980) recorre à análise dos pronomes pessoais. A argumentação parte do fato de que o pronome “eu” está em relação para com aos demais pronomes, sendo que a existência destes últimos sem uma compreensão do primeiro torna-se impossível:

A função que o pronome “eu” desempenha na comunicação humana só pode ser compreendida no contexto de todas as outras posições relativamente às quais se referem os outros termos da série [...] Os pronomes pessoais são no seu conjunto uma expressão elementar do fato de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social [...] A consciência que cada um tem da sua própria existência separada é idêntica à consciência que cada um tem de que os outros existem separadamente (ELIAS, 1980, p. 135-135).

A conversação também é utilizada por Elias (1994) para demonstrar seu entendimento sobre as relações estabelecidas entre os indivíduos. Quando de duas (ou mais) pessoas entram neste processo, ambas já trazem consigo ideias e opiniões que passam a interagir com as do outro podendo surgir daí o conflito ou entendimento. Entretanto, o que é mais importante para Elias (1994), é que ao decorrer da conversa podem surgir novas ideias ou as já existentes podem ser levadas adiante por aquele que dela não compartilhava. Em ambos os casos seria uma consequência da interação estabelecida.

A atomização do indivíduo frente à sociedade, no entanto, seria uma característica mais presente no mundo adulto. O mesmo não viria a ocorrer com as crianças. Estas necessitam do contado com o outro para se constituírem enquanto adultas, portanto, são continuamente moldadas pelos contatos com o outro e com isso desenvolvem suas características psíquicas (ELIAS, 1994).

É neste contexto de relações mútuas e seu significado para a criança que se torna explícito aquilo que é “inerente aos seres humanos”, a sociabilidade (ELIAS, 1994, p. 30). As crianças são o receptáculo da sociedade, e esta irá moldar, além de alguns aspectos de seu comportamento, também os seus instintos (embora em nenhum dos dois casos seja possível afirmar que a criança irá desenvolver cópias daquilo que recebeu da sociedade), portanto, são as relações que transformam tanto a criança como o outro, e atribuem a primeira o elemento próprio dos humanos, uma relativa individualidade (ELIAS, 1994).

A complexidade existente no adulto torna-se incompreensível se não for observada em relação às influências que o mesmo recebeu no decorrer de sua vida e considerando a sua sociedade específica:

[...] justamente porque cada criança desamparada precisa da modelagem social para se tornar um ser mais individualizado e complexo, a individualidade do adulto só pode ser entendida em termos das relações que lhe são outorgadas pelo destino e apenas em conexão com a estrutura da sociedade em que ele cresce (ELIAS, 1994, p. 31).

Assim como ocorria em Simmel (2006), a sociabilidade para Elias (1994) se verifica também por meio de relações – ou interações – entre indivíduos que, no entendimento de ambos, não são considerados como atomizados e, conseqüentemente, não podem ser entendidos como as instâncias últimas da análise sociológica. Apesar do caráter simbólico e da busca da mútua satisfação por meio do impulso sociável de Simmel (2006), o que tende a ser mais perceptível para Elias (1994) é a interdependência como a principal caracterização das relações/interações que ocorrem entre os seres humanos.

Outro entendimento sobre sociabilidade é exposto nas pesquisas de Loïc Wacquant. Este autor (também um sociólogo), em vários de seus trabalhos, está interessado na análise das relações sociais que ocorrem no interior dos guetos negros norte-americanos. Para tanto define este espaço como o resultado consciente de uma segregação socioespacial que busca o confinamento de um grupo social determinado que é considerado – por parte daqueles outros grupos que detêm o poder – como inferior, buscando assim evitar os riscos de “corrosão simbólica e de contágio” (WACQUANT, 2004, p. 157).

Para além do confinamento e controle, o gueto é meio com o qual os grupos dominantes extraem das classes dominadas algo que é de seu interesse. Para o caso do gueto judeu de Veneza, na Idade Média, Wacquant (2004) argumenta que um dos objetivos para a manutenção de um lugar ocupado por pessoas consideradas como indesejáveis era a capacidade que as mesmas possuíam para tratar das finanças, algo que interessava à administração da Cidade-Estado de Veneza.

No caso dos guetos dos Estados Unidos, o que possuía grande importância para os grupos dominantes era a oferta de mão de obra barata representada pela população negra. Wacquant (2004) argumenta que internamente ao gueto foram formando-se instituições que tinham por objetivo fundamental a proteção de seus residentes em relação às ameaças externas:

Surgiu assim uma cidade paralela fundamentada em igrejas e jornais para negros, clubes negros, pensões para negros, escolas e empresas para negros e associações políticas e civis negras. Essa cidade paralela ficava no centro da metrópole branca, ainda que isolada por uma cerca constituída por costumes, dissuasão legal, discriminação econômica (por bancos, corretores e pelo Estado) e, também, da violência manifesta dos açoites, bombas incendiárias e motins que intimidavam aqueles que ousassem atravessar a linha racial (2004, p. 158).

Entretanto, o estigma que um residente do gueto percebe em si mesmo também percebe no outro o que apenas torna mais complexa a construção de uma unidade (WACQUANT, 2004).

Neste contexto de estudo do gueto, Wacquant (2002, p. 44) irá analisar, na cidade de Chicago, uma escola de boxe – na qual o próprio Wacquant se matricula como aluno – e nesta o autor percebe uma prática que viria a denominar como “sociabilidade protegida”.

Os alunos da academia de boxe não permitiam que a vivência que estava para além das paredes da academia adentrasse aquele espaço, que acabava por ser um local que estabelecia algum tipo de ruptura em relação ao seu entorno imediato, ou seja, o espaço urbano deteriorado do gueto (WACQUANT, 2002). Contudo, a academia enquanto local de encontro não estava posta em uma completa oposição à vida pública, o mais correto seria dizer que ambas estavam se influenciando mutuamente. As características da academia seria um exemplo desta influência:

O clube [a academia] protege-se desse ambiente hostil [o gueto] como se fosse uma fortaleza: todas as aberturas estão fechadas com grades de metal reforçadas e devidamente cerradas com cadeados; os vidros da creche contígua têm grades, a porta metálica que abre para o corredor dos fundos tem fechaduras duplas e um sistema de alarme eletrônico que é acionado assim que o último ocupante deixa o lugar. Dois tacos de beisebol estão encostados perto das duas entradas [...] caso seja necessário rechaçar *manu militari* a intromissão de visitantes indesejáveis (WACQUANT, 2002, p. 41-42).

Mas a academia também se relacionava com o espaço público na medida em que cumpriria também a função de ser o oposto das ruas do gueto – caracterizadas pela violência, ações criminosas, uso de drogas, formação de gangues – transferindo ao boxeador ordem e

disciplina – em especial por meio do corpo – além da possibilidade de uma carreira profissional (WACQUANT, 2002).

No contexto da sociabilidade protegida, as conversas praticadas na academia de boxe não remetiam as experiências individuais dos alunos marcados pelo estigma do gueto. Neste ponto é possível encontrar uma aproximação entre a experiência etnográfica descrita por Wacquant (2002) e a compreensão de sociabilidade de Simmel (2006).

Não interessava aos alunos da academia conversar sobre os problemas que lhes atormentavam enquanto residentes do gueto. A conversação teria mais o objetivo de transmitir alguma forma de satisfação, mantendo assim o entendimento da sociabilidade como forma lúdica de sociação na qual a interação entre indivíduos (iguais) surge como meio e fim em si mesma (SIMMEL, 2006). Conforme a observação a seguir:

Em contraste com este ambiente hostil e inseguro, e embora com uma cruel escassez de recursos, o clube constitui uma ilha de estabilidade e de ordem [...] O salão oferece um lugar de *sociabilidade protegida*, relativamente fechado, em que cada um encontra uma trégua para as pressões da rua do gueto, um mundo no qual os acontecimentos exteriores dificilmente penetram e sobre o qual tem pouca influência (WACQUANT, 2002, p. 44 (grifo do autor).

Cabe ressaltar que nos dois estudos realizados por Wacquant mencionados neste estudo existe certo nível de indeterminação sobre a estrutura interna do gueto.

Em seu artigo que objetiva a conceituar o gueto, são de grande importância teórica as instituições criadas pela população negra e que fundamentam parte de sua existência na proteção e ajuda dos residentes do gueto, sendo estas as responsáveis por certa ordenação social no e do tipo de território em análise (WACQUANT, 2004).

Neste contexto, tais instituições não estariam de acordo com o conceito de sociabilidade protegida, uma vez que sua existência e ações concretas não tentam ignorar as experiências individuais dos moradores do gueto, pelo contrário, seria o estigma comum a todos os residentes do gueto o fator que estaria na base destas instituições e de sua relação com o seu público alvo.

Por outro lado, a experiência etnográfica de Wacquant (2002) – que resultou no livro *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe* – situa o gueto como um local caótico e desprovido de ordenamento, sendo então que a academia de boxe viria preencher esta lacuna, e a disciplina sobre o corpo era um dos meios fundamentais de atingir a ordem.

Apesar da contribuição que Wacquant (2004) nos oferece para o entendimento conceitual do gueto, este não se aplica ao objeto deste trabalho. Embora a população

beneficiária do PMCMV da Faixa 1 seja flagrantemente marginalizada¹⁵, portanto portadora de um estigma social, esta situação não se equipara ao nível de controle e limitações sobre a mobilidade às quais os residentes de um gueto, sendo este entendido a partir da leitura de Wacquant (2004), estão submetidos.

A partir da análise de uma parte da sociedade brasileira – tomando por base a leitura histórica advinda da literatura e restringindo-se à cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, algumas cidades do Centro-Sul do país – D’Incao (1992a; 1992b) identificará dois padrões distintos de sociabilidade, sendo um caracterizado por sua amplitude e o outro por sua restrição.

Assim como ocorre com os outros autores citados anteriormente, D’Incao (1992a; 1992b) associa a sociabilidade às relações/interações que os indivíduos desenvolvem entre si. O padrão mais amplo de sociabilidade compreende a primeira metade do século XIX e está em estreita relação com a vida em comunidade e com espaços coletivos. A partir da interpretação da literatura, D’Incao (1992b) percebe que não existe uma clara delimitação entre o espaço privado da casa e os espaços coletivos representados pela rua, e as classes sociais não encontram maiores empecilhos para interação recíproca e tampouco para a intimidade no ambiente domiciliar e familiar.

Segundo a autora a literatura retrata um período da história do Brasil no qual as relações capitalistas de produção e valores burgueses ainda estão pouco disseminadas sobre a sociedade:

A uniformidade do comportamento social encontrado nessas comédias [obras de literatura que são as fontes de análise] nos conduz a ideia de que havia uma atmosfera social comum entre as pessoas que não eram grandes proprietárias de terra. Isso significa que o sentimento de comunidade era ainda forte nesse período, apesar de que o estilo burguês de vida já tinha sido aceito como uma oposição ao modo de vida rural, tradicional (D’INCAO, 1992a, p. 68).

E também:

O meio social era tal, que as pessoas pobres e ricas habitavam os mesmos bairros. Mais do que isto, eles se visitavam sem barreiras sociais grandes. Empregados andavam em todos os lugares nas casas e, devido a isso, eles algumas vezes possuíam importantes informações (D’INCAO, 1992a, p. 72).

¹⁵ A marginalidade aqui entendida não é aquela que normalmente se veicula nos veículos de comunicação (sobretudo nos telejornais de caráter policialesco). Aqui nos referimos aos grupos sociais que estão postos à margem dos benefícios das políticas públicas, dos equipamentos urbanos de uso coletivo, da participação política, etc.

Pelo entendimento da autora a casa acaba por ser uma extensão da rua e não a sua negação, como viria a ocorrer em outro momento da história de nossa sociedade. Até mesmo as pessoas mais ricas estariam atreladas às redes de obrigação comunitárias e a percepção sobre o tempo não era caracterizada pela pressa e rigidez da produção capitalista de mercadorias.

Com o passar dos anos e com o fortalecimento dos valores burgueses na sociedade, a sociabilidade seria marcada pela oposição ao rural, oposição à comunidade e pelo zelo à privacidade e individualidade, derivando daí uma série de restrições às interações. Esses fatores são característicos da “sociabilidade restrita”, na qual “o sentimento de privacidade e estranhamento a rua serão crescentes” (D'INCAO, 1992a, p. 65).

Ainda tomando por base as contribuições que a literatura oferece em relação ao comportamento da sociedade, D'Incao (1992a) argumenta que alguns valores tipicamente burgueses já passam a ser mais visíveis nas narrativas da segunda metade do século XIX. Esses valores estão diretamente relacionados com o sentimento de desconfiança, de negação da rua e do outro e também a reconfiguração dos papéis dos gêneros para a coesão familiar e social:

Com isso temos aquilo que a ideologia da família burguesa vai aos pouco exigindo: a superioridade do homem em todos os aspectos, uma vez que é esperado que ele seja a cabeça do casal, o guia da família em todas as eventualidades, o forte, em oposição à fragilidade e insensatez da mulher. Os papéis sociais da nova família já começavam a ser organizados [...] a primeira oposição entre o indivíduo e a sociedade, comunidade, é expresso nas novelas brasileiras urbanas principalmente através da escolha pessoal no casamento. A segunda oposição entre o homem e a comunidade é vista através da ascensão da família burguesa, com a adoção das atitudes de privacidade e domesticidade (D'INCAO, 1992a, p. 74).

Todas estas mudanças sobre a família e sociedade são inerentes ao aprofundamento das relações capitalistas no Brasil. Além das relações sociais e familiares, as mudanças também ocorrem sobre a arquitetura urbana no sentido de um afastamento em relação às ruas e a outras residências, tornando-se assim mais evidente a individualização pela qual passava a sociedade (D'INCAO, 1992a).

Com o advento do século XX e uma racionalidade mais propriamente capitalista e com a modernização das cidades, D'Incao (1992b) argumenta que a exclusão, segregação e homogeneização social de determinadas áreas da cidade parece estar se aprofundando, e assim a socialização tende a ser cada vez mais restrita.

O conceito de sociabilidade também é o objeto de análise no trabalho do antropólogo Heitor Frúgoli Júnior. Em seu livro *Sociabilidade Urbana* Frúgoli Junior. (2007) tenta

desenvolver uma discussão sobre o “caráter *relacional e situacional* de atores e grupos sociais na cidade” (grifos do autor). Para tanto, considera o cidadão como ponto de partida de análise, mas alerta que:

Ele [o cidadão] não se reduz à figura do transeunte [...] tampouco coincide com obrigatoriamente do cidadão (embora possa vir a assumir tal condição), já que a urbanidade não conduz *a priori* às práticas de cidadania, e nem sempre a cidade, por suas conjunções estruturalmente instáveis (ao atrair e repelir, ao mesmo tempo, seus habitantes entre si) produz aglomerações politizadas (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 7).

Frúgoli Junior. (2007) parte dos escritos e indagações de Simmel – “como a sociedade é possível?” – para estruturar sua análise da sociabilidade. Reitera a noção simmeliana sobre os indivíduos e a recusa sobre uma pretensa visão de sociedade que a tudo iria englobar, enfatizando que o indivíduo aí situado não é pensado em termos absolutos, e também considera conceito de sociabilidade enquanto uma forma de interação consciente entre os indivíduos (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

Frúgoli Junior. (2007) também ressalta a ideia de homogeneidade presente no entendimento simmeliano de sociabilidade como algo que melhor funciona quando praticada entre iguais, justificando – em parte – essa asserção em função das conexões existentes entre a obra, situação social e a vida de Georg Simmel.

Para além das contribuições relacionadas à noção de interação, a obra de Simmel apresenta outros elementos que são resgatados por Frügoli Junior. (2007), como a noção de proximidade e distância.

A percepção do moderno enquanto um processo caracterizado por descontinuidades e pela relação com o não moderno, segundo o entendimento de Georg Simmel, estava profundamente arraigada à ampliação do uso do dinheiro e do papel social atribuído ao mesmo na sociedade (WAIZBORT, 2002 apud FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

A concepção simmeliana da cidade moderna é marcada pela presença do dinheiro como o nivelador de muitas das interações (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007). O dinheiro também deixava inscrito sobre a sociedade as marcas da racionalidade capitalista e a sua objetividade.

Aos indivíduos lhes restava viver uma variedade de situações cuja característica era a dualidade entre a “proximidade corporal e distância espiritual” (WAIZBORT, 2002 apud FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

Parte das contribuições de Georg Simmel será resgatada pelos autores dos estudos urbanos da Escola de Chicago, sendo que, de acordo com Frügoli Junior. (2007), o conceito de sociabilidade é uma destas contribuições. Este conceito teria sido utilizado por Robert Erza

Park (1864 – 1944) em estudos empíricos nos quais a cidade é entendida por meio de seus aspectos físicos e morais que se inscrevem espacialmente nas chamadas “regiões morais” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

Com a introdução da dimensão espacial sobre as concepções simmelianas foi possível a Park e outros formularem estudos empíricos que versavam sobre as interações existentes em determinados espaços citadinos nos quais a proximidade física contrastava com a enorme distância social e diferentes formas de sociabilidade predominavam em cada uma dessas localidades (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

A principal crítica a esses estudos viria da negação de que esses espaços são apenas o resultado “natural” da concorrência entre os indivíduos – a luta pela sobrevivência – por um lugar melhor para ocupar na cidade, sendo que as analogias entre esses estudos e a ecologia também tenham concorrido para o descrédito dessas concepções, entretanto, Frúgoli Junior. (2007, p. 45) ressalta que, no entendimento de vários autores, a concepção ecológica, além de não caracterizar todas as abordagens da Escola de Chicago, tão somente as iniciais, contribuiu para a introdução de um “sentido de lugar” nas abordagens sociológicas, não sem contradições quando se considera a mobilidade dos grupos e atores sociais.

Outras abordagens sobre o conceito de sociabilidade, segundo Frúgoli Junior. (2007), viriam, no correr do século XX, resultar na formulação de duas linhas de raciocínio que tem conduzido diversos estudos etnográficos e antropológicos – nesse período o autor ressalta a contribuição da Antropologia –, sendo que o autor não negligencia a existência de outras leituras possíveis e tampouco reduz a importância que estas podem vir a ter.

A primeira forma de raciocínio apontada por Frúgoli Junior. (2007) tem como seu objetivo as formas de sociabilidade como possíveis produtoras do conteúdo social (mas este não seria necessariamente permanente) “entre estranhos ou atores sociais de condições diversas”, ou seja, esta leitura constrói como seu objeto de estudo a interação em si.

Frúgoli Junior. (2007) situa Goffman – pertencente à Escola de Chicago – como um dos principais autores a seguir estudos por essa via dando grande importância aos aspectos microsociológicos da sociabilidade. Um dos temas fundamentais aos quais Goffman se dedicou estava o da “co-presença no espaço público” – que no contexto da Escola de Chicago, esteve também direcionado para grupos imigrantes – que tem como uma das principais dificuldades a delimitação de espacialidades que propiciem a apreciação das formas de interação social (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

No âmbito destes estudos microsociológicos sobre a sociabilidade e sobre a co-presença nos espaços públicos, Frúgoli Junior. (2007) ressalta a importância da concepção de

proximidade e distância em estudos sobre as relações sociais estabelecidas entre indivíduos em ambientes de grande circulação, como as centralidades urbanas, o que permite certa aceção sobre a noção de diversidade.

A outra linha mencionada por Frúgoli Junior. (2007) insere a sociabilidade no contexto de uma prática que melhor se produz em círculos homogêneos, como Simmel (2006) nos apresenta em suas ponderações sobre o tema. Esta segunda linha também se estruturou em estudos produzidos pela Escola de Chicago possuía como uma de suas premissas:

[...] a coesão comunitária produzida principalmente pelos vários grupos de imigrantes que afluíram para Chicago na passagem do século XIX para o XX – irlandeses, alemães, judeus da Europa Oriental, poloneses, italianos – e que estabeleceram, permanentemente ou provisoriamente, relações de reciprocidade, assentadas em localidades específicas (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p. 30).

Com base nesta leitura foram produzidos estudos que consideram o conceito da segregação socioespacial. Frúgoli (2007, p. 33) não entra em detalhes sobre o conceito de segregação, contudo, promove uma breve análise sobre os estudos de LoïcWacquant sobre o gueto e sobre a sociabilidade protegida – ambos já mencionados em parágrafos anteriores – e enfatiza a utilização irresponsável do conceito de gueto, em especial as formas recorrentes de utilização do conceito por meio de “representações político-midiáticas”.

Considerando que o trabalho de Frúgoli Junior. (2007) aqui referenciado tem um caráter introdutório e de reconstituição conceitual, é de se esperar que o autor mencione contribuições contemporâneas e nos aponte algumas direções. Um dos estudos contemporâneos mencionados por Frúgoli Junior. (2007) – e que remete ao quadro conceitual construído pelo autor – é o trabalho de Michel Agier (1999) que parte de estruturas microsociológicas em um caráter relacional e situacional.

Por fim, e não com o objetivo de encerrar as discussões sobre conceitos utilizados ou utilizáveis na Antropologia Urbana, Frúgoli Junior. (2007) enfatiza as contribuições da abordagem simmeliana para a análise da sociabilidade – importância das interações, relação entre proximidade e distância – bem como também ressalta a importância das análises microsociológicas sobre o cidadão em suas situações e relações específicas, nas quais o social é constantemente dissolvido e reconstruído.

Sobre a exposição conceitual elaborada até aqui acreditamos que as contribuições de Simmel (2006) sobre a sociabilidade são fundamentais para a produção deste trabalho. Entende-se aqui, e de acordo com Simmel (2006), que a sociabilidade é o conjunto das interações existentes entre os indivíduos. Também em concordância com as proposições de

Simmel (2006) admite-se ainda a ideia de que as formas de sociabilidade de fato podem ser percebidas como a possibilidade de satisfação mútua, ainda que a ausência dessa satisfação não seja entendida como ausência de sociabilidade.

A discordância em relação a este autor, no entanto, é estabelecida quando da sua afirmação de que a sociabilidade tende a apresentar melhores resultados quando é praticada entre iguais. Considerando as contribuições de Bauman (2003) – entre outros – sobre o processo de individualização da sociedade moderna, percebe-se que mesmo entre iguais a interação pode ser difícil, ao passo que a diferença não significa, necessariamente, a ausência de interação.

Também na modernização da sociedade se verifica, além da ascensão do individualismo, o crescimento da exclusão social, que impõe modificações sobre as interações entre os indivíduos. Além disso, a melhoria das formas de telecomunicações, um fenômeno típico da modernidade, também é responsável pela reconfiguração das formas de interação entre os indivíduos.

Entende-se aqui que a sociabilidade (as interações) possui como uma de suas motivações a realização de interesses, conforma postula Simmel (2006). Esta busca de realização de interesses coloca os indivíduos e os grupos em contínua relação de interdependência, em oposição e coalizão, uns para com os outros, assim como propõe Elias (1980). Considerando estes pontos acima, entendemos que a sociabilidade compreende o conjunto de interações que os indivíduos estabelecem entre si para atingir os seus interesses individuais e coletivos, mas também para obter satisfação pessoal.

5 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS

O grupo de categorias fundamentais para analisar a sociabilidade existente entre os moradores do RPF II e entre estes e os residentes do entorno nos é fornecida Magnani (2002). O autor menciona a necessidade de analisar as relações do espaço urbano para além das lutas de classes e do espectro na qual as camadas populares normalmente são incluídas pelas leituras acadêmicas. Magnani (2002) não nega a abordagem destes estudos, mas busca compreender como estes atores sociais produzem a cidade por meio de suas relações.

Para analisar as formas como estes grupos sociais se relacionam com a cidade e participam de sua produção, Magnani (2002) faz uso de um grupo de categorias; o pedaço, a mancha, o trajeto, os pátios e o circuito. Cada uma destas categorias será detalhada em seguida.

A primeira categoria é a do pedaço que surge na tese de doutorado de Magnani (2003). Em seu trabalho Magnani (2003) parte da constatação do pouco espaço que foi permitido ao tema lazer na literatura acadêmica brasileira e seleciona o circo-teatro como manifestação de lazer a ser observada. O autor tenta entender como o circo-teatro, que sofre a concorrência de veículos de comunicação de massa e seus altos recursos, ainda consegue despertar o interesse das pessoas e ser uma importante forma de lazer nos bairros da periferia da cidade de São Paulo.

Como recurso metodológico Magnani (2003) utiliza a noção de verossimilhança para analisar o discurso no circo. Explica que o discurso necessita – mais do que se adequar a realidade – estar em sintonia com o seu receptor, ou seja, estar de alguma forma ligado ao conjunto de valores morais e representações que o seu receptor compartilha:

Para que um circuito discursivo qualquer se complete, é preciso que haja algum tipo de adequação entre suas significações e o sistema de representações dos receptores. Em outros termos, é necessário que o discurso produza alguma ressonância junto àqueles aos quais se dirige, caso contrário nada significará, ou melhor, poderá ter sentido, mas não “fará sentido” – será inverossímil – para os receptores (MAGNANI, 2003, p. 27).

Aqui a verossimilhança não é a capacidade de um texto/discurso refletir ou descrever com fidelidade a realidade. Segundo o sentido atribuído por Magnani (2003), um texto ou discurso será verossímil quando se aproximar das representações que os seus receptores possuem da realidade. Este é o fator que o circo-teatro tem a seu favor para despertar o interesse de seus frequentadores.

A classe trabalhadora – assim como as demais classes – possui uma série de valores culturais que lhes permite interpretar a sua realidade e que norteiam as tomadas de decisões dos indivíduos. Deixando de lado a análise dos valores cultivados entre a classe trabalhadora, o circo mantém-se como forma de entretenimento nos bairros operários de São Paulo porque mantém uma série de relações com o seu público. Essas relações vão desde a montagem do circo e contratação de funcionários – na maioria das vezes temporários – como a exaltação dos valores morais compartilhados pelo público, bem como a interação direta entre atores e membros da plateia no momento do espetáculo, sendo que o próprio repertório – comédia, drama, etc. – também depende de certo conhecimento sobre quem vai ao circo.

A partir das análises das peças e das formas de interação entre o público e os atores torna-se perceptível para Magnani (2003) que uma análise restrita ao espaço do circo seria incompleta, sendo então necessária a análise das relações sociais que as pessoas que formam o público do circo estabelecem em outras formas de lazer e ocupação do tempo livre.

A rede de lazer que Magnani (2003) identificou possui uma série de atividades que vão muito além do circo e do espaço doméstico. Estas atividades são divididas entre as que acontecem dentro e fora de casa, e o pedaço é um importante componente dessa rede de lazer.

O pedaço possui dois componentes, que são uma delimitação espacial que mantém correspondência com um conjunto de relações sociais. O pedaço pode ser um estabelecimento comercial privado ou um logradouro público, contudo, independente disso, o pedaço é o ponto de aglutinação de uma rede de sociabilidade que pressupõe que os indivíduos se reconheçam como membros de um determinado grupo, processo que vai muito além do simples frequentar o ambiente que se entende como sendo o espaço do pedaço. As reais “fronteiras” do pedaço são os vínculos existentes entre os seus membros e as relações daí decorrentes e que permitem o mútuo reconhecimento como membro do pedaço.

Para Magnani (2003) o pedaço surge como o local intermediário entre a casa e a rua, o público e o privado. Seguindo a lógica de DaMatta (1997) a categoria da casa representa o espaço das relações familiares nas quais as pessoas são reconhecidas em sua plenitude, a casa é o espaço onde reciprocidade oriunda desta teia de relações sociais figura como recurso fundamental, por outro lado, a rua é o local da impessoalidade da burocracia e legislação que põem as pessoas em condição de igualdade transformando-as em indivíduos.

DaMatta (1997) explica que em sociedades fortemente hierarquizadas – como a brasileira – a universalização diante da lei e burocracia é vista como uma ameaça que deve ser evitada se possível for:

[...] a obediência às leis configura na sociedade brasileira uma situação de pleno anonimato e grande inferioridade. Normalmente é um sinal de ausência de relações e são as relações – repito – que permitem revestir uma pessoa de humanidade, resgatando-a de sua condição de universalidade que é dada nos papéis de “cidadão” e de “indivíduo” (1997, p. 82).

O autor argumenta que as teias de relações típicas da casa influenciam nas instituições e no seu resultado, sendo que o recurso as relações implica numa forma de não se deixar cair em um contexto marcado pela impessoalidade:

Assim, antes de ir a qualquer agência pública, a norma e a “sabedoria” indicam sempre que se deve primeiro descobrir as nossas relações naquela área. Uma vez que isso é estabelecido, a atuação da agência muda radicalmente de figura. O resultado é que todas as instituições brasileiras estão sujeitas à dois tipos de pressão. Uma delas é a pressão universalista, que vem das normas burocráticas e legais que definem a própria existência da agência como um serviço público. A outra é determinada pelas redes de relações pessoais a que todos estão submetidos e aos recursos sociais que essas redes mobilizam e distribuem. Daí decorre a dificuldade da crítica sistemática e consciente a qualquer instituição no caso do Brasil. De fato, se a crítica é feita pelo impessoal, esbarra sempre nos nexos e laços de uma lógica pessoal que a dilui. Assim, se a companhia telefônica foi péssima para você, ela foi excelente para mim porque, afinal de contas, “eu tenho parentes e amigos lá dentro” [...] (DAMATTA, 1997, p. 83).

Estando no pedaço o indivíduo está inserido em um contexto de redes de relações sociais de obrigações e reciprocidades que é mais abrangente que as familiares, e estas redes também relativizam a impessoalidade imposta pelas normas e instituições da sociedade e permitem que as pessoas estabeleçam relações mais pessoalizadas e com maior estabilidade. A possibilidade de reconhecimento que o pedaço possibilita aos seus membros faz com que as redes de relações sociais estabelecidas configurem um importante recurso para a sobrevivência das pessoas em condições de vulnerabilidade econômica e social.

Em sua análise sobre o lazer na periferia de São Paulo, Magnani (2003) situa o pedaço como um ponto de aglutinação de boa parte das atividades relacionadas com da rede de lazer. É no pedaço que se obtém as informações sobre a localização dos circos, e da ampla programação de lazer da qual o circo é apenas uma parte (MAGNANI, 2003). E todas as atividades elencadas por Magnani (2003) – o circo, excursão dos farofeiros, futebol na várzea, etc. – tem como característica o fato de serem regidas por relações pessoalizadas, visto que até mesmo o circo, que tem um funcionamento tradicionalmente itinerante, também mantém relações com o pedaço, enquanto outras atividades são organizadas dentro do pedaço e mobilizam seus integrantes.

A categoria do pedaço, no entanto, é o suporte que Magnani (2003) utiliza para analisar o lazer em bairros da periferia de São Paulo. Em outra situação o autor indaga se é possível o uso da categoria pedaço para estudos de espaços centrais da cidade. Uma das primeiras constatações de Magnani (2012) foi que as redes de relações sociais características do pedaço também se manifestam em espaços centrais como cortiços e pontos comerciais. Nestes ambientes, no entanto, o autor percebeu que o elemento espacial do pedaço é, em alguns casos, disputados pelos por grupos distintos que tem no mesmo espaço a delimitação de seu pedaço.

Como forma de diferenciação os grupos que tem no mesmo espaço o seu pedaço utilizam mecanismos que tem impedem o contato direto ou que reforcem a identidade do grupo:

[...] o que estava em questão era o uso ou apropriação de um mesmo território, equipamento, ponto etc. por diferentes atores sociais. Nestas circunstâncias lançava-se mão de diferentes sinais e estratégias para eliminar as ambiguidades produzidas ao se compartilhar, às vezes a contragosto, o mesmo espaço. Era preciso explicitar as regras de pertencimento não apenas para reconhecimento interno, mas principalmente para efeitos de diferenciação em relação *aos outros*, e isso se fazia pela manipulação de horários (para manter a invisibilidade) ou então pela exibição de roupas, gestos, posturas corporais, linguajar etc. (evidenciar a diferença e estabelecer limites) (MAGNANI, 2012, p. 91).

Percebendo que a categoria do pedaço se manifesta de formas relativamente diferenciadas nos espaços centrais destinados às atividades de lazer, Magnani (2012) promove alguns ajustes na categoria pedaço dando origem à categoria da mancha. Assim como ocorre com o pedaço, a mancha possui um componente espacial e um social. Entretanto, o componente espacial da mancha reúne um conjunto contíguo – portanto delimitável e perceptível – de equipamentos que se refere a alguma prática específica, como ocorre em espaços marcados pela atividade de bares e restaurantes.

Já as relações sociais na mancha não são marcadas pela rede ampla de amizades, parentescos e reciprocidades características do pedaço. Quando o indivíduo dirige-se a uma “mancha” não está indo em busca de pessoas que compartilham do mesmo ambiente simbólico e de uma rede comum de relações sociais. Na mancha sabe-se apenas o perfil dos serviços e seus frequentadores, mas não sabemos com certeza quem ou o quê encontraremos (MAGNANI, 2012). Enquanto no pedaço as relações de amizade e parentesco entre os membros que lhes permite conhecer uns aos outros é um fator fundamental, na mancha ocorre o reconhecimento de valores comuns entre os seus frequentadores e a possibilidade de encontros inesperados.

Os caminhos e fluxos que entrecortam as manchas e que pelos quais chegamos aos pedaços que se encontram dentro das manchas são os trajetos. A necessidade de se criar uma nova categoria, evidentemente, relaciona-se com o fato de que não se está falando de simples deslocamentos ocasionais e no espaço urbano, pois estes seguem uma lógica. Em qualquer cidade existe a necessidade de deslocamento, contudo, os trajetos não ocorrem de forma aleatória, mas seguem uma ordem perceptível ligando manchas e vários outros pontos da cidade (MAGNANI, 2012).

No interior da mancha o trajeto está sujeito à subjetividade daqueles que a freqüentam, pois remete a escolha dos serviços e equipamentos que a mancha oferece. Já no pedaço o trajeto está relacionado com a fruição no espaço:

Outra aplicação é no interior das *manchas*. Tendo em vista que elas supõem uma presença mais concentrada de equipamentos, cada qual concorrendo, à sua maneira, para a atividade que lhe dá a marca característica, os *trajetos* nelas percorridos são de curta extensão, na escala do caminhar: representam escolhas ou recortes no interior daquela *mancha*, entendida como uma área contígua. Assim a ideia de *trajeto* permite pensar tanto uma possibilidade de escolhas no interior das *manchas* como a abertura dessas *manchas* e *pedaços* em direção a outros pontos no espaço urbano e, conseqüentemente, a outras lógicas. Sem essa abertura, corre-se o risco de cair numa perspectiva reificadora, fechada e demasiadamente “comunitária” da ideia do *pedaço*[...] (MAGNANI, 2012, p. 96).

Os trajetos conduzem através dos pórticos. Os pórticos são espaços que não são pertencentes às manchas e também não são passíveis de classificação mais específica e que correspondem a locais de passagem nos quais se deve ter muito cuidado, mas que são utilizados por outros atores para fins diversos.

A última categoria que Magnani (2012) elenca é o circuito. Esta está relacionada com uma atividade ou algum tipo de serviço que se realiza em determinados ambientes – equipamentos, estabelecimentos, etc. – que não estão, necessariamente, dispostos de forma contígua no espaço.

Os circuitos são reconhecidos pelos seus usuários que compartilham de valores comuns em sua identidade (MAGNANI, 2012). Desta forma determinados pontos das cidades – ainda que com localização dispersas – podem ser os aglutinadores de uma série de relações sociais. O que leva seus freqüentadores a se encontrarem nestes ambientes são os valores dos quais compartilham e trazem como característica do grupo ao qual pertencem.

6 A ANÁLISE SOBRE A SOCIABILIDADE NO RPF II E SEU ENTORNO

O estudo no RPF II se entendeu entre os meses de setembro (com início no dia 24) do ano de 2016 e março de 2017. Foi coletada uma série de informações – registradas em diário de campo – por meio da observação participante. Neste período no RPF II pude observar as formas de sociabilidade que os moradores do empreendimento desenvolvem entre si e com as pessoas que residem no entorno.

Como ocorreu em outras situações de pesquisa no RPF II, a participação do Sr. Milton – morador do residencial – foi indispensável. Por duas ocasiões eu não consegui ter acesso ao condomínio porque os porteiros não permitiram a minha entrada. Eles não haviam sido informados de que a direção do RPF II a havia autorizado. Mesmo com documentos que comprovavam a autorização para a realização da pesquisa, foi-me necessária intervenção do Sr. Milton junto aos porteiros para que eu pudesse desenvolver a pesquisa sem maiores problemas para adentrar o espaço do residencial.

Durante o período em que fiz as observações pude participar de várias oportunidades de interação junto aos residentes do RPF II. Em alguns casos esses momentos de socialização eram compartilhados com aqueles que residiam no entorno do RPF II, em outros casos, esse contato não ocorria por diversos fatores e em outros era sistematicamente evitado. Os eventos com que mais tive contato foram as festas que ocorriam no salão de festas, confraternizações familiares e entre vizinhos, a interação de pessoas nos espaços de circulação do RPF II e nas proximidades do mesmo e o jogo de dominó que normalmente começava pela tarde e se estendia até a noite.

Além das observações trazemos as informações coletadas com moradores nos quais os próprios descreviam as suas relações. A partir da interpretação própria destes acontecimentos, tentamos expor a forma como a sociabilidade se desenvolve no RPF II e seu entorno imediato.

6.1 O espaço físico do RPF II e os seus moradores

Aqui trazemos algumas informações e observações sobre o RPF II, local no qual se desenvolveu as atividades de trabalho de campo. O residencial foi construído pela empresa Atan Engenharia LTDA. É composto por 224 apartamentos em blocos que possuem térreo e primeiro andar, sendo 8UHs por bloco. Os blocos estão divididos em 5 quadras – A, B, C, D e

E. Os apartamentos possuem sala, cozinha, um banheiro, dois dormitórios, área de serviço e quintal. As imagens abaixo são de alguns blocos do condomínio (Quadra B).

Logo ao entrar no RPF II, à esquerda da portaria, é possível observar o salão de festas e o campo de futebol. Seguindo à esquerda está a Quadra A. seguindo em linha reta a partir da portaria chegaremos às quadras B e C. As quadras D e E são as últimas e em um sentido diferente das demais quadras.

Por meio das imagens abaixo (imagens 2, 3 e 4) podemos perceber que os apartamentos do RPF II não possuem variação na sua arquitetura, visto que se trata de uma produção padronizada, e em alguns imóveis já é possível detectar alguma deterioração, como infiltrações e rachaduras. A existência de quintais é um fator que deve ser levado em consideração. Em estudos anteriores eles foram bastante mencionados como um dos pontos positivos do condomínio (MERCÊS et al, 2013).

Fotografia1- Blocos de apartamentos do RPF II, Quadra B



Fonte: Diogo Luan (2017).

Fotografia 2-Blocos de apartamentos do RPF II, Quadra C



Fonte: Diogo Luan(2017).

Fotografia 3- Blocos de apartamento do RPF II, Quadra E



Fonte: Diogo Luan (2017).

Quando consideraram a possibilidade de ir morar em apartamentos em condomínio, muitos moradores temeram perder o espaço (do quintal) com o qual já estavam habituados. Esse espaço é utilizado das seguintes formas: uma extensão da área de serviço, no qual roupas são postas para secar ao sol, local onde plantas são criadas, criação de animais e para

construção de um novo cômodo. Com exceção deste último uso, existem casos em que os demais coexistem.

Além dos espaços citados acima, os residentes também utilizam o espaço de gramado que está diante dos blocos. São nestes espaços que, em algumas ocasiões, os residentes do RPF II organizam algumas de suas confraternizações com amigos e parentes. Esse espaço também é utilizado para a construção de cobertas para veículos e ainda para a criação de plantas visando à ornamentação do imóvel.

Também é neste espaço, na frente do imóvel, que as conversas do dia a dia entre vizinhos se realizam. Ocorreram algumas menções ao fato de que esses diálogos em frente ao lar não serem mais possíveis de se realizar no antigo local de moradia, em função da violência. Recuperar esta possibilidade de manter conversas neste espaço foi importante para vários dos residentes com quem manteve contato.

Através das imagens também é possível constatar a presença de grades nas janelas e em algumas portas. Segundo informações obtidas nas pesquisas anteriores, os moradores do RPF II decidiram gradear seus imóveis em função dos problemas de segurança que se apresentaram logo após o processo de mudança para o condomínio. Esses problemas também levaram ao aumento dos muros do condomínio e instalação de serpentinas, conforme imagem abaixo.

Fotografia 4-Muros do RPF II



Fonte: Diogo Luan, (2017).

Segundo os dados coletados nas pesquisas anteriores, o investimento nos muros do RPF II estava entre as principais reivindicações dos seus moradores (MERCÊSet al., 2013). Naquele momento foi realizada a cobrança de uma tarifa específica – que não se relacionava com taxa de condomínio. Para muitos dos moradores essa taxa representava um custo relativamente alto no seu orçamento, mas estavam dispostos a pagar para que houvesse alguma melhoria na segurança do condomínio.

No residencial os espaços reservados ao lazer dos moradores são a praça, o salão de festas, o campo de futebol e o playground. Todos estes equipamentos estavam bastante danificados quando do início das observações. Assim como verificado em momentos anteriores, essas benfeitorias destinadas ao lazer das crianças continuavam sendo utilizadas por jovens e também adultos, fato que trazia certo descontentamento entre vários moradores do RPF II.

Alguns destes espaços, em especial a praça e o salão de festas, também são utilizados para o consumo de drogas e bebidas e acabam sendo inseridos em uma discussão que remete aos usos apropriados desses ambientes, visto que muitos dos residentes reprovam os usos mencionados – estes usos serão problematizados mais adiante. Já ao término da pesquisa no RPF II, o salão de festas e o playground haviam passado por uma pequena reforma.

O campo de futebol e a praça do residencial não foram alvo destas reformas. O campo não possui gramado no seu centro que acaba sendo substituído por areia. Também é comum – entre os moradores do RPF II – a queixa de que as redes que deveriam impedir que a bola atingisse o salão estão todas rasgadas. Grande parte da responsabilidade sobre as condições do teto do salão é atribuída aos usuários do campo de futebol.

O campo de futebol é importante para o lazer de vários residentes, em especial os mais jovens. De maneira geral, os jogos que pude observar eram marcados por muita rivalidade e algumas discussões. Apesar de certa tensão entre os jogadores – em especial os jovens –, em nenhum momento as rivalidades culminaram em conflitos físicos.

Para além das benfeitorias mencionadas acima, o condomínio possui um olho d'água no interior de uma área verde também é utilizado para o lazer dos seus moradores, conforme expomos em estudo anterior (MERCÊS, et al., 2013). Atualmente o olho d'água não suporta mais o uso que os moradores do RPF II lhe atribuíram – piscina natural. Em relação à área verde foi possível afirmar – por meio das informações obtidas na pesquisa atual – que as árvores que apresentavam riscos de cair e que preocupavam a gestão do residencial em 2011 já foram removidas. As imagens abaixo expõem a área verde e as benfeitorias mencionadas parágrafos acima(fotografias5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11).

Fotografia 5-Salão de festas do RPF II



Fonte: Diogo Luan (2017).

Fotografia6- Praça do RPF II



Fonte: Diogo Luan (2017).

Fotografia 7-Campo de futebol do RPF II



Fonte: Diogo Luan (2017).

Fotografia 8-Brinquedos do playground do RPF II



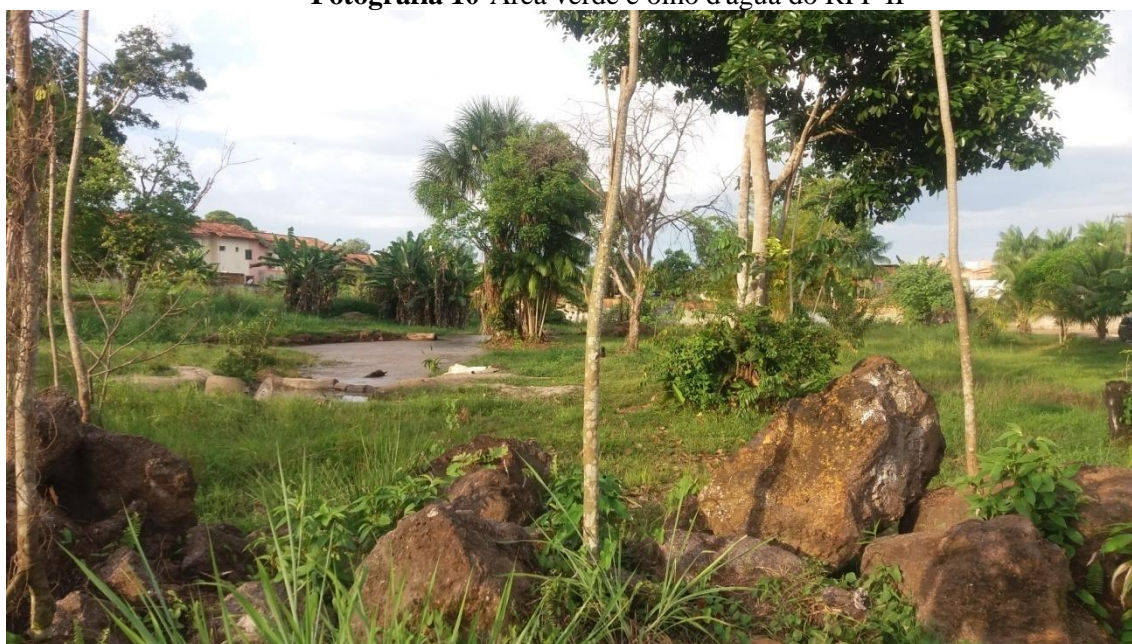
Fonte: Diogo Luan (2017).

Fotografia 9-Brinquedo do playground do RPF II



Fonte: Diogo Luan (2017).

Fotografia 10-Área verde e olho d'água do RPF II



Fonte: Diogo Luan (2017).

Quando o RPF II foi entregue aos seus moradores, todas suas ruas estavam pavimentadas e em bons estados de conservação, ainda que algumas calçadas já começassem a apresentar rachaduras em um curto espaço de tempo, segundo depoimentos de moradores coletados em pesquisa anterior (MERCÊS, et al., 2013). Já era uma queixa entre os residentes que as passarelas que existiam entre os blocos não eram cimentadas – e assim permanecem algumas. A este problema das passarelas somam-se as condições precárias de algumas das ruas do condomínio que com o tempo perderam a sua pavimentação, conforme evidencia as imagens abaixo.

Fotografia 11-Ruas das quadras C, D e E do RPF II



Fonte: Diogo Luan (2017).

Nas ruas acima estão localizados blocos das quadras C, D e E. É possível perceber que a pavimentação foi removida, o que tem provocado algumas queixas por conta da poeira das ruas, sobretudo quando trafegam veículos motorizados. Situação similar é encontrada na rua em que estão localizados os demais blocos da Quadra C e parte dos blocos da Quadra B. Esses e outros problemas do RPF II são comumente debatidos entre os moradores que estão insatisfeitos com a situação de descaso.

Embora as condições do espaço físico do RPF II tenham se deteriorado, pude constatar, mediante minhas observações e informações do Sr. Milton e do Sr. Rafael (zelador e vice-síndico do RPF II durante o período das observações) que a população do condomínio pouco se alterou desde o período das primeiras pesquisas realizadas naquele local.

Existem permanências e alterações decorrentes do intervalo de tempo existente entre a pesquisa de Mercês et al. (2013) e esta. As alterações mais impactantes, sem dúvida, são as já mencionadas deteriorações do espaço físico. Quando voltei para RPF II para dar prosseguimento aos estudos sobre política habitacional que resultaram nesta dissertação, um dos primeiros comentários do Sr. Milton era justamente que eu procurasse me recordar da aparência do condomínio nos momentos das minhas primeiras visitas.

Outras alterações estavam relacionadas com adaptabilidade dos moradores à realidade de um condomínio fechado. Segundo informações obtidas pelo Sr. Milton e durante algumas conversas, a população do RPF II já estava menos resistente as regras de convivência que

existiam no interior do condomínio, embora as mesmas ainda gerassem alguns desentendimentos. Da mesma forma, já haviam se habituado a realidade das taxas do residencial.

Permanecem ainda os problemas com relação à gestão do condomínio. Durante o período das pesquisas anteriores a maior parte dos desentendimentos entre a gestão do RPF II e os moradores se dava em função das regras de um condomínio que os residentes ainda não haviam assimilado – em especial os horários das festas, tolerância à música alta, comércio no interior do residencial e veículos ocupando as calçadas. Superados – em grande medida – o problema da aceitabilidade das regras do condomínio, ocorriam, durante o período das observações recentes, conflitos entre a gestão e os moradores que não aceitavam que a mesma se mantivesse, visto que já havia expirado o seu prazo de vigência e era necessária a realização de eleições.

Também permanece a configuração da população no RPF II. Ocorreram poucos casos de famílias que se mudaram. Grosso modo, as mesmas famílias visitadas durante os trabalhos realizados Mercês et al. (2013) ainda permanecem no condomínio. A maior parte das famílias (mais de 90% das entrevistadas) estava dentro dos padrões de renda exigidos por lei para que pudesse participar do PMCMV/0-3 SMs (MERCÊS et al., 2013). Não está entre os objetivos de esta dissertação levantar informações sobre renda, portanto, não podemos afirmar se aí existem permanências. E se houve aumento ou redução na renda familiar, também não saberíamos informar até que ponto estas modificações possuem relação com a mudança de moradia, com a segregação ou sociabilidade. Uma análise mais detalhada do perfil socioeconômico da população do RPF II encontra-se em Mercês et al. (2013).

6.2 A sociabilidade nos espaços de uso comum do RPF II

A minha presença no RPF II se deu por meio de visitas e algumas noites que fiquei para dormir na residência do Sr. Milton. Um dos fatores que sempre procurei observar era a forma como as pessoas se relacionavam com o espaço do condomínio e se nessa relação existia contato entre os moradores do empreendimento e os do entorno imediato.

Na maior parte das minhas visitas pude constatar que o movimento nas áreas de circulação do RPF II e nos espaços de uso comum sempre foi bastante reduzido, salvo os dias em que ocorriam festas no salão. De modo mais frequente quem fazia maior uso destes

espaços de circulação eram as crianças, no caso, os filhos dos residentes (e também residentes) do condomínio.

Normalmente quando eu chegava para fazer a observação no RPF II as crianças já se faziam presentes e exercitavam vários tipos de brincadeiras. Essas brincadeiras se estendiam até altas horas da noite e pude perceber que, de modo geral, havia pouca supervisão dos responsáveis pelas crianças.

Quando questionei alguns dos responsáveis sobre os motivos de permitirem que seus filhos ficassem fora de casa por tanto tempo, haviam duas razões principais: em primeiro lugar os pais achavam que um condomínio fechado proporcionava mais segurança para os seus filhos e, conseqüentemente, maior liberdade para brincar até aquele horário. O segundo componente das respostas estava relacionado com a necessidade de as crianças de exercitarem seu lazer. Muitos dos responsáveis com quem tive a oportunidade de conversar argumentavam que em seus antigos locais de moradia seus filhos viviam “muito presos dentro de casa”.Essas justificativas em parte eram completadas com a afirmação de que ali também possuíam maior controle sobre as atividades dos filhos, já que também argumentavam que dificilmente crianças de fora do RPF II adentravam aquele espaço para se relacionarem com seus filhos.

Na interpretação que pude realizar sobre os depoimentos que seguiam essa lógica, o condomínio fechado representou um avanço no que se refere à liberdade para as pessoas exercitarem sua sociabilidade assim como ocorreu na pesquisa de Andrade (2006). Durante essas conversas também não obtive nenhuma crítica específica a respeito da conduta de crianças que residiam no entorno imediato do RPF II.

Em se tratando da sociabilidade exercida pelas crianças, enquanto residentes do RPF II – e excluindo o tempo dedicado às atividades escolares –, ela estava mais restrita ao ambiente do condomínio. As crianças preenchiam um espaço maior no residencial quando comparados aos seus responsáveis, já que estes últimos se faziam mais presentes no interior e proximidades de seus imóveis, enquanto que seus filhos desenvolviam brincadeiras que ocupavam boa parte do RPF II e sem um ponto fixo, sendo esta uma expressão espacial da liberdade que os residentes adultos afirmam que os seus filhos podem agora usufruir.

Por outro lado, os jovens eram motivo de desconforto para muitas das pessoas com quem tive a oportunidade de conviver. Ocorre que na praça do RPF II, a partir de determinado horário, quase que diariamente, um grupo de jovens se reunia para conversar sobre vários assuntos (coisas da escola, da festa do dia anterior, de problemas com a polícia, etc.) e também para consumir drogas lícitas e ilícitas.

Primeiramente busquei informações sobre como se dava a relação estabelecida entre este grupo e os demais moradores do RPF II e se essa relação envolvia contato com os moradores do entorno. Ao término deste levantamento cheguei à conclusão que é justamente a entrada sem controle de pessoas que não são residentes do empreendimento o fator que mais causa incômodo em relação aos jovens que usam a praça para consumir drogas.

Todas as pessoas com quem conversei tinham uma queixa contra as práticas deste grupo. Em geral, argumentavam que não gostavam de ter contado com aquele tipo de situação (consumo de drogas) e que não queriam que seus filhos vissem. Mas, apesar desses problemas, não alegavam se sentirem ameaçados e muito menos terem tido problemas com esses jovens.

A partir dessas conversas e dos relatos decidi estabelecer contato com as pessoas que faziam parte deste grupo que periodicamente ocupava a praça e outros locais do RPF II. A interação não foi tarefa das mais fáceis, já que se tratava de um grupo relativamente fechado. Contudo, os primeiros indicativos de uma sociabilidade compartilhada entre os residentes do RPF II e os moradores do entorno ocorreram a partir da observação deste grupo.

Vários dias após o início do trabalho eu tive a oportunidade de observar relações estabelecidas entre os moradores do RPF II e aqueles das proximidades. O primeiro evento que revelava essas interações foi uma partida de futebol que ocorreu no campo do residencial, que está localizado ao lado do salão de festas.

O jogo foi protagonizado apenas por jovens, sem a interferência de nenhum adulto. De imediato pude perceber que o jogo era apenas uma forma de descontração e lazer, ou seja, não envolvia qualquer tipo de gratificação para o time vencedor. O único objetivo de fato era o prazer que se poderia obter por meio daquele tipo de interação. Ainda assim o jogo foi extremamente competitivo e em alguns momentos as discussões e ameaças decorrentes de certos momentos de impasse quase chegaram a conflitos físicos.

O jogo foi encerrado por volta das 20 horas e os membros dos dois times sentaram-se para conversar sobre os momentos do jogo que julgavam mais importantes e para consumir bebidas e as demais drogas de costume. Curiosamente, as mesmas pessoas envolvidas nas discussões estavam agora conversando e rindo amigavelmente, algo muito parecido com o sentido que Simmel (2006) atribuiu à sociabilidade e que exemplifica por meio da conversação.

A conversa perdurou até tarde da noite. O mais importante que chamou minha atenção para este grupo é que o mesmo era formado por residentes do RPF II e moradores das proximidades. De acordo com as informações que consegui obter com outras pessoas, seria

por meio dos primeiros que os segundo conseguiam obter acesso ao condomínio. E isso era motivo de grande desconforto para vários moradores do condomínio. Percebe-se que para estes últimos a falta de maior controle sobre o acesso dos que não são residentes é vista como algo bastante negativa.

Durante algum tempo minhas atenções se concentraram na observação deste grupo de jovens. Identifiquei que a praça do RPF II funcionava como o pedaço deste grupo. Na observação do dia 18 de novembro pude ouvir alguns relatos dos integrantes deste pedaço. Muitas das conversas parecem formas dos membros deste pedaço afirmar a sua autoridade para os demais integrantes. São várias menções às abordagens policiais e conflitos físicos dos quais participaram.

Como mencionei em parágrafo anterior, conseguir interagir com os membros deste pedaço não foi tarefa das mais fáceis. Para começar tive que fazer uso de alguma coisa que os membros do pedaço compartilhavam, neste caso, eu fiz uso do cigarro visto que todos eram fumantes. De certa forma trouxe os resultados que eu esperava. Aos poucos consegui me aproximar deste pedaço, mas sem nunca entrar, de fato, na teia de relações que caracterizam a conceituação de pedaço exposta por Magnani (2002).

A partir de minha aproximação com os integrantes deste pedaço constatei que o uso recreativo da droga é um dos fatores que sustenta a coesão deste grupo e que é também uma das razões da interação entre residentes e não residentes do condomínio. As drogas (as ilícitas) não são obtidas no interior do empreendimento. São os “chegados” que moram nas proximidades e que fazem parte do pedaço que as trazem para venda e consumo no RPF II.

Desta forma é possível argumentar que a sociabilidade existente dentro deste pedaço não está fora de uma lógica que busca a satisfação de interesses particulares de seus membros, ainda que estes interesses não sejam explicitados, já que a entrada e consumo das drogas no RPF II já havia se tornado umas das prerrogativas para que se frequentasse aquele pedaço. Não pretendo dizer com isso que sem as drogas o pedaço não existiria, mas sem elas seguramente não possuiria aquela configuração.

As relações estabelecidas são marcadas pela interdependência, conforme expõe Elias (1994), e neste caso, existem aqueles que possuem a necessidade de obter os entorpecentes e aqueles que lucram com a sua comercialização. Esta interdependência, no entanto, é recoberta por um conjunto de interações amistosas e agradáveis por ambas as partes – os consumidores e os fornecedores – que faz com que a relação comercial não seja caracterizada apenas pela racionalidade do sistema de trocas da sociedade capitalista.

Como minha interação com o grupo não estava sendo muito simples decidi tentar me aproximar de um de seus membros que parecia ter certa influência sobre os demais. A pessoa com quem conversei se chama Samuel e é morador da área do residencial desde antes do lançamento do empreendimento em 2011. Esta conversa faz parte dos registros de campo coletados no dia 29 de janeiro de 2017.

Na conversa que tive com Samuel pude lhe fazer vários questionamentos sobre as relações que mantém no seu local de moradia. Essas relações são amplas e vão muito além dos moradores do RPF II com quem Samuel afirma que possui boa convivência e sem conflitos. Ao falar sobre a relação que mantém com as pessoas do RPF II mencionou a proximidade existente entre as UHs e que esse fator – que em parte reduz a privacidade – é motivo para que ele seja cauteloso até na forma como vive dentro de sua própria residência. Em função da forma como vive alega que nunca teve problemas com vizinhos e espera que no futuro também não venha ter. Mencionou que nunca fez nenhum tipo de queixa contra qualquer um de seus vizinhos e que também nunca foi alvo de qualquer reclamação. Afirmou ter amplo conhecimento sobre as pessoas, dentro e fora do RPF II.

Samuel foi o único morador do RPF II com quem conversei que afirmou manter relações com as pessoas que residem no terreno ilegalmente ocupado ao lado do condomínio. Essa área, que no linguajar da mídia e da população em geral é conhecida como “invasão”, é denominada por Samuel como “comunidade”. Eu havia lhe questionado sobre entradas irregulares no RPF II, visto que o controle sobre o acesso era um tema que surgia de forma quase que espontânea nas conversas que eu vinha estabelecendo.

Samuel confirmou a entrada irregular de pessoas no RPF II e que, em alguns casos, isso resultou na prática de alguns crimes. Argumentou que existe preconceito contra as pessoas da comunidade e que “se a comunidade não mexer com o traficante então o traficante não mexe com a comunidade”. Dessa forma queria dizer que as pessoas da comunidade sabem como se portar para evitar problemas, seja com os “caras”¹⁶, seja com os moradores do RPF II. Também mencionou que as relações que mantém com as pessoas do entorno lhe permitiria auxiliar as pessoas responsáveis por prática de crimes na localidade em caso de uma fuga da polícia, desde que esse auxílio não trouxesse maiores problemas para sua família.

Questionei então sobre as práticas de lazer dos membros do seu pedaço. A partir das informações fornecidas ficou evidente que o pedaço ao qual Samuel pertence é formado

¹⁶ Os responsáveis pelo tráfico de drogas na localidade.

também por pessoas que não são residentes do condomínio. Uma das principais práticas de lazer é o jogo de futebol no campo do condomínio. Essa prática de lazer foi motivo de queixas por parte de Samuel, visto que ele a considera importante e que as condições do campo de futebol são as piores possíveis e seria o pouco que ele, como morador do RPF II, recebe da administração do condomínio.

Além do uso do campo de futebol Samuel afirmou que ele e seus amigos frequentam as festas realizadas no salão quando são convidados: “quando me chamam, eu venho mesmo”. Para além do RPF II Samuel afirmou que o mais comum é utilizar o espaço dos bares das proximidades. Para ele, em conjunto com seus amigos, ficar um tempo conversando e consumindo bebidas é um importante componente de seu lazer e sociabilidade.

O que ele considera mais interessante é comprar as bebidas e consumi-las no seu pedaço, que é a praça do RPF II. Essa atitude, no entanto, faz parte do conjunto de ações que tem gerado incômodo a outros residentes do RPF II.

Questionei então sobre essa situação. Ele reconheceu que algumas pessoas se sentem incomodadas, mas que ninguém nunca se envolveu diretamente em problemas, nem os membros do pedaço e nem os demais residentes. Mas com relação à entrada de pessoas que não são moradores do RPF II, e que ocorre por causa de seu pedaço, ele disse que de fato acontece. Mas também argumentou que não se pode fazer generalizações. Considera que de fato algumas pessoas entram no RPF II apenas para causar problemas. Outras pessoas não teriam qualquer má intenção ou má conduta.

Para todos os efeitos Samuel argumenta que existe controle no acesso das pessoas ao RPF II e que se qualquer problema acontece em função da entrada de não residentes, a responsabilidade seria dos próprios moradores, isso porque ele acredita que, em algum momento, a pessoa que entrou e causou algum dano teve a sua passagem pela portaria autorizada por algum morador.

Ao término de minha análise sobre este pedaço e como os seus membros se relacionam com aqueles que o cercam pude concluir que a entrada de pessoas não residentes no RPF II está, aos olhos dos residentes, diretamente associada com práticas ilícitas. Essa opinião possui certo respaldo, visto que estes são responsáveis por drogas que entram no condomínio. Essa entrada de drogas, no entanto, não ocorre sem o interesse de pessoas que moram no residencial.

O mal estar de muitas pessoas em relação a esta situação, no entanto, parece estar mais relacionada com a explicitude do consumo da droga e com a entrada de pessoas de fora do RPF II do quê com qualquer outro motivo, como por exemplo, o uso dos equipamentos de

lazer do RPF II por pessoas que não são residentes. Também pude perceber que ambas as partes – os membros do pedaço e aqueles que os vêem com desconfiança – sabem do desconforto desta situação.

A praça do RPF II é o componente físico deste pedaço, contudo, não é propriedade dos membros do pedaço. Quando estes estão na praça, mesmo nas ocasiões em que as drogas ilícitas não estavam sendo consumidas, poucos são os que se aproximam. Em situação oposta, quando outros dos residentes estão na praça ou no salão em alguma comemoração que não envolve os membros do pedaço, estes não tentam se aproximar da praça ou, em alguns casos, observam a certa distância os acontecimentos que se desenvolvem.

6.3 As festas e confraternizações familiares do RPF II

Outra importante forma de sociabilidade que verifiquei são as festas no salão do RPF II e as confraternizações entre vizinhos e familiares. A seguir trago um relato que se refere ao início das observações e que despertou o meu interesse por este tipo de acontecimento que nos fornece algumas contribuições para o entendimento das relações que envolvem os residentes do RPF II e aqueles do seu entorno.

A primeira festa que tive a oportunidade de observar ocorreu no momento inicial das observações, no dia 24 de setembro de 2016. Essa festa aconteceu em uma das ocasiões na qual eu fui impedido de entrar no RPF II em função de problemas com a minha identificação na portaria. Fiquei a maior parte do tempo aguardando que alguém pudesse autorizar a minha entrada, mas foi possível observar os acontecimentos ainda que a certa distância.

No caso dessa primeira festa eu não consegui descobrir de imediato sua motivação, mas as informações que obtive posteriormente dão conta de que se tratava de um acontecimento em função de uma comemoração familiar, da qual os adultos eram maioria. O principal atrativo da festa era muito mais as conversas do que qualquer outro fator – como a música.

Os organizadores deste evento eram moradores de um dos blocos do RPF II. Deste modo a maior parte dos participantes eram seus vizinhos e amigos. Quando foi por volta das 20 horas uma parte das pessoas da festa começou a deixar o RPF II. De modo geral, esses que deixavam a festa se dirigiam para a BR-316 em busca de condução para outros locais de Ananindeua e da RMB. A sua presença no RPF II, portanto, não deve ser tomada como um indicativo de que a sociabilidade ali verificada envolve moradores do RPF II e do seu entorno imediato.

Passadas algumas horas desde que iniciei essa primeira observação, o Sr. Rafael veio até a portaria onde eu estava para me identificar e substituir o porteiro. A chegada do Sr. Rafael deixou transparecer como pode ser conflituosa a relação entre os moradores do residencial e sua administração. Ao me encontrar o Sr. Rafael deixou clara a sua insatisfação com o tipo de música que as pessoas estavam ouvindo e mencionou o possível conflito que poderia ocorrer nas próximas horas. Isso porque o horário limite para as festas no salão é 22 horas e o vice-síndico já previa que ele próprio seria o responsável por encerrar a festa. Questionei então se não seria um exagero da parte dele e ele respondeu que “é sempre assim”. Além disso, naquela noite estava prevista uma reunião de condomínio – que ocorre no salão –, mas, em função da festa, esta teve que ser remarcada para outro momento.

Aquela, no entanto, não era a única festa que estava acontecendo naquela noite. Nas proximidades do RPF II estava ocorrendo outro evento. Diferentemente daquele que ocorria no condomínio – que basicamente era uma forma de lazer em função de acontecimento familiar –, aquele que ocorria nas proximidades tinha objetivos comerciais, visto que a venda de comidas e bebidas era um dos principais objetivos daqueles que estavam organizando o evento.

Neste sentido, esta segunda festa tinha um duplo significado, lazer para os freqüentadores e trabalho para os organizadores. Para todos os efeitos, os moradores daquela área – tanto do RPF II quanto os do seu entorno imediato – estavam sendo postos uns em relação para com os outros, ainda que para muitos essa relação se resumisse à simples compra de produtos que viriam a ser consumidos no interior do RPF II. Pude perceber que poucos foram os residentes do RPF II que se dirigiam a esta festa para de fato participar dela.

Próximo das 22 horas a festa no salão do RPF II estava por ser encerrada e sem os problemas que o Sr. Rafael havia previsto, embora este ainda fizesse queixas com relação à desorganização e outros problemas que estes eventos causavam ao pequeno salão do residencial.

Embora encerrada a festa no salão por volta das 22 horas, pude perceber que outras formas de confraternização estavam ocorrendo naquela noite. De modo geral tratava-se de pequenos grupos de pessoas que estavam na frente de seus apartamentos para conversar, escutar música, alguns jogavam e outros consumiam bebidas. Eu imaginei que esses acontecimentos eram importantes para a observação, então me concentrei neles durante algum tempo. Procurei participar dessas confraternizações e tentar estabelecer alguns diálogos com quem delas participava.

Uma das primeiras confraternizações que pude observar ocorreu no apartamento do Sr. Milton no dia primeiro de outubro de 2016. Os mesmos tipos de confraternizações da observação anterior estavam ocorrendo. Aquela era uma noite de grande movimentação no RPF II – movimentação que poucas vezes viria a se repetir durante o período de observação – e as várias formas de confraternização entre vizinhos e amigos aconteciam. Não pude me deter nelas, pois eu já tinha um compromisso com o Sr. Milton.

Essa confraternização para a qual eu fui convidado não ocorreu apenas por lazer e diversão, mas em função de determinadas responsabilidades do Sr. Milton e sua família para com o grupo religioso do qual participam. Curiosamente, temas relacionados ao grupo religioso foram os que menos apareceram durante as conversações daquela noite. O principal tema das conversas era sobre viagens a cidades do interior e algumas experiências vividas nessas viagens.

Durante as conversas que ocorreram no evento daquela noite – o churrasco na casa do Sr. Milton – consegui constatar que, embora se tratasse de relações estabelecidas entre residentes e não residentes do RPF II, não eram um indicativo daquilo que buscamos averiguar na pesquisa desenvolvida. As pessoas convidadas para aquele momento de confraternização eram de vários locais da RMB.

Na observação do dia 15 de outubro tive a oportunidade de conviver em duas confraternizações no RPF II. Uma delas era novamente na residência do Sr. Milton, pois era aniversário de um de seus filhos. Havia vários convidados, muitos dos quais não eram residentes do RPF II, mas moradores do antigo local de moradia do Seu Milton e sua família. Muitos eram seus amigos e familiares do bairro da Marambaia, fazem parte da rede de relações que o Sr. Milton mantinha e ainda mantém, ou seja, trata-se de pessoas do seu antigo pedaço. Embora o Sr. Milton tenha se mudado, as relações permanecem sólidas.

Nas proximidades do apartamento do Sr. Milton outra confraternização acontecia. Não se tratava, porém, de algum tipo de comemoração de uma data específica, como o caso de um aniversário. Eram, basicamente, trabalhadores aproveitando seu dia de folga para se divertirem um pouco na companhia de amigos. Em geral eram vizinhos de bloco do RPF II e algumas pessoas que vieram do antigo local de moradia das pessoas que estavam organizando aquele evento. Algo similar ao que ocorria na casa do Sr. Milton, as pessoas que vieram participar da comemoração eram pertencentes à teia de relações que antecedeu a mudança para o RPF II.

Retirando-me momentaneamente desta parte do RPF II – na qual ocorriam as comemorações –, decidi averiguar como estavam as coisas no condomínio naquela noite. Foi

nessa noite que comecei a notar a existência daquele pedaço formado por jovens que mencionei anteriormente. Além deles a movimentação do RPF II se resumia à grande concentração de crianças brincando nas ruas do condomínio.

As crianças que sempre estão brincando nas noites do RPF II, como já mencionei, são filhos dos residentes e, portanto, também residentes. Não estão isentas das redes de sociabilidades existentes no RPF II, mas por meio da observação das práticas de seu lazer podemos apenas constatar a não interação com as pessoas do entorno. Essa não interação, inclusive, é uma das prerrogativas para que os seus responsáveis permitam que fiquem brincando até altas horas, visto que para os mesmos é um fator positivo que somente os filhos dos residentes participam das brincadeiras.

Retornei para o apartamento do Sr. Milton e me sentei em uma das mesas para participar da confraternização. O decorrer da noite foi preenchido com conversas sobre as experiências de um casal de convidados sobre as suas comemorações de grandes feriados em outras cidades do Brasil. A conversa foi amena durante a maior parte do tempo, não houve maiores divergências e nem motivos para contra-argumentação. Isso se perdeu, no entanto, quando o assunto da política de Belém foi posto em discussão.

Por um pequeno espaço de tempo a conversa perdeu parte de seu caráter mais lúdico e ameno. As opiniões divergentes entre o Sr. Milton e o seu amigo sobre a política belenense geraram certo desconforto em ambos. Isso ocorreu em função de os dois estarem tentando estabelecer um posicionamento definitivo sobre o assunto que convencesse o outro de sua razão, ou seja, o estabelecimento de uma verdade que pode corroer o caráter sociável de uma conversa (SIMMEL, 2006).

Eu pude perceber que tanto por parte do Sr. Milton quanto por parte de seu amigo houve certa pressa para encerrar a discussão política. Após o término da conversa sobre política houve algumas tentativas de voltar às conversas mais amenas, mas não foi assim tão simples. Foram necessários alguns momentos de conversa para que a amenidade de antes voltasse à mesa.

No dia 4 de dezembro ocorreu outra comemoração no salão de festas do residencial. Os preparativos para esta festa se iniciaram ainda pela manhã. Quase toda a estrutura da festa – mesas, cadeiras, etc. – estava sendo fornecida por moradores do RPF II que aproveitaram aquele evento para arrecadar algum dinheiro extra.

A movimentação no RPF II era, basicamente, a de saída para as compras do cotidiano. Parte destas mercadorias é comprada nos pontos comerciais que estão nas proximidades do

RPF II. Pude ver que, sem dúvida, existe uma grande simpatia por parte destes comerciantes e muitos dos residentes do condomínio.

A festa de domingo se iniciou próximo das 14 horas. De início pude constatar que a maior parte dos integrantes da festa eram pessoas jovens. Próximo das 16 horas eu conversei discretamente – pois estavam em momento de confraternização – com algumas das pessoas que participavam daquela comemoração.

Por meio de conversas curtas e algumas perguntas que fiz aos participantes da festa, pude chegar à conclusão de que este evento não diz muito sobre as relações estabelecidas entre os moradores do RPF II e aqueles que residem no seu entorno. Isto porque a maior parte dos convidados são amigos, vizinhos de bloco de condomínio e vizinhos do antigo local de moradia da família que estava organizando aquela comemoração. Se for possível afirmar que aquela comemoração colocou moradores do condomínio em relação para com os moradores do entorno, isso ocorreu em momentos em que alguns moradores se retiraram para comprar mais bebidas na Rua Júlia Cordeiro, que dá acesso ao RPF II. Nesse momento pude perceber que existia alguma simpatia entre moradores do RPF II e moradores do entorno, mas as relações estabelecidas neste momento não iam além dos cumprimentos.

As festas no salão do RPF II que pude presenciar foram poucas e, de modo geral, restritas aos parentes, amigos e vizinhos – do RPF II e do antigo local de moradia – de quem a estava organizando. Considerando que este trabalho objetiva investigar a sociabilidade existente entre os moradores do residencial e os moradores do seu entorno, podemos afirmar que as festas no salão não são indicativos de que possa existir algum tipo de interação mais densa entre residentes do condomínio e do seu entorno imediato.

6.4 O jogo de dominó

Uma das práticas em que eu pude perceber a interação plena entre os residentes do RPF II e os moradores do entorno é o jogo de dominó. Como de costume, quando eu ia iniciar um dia de trabalho de observação participante eu costumava ir até a casa do Sr. Milton para cumprimentar a ele e sua família. Em várias destas ocasiões a esposa dele mencionava que ele estava jogando dominó.

Pensei então em observar esta prática que estava relacionada com a pessoa que mais me acolheu durante o período de pesquisa, no caso, o Sr. Milton. Perguntei a ele se poderia

acompanhá-lo e ele concordou. A observação sobre o jogo de dominó se inicia no dia 3 de fevereiro de 2017.

O local onde o Sr. Milton e alguns de seus amigos – a maior parte destes é formada por moradores do entorno imediato do RPF II – se reúnem para o jogo de dominó fica bem ao lado do RPF II em uma pequena área coberta onde à noite são vendidos lanches. Lá há uma mesa com algumas cadeiras. Esta mesa e cadeiras são fornecidas pelos moradores do entorno que participam cotidianamente do jogo.

Este local do jogo de dominó é contíguo a uma área não muito grande, mas que concentra uma série de pequenos pontos comerciais. Alguns pequenos mercados bastantes próximos uns dos outros, alguns pequenos bares também muito próximos. Seguindo pela rua, em ambos os sentidos, pode-se encontrar outros pontos comerciais do mesmo gênero – pontos comerciais que são criados em residências para complemento de renda. Considerando a movimentação de pessoas neste ambiente, e que alguns o frequentam sem necessariamente o objetivo de consumir, mas de estabelecer relações, identifique-o como uma pequena mancha, mas que também faz parte do trajeto de muitas pessoas daquela área (MAGNANI, 2002).

A prática de jogo de dominó não se iniciou de maneira unilateral. Foi uma espécie de consenso estabelecido entre alguns residentes do RPF II e outros do entorno, no caso alguns dos trabalhadores daquela mancha. O objetivo fundamental era preencher uma parcela do tempo com alguma atividade que lhes permitisse uma forma de divertimento.

O jogo começa cedo, pela manhã. Normalmente ocorre uma pequena pausa próximo da hora do almoço e retorna pouco depois das 15 horas. Os comerciantes do entorno do RPF II estão entre os participantes deste jogo. Percebo assim que a sociabilidade que se estabeleceu em função deste comércio se estendeu, em alguns casos, para relações de amizade mais densas.

A sua participação no jogo não interfere nas suas atividades enquanto comerciantes, pois o atendimento aos clientes ocorre durante as partidas de dominó e interrupções no jogo para a realização de alguma venda é comum. Os demais jogadores não parecem se incomodar quando alguém precisa se retirar momentaneamente.

O grupo permitiu que eu jogasse sem maiores problemas, mas isso se deve principalmente pelo intermédio do Sr. Milton. Percebi logo de imediato que a maior parte dos integrantes do jogo de dominó era composta por moradores do entorno do RPF II. A maior parte dos interessados no jogo são homens adultos, entretanto, pude perceber que muitos jovens transitam no pedaço do jogo de dominó.

Durante as tardes que estive naquele pedaço pude fazer algumas constatações. A primeira constatação, evidentemente, é a de que aquele espaço no interior da mancha corresponde a um pedaço. A dimensão territorial deste pedaço é bastante pequena, apenas alguns metros da calçada que fica na frente da residência que está localizada ao lado da entrada do RPF II. O proprietário desta residência atendeu à solicitação de algumas pessoas daquela área e permitiu que fossem montadas ali barracas para venda de lanches.

O componente social deste pedaço é formado pelos que ali se encontram para jogar dominó. As principais relações que envolvem este pedaço são as de amizade. Não consegui identificar membros daquele pedaço que fossem parentes, entretanto, obtive a informação de que algumas pessoas que pertencem à mesma família se reúnem ali para os jogos de dominó.

A formação daquele pedaço e a manutenção de sua sociabilidade que está diretamente ancorado ao jogo de dominó tiveram que ser trabalhadas por meio da imposição de algumas regras. Uma das regras é a de nunca fazer apostas durante as partidas de dominó. Segundo os integrantes do pedaço do dominó, o objetivo desta regra é impedir que o jogo se torne competitivo demais – em função do dinheiro das apostas – e que isso possa gerar desentendimentos e conflitos entre os jogadores.

Outra regra estava relacionada com o consumo de bebidas alcoólicas durante as partidas de dominó. Esta regra teria, basicamente, o mesmo objetivo da anterior, ou seja, garantir que durante as partidas seja mantida uma sociabilidade marcada por amenidades e livre de conflitos.

Esta regra, contudo, foi flexibilizada recentemente. Segundo me informou o Sr. Milton, essa norma foi criada em função de conflitos que ocorreram entre os membros deste pedaço, conflitos nos quais as bebidas alcoólicas foram identificadas como sendo o pivô dos problemas. Após um tempo de vigência desta regra proibindo totalmente a presença de bebidas, os integrantes do pedaço determinaram que não havia necessidade de a mesma permanecer tão rígida. Assim, durante alguns jogos pude verificar o consumo de bebidas, mas não houve casos de consumo com exageros e nenhum tipo de conflito eu presenciei.

Durante as partidas de dominó observei o comportamento dos membros daquele pedaço. O jogo ocorre em duplas nas quais a presença masculina é quase exclusiva. Apenas em uma ocasião eu verifiquei a presença de somente uma mulher. Esta foi tratada pelos demais homens com a mesma simpatia que os mesmos utilizavam entre si.

A animação do jogo ocorre principalmente em função das conversas e provocações que são realizadas durante as partidas. As provocações são brincadeiras que tem como um de seus objetivos desafiar a dupla adversária. Essas provocações são responsáveis por muita

animação e as respostas a essas provocações são sempre aguardadas com alguma expectativa pelos membros do pedaço. Já as conversas que ocorrem durante os jogos são bastante variadas e descontraídas. Em muitos casos, são narrativas sobre experiências pessoais vividas pelos integrantes do pedaço. Esses fatos são narrados de uma maneira bastante cômica, contudo, os narradores destes acontecimentos não os mencionam na expectativa de obter opinião sobre o acontecimento. O objetivo em se narrar estes acontecimentos é apenas extrair deles alguma diversão.

Os temas que aparecem nas conversas – e nas provocações que se mesclam às conversas – são bastante variados. Frequentemente comentários sobre a sexualidade foram postos, mas sempre com o objetivo de depreciar o outro em função de comentários homofóbicos. Esse tipo de preconceito, no entanto, não é associado, pelos membros do pedaço, como uma forma de discriminação social que trás uma série de problemas e dificuldades para um determinado grupo da sociedade e que se torna uma barreira para o conjunto das relações sociais deste grupo – relações familiares, trabalhistas, de amizade, entre outras.

Ainda que houvesse ali o predomínio de conversas e comentários voltados para a descontração, presenciei algumas poucas conversas que eram tratadas com mais seriedade, como questões relacionadas à família e informações sobre trabalho. Estas conversas, no entanto, raramente aconteciam à mesa do jogo de dominó e nem englobavam todos os membros. Quando havia a necessidade de se iniciar uma conversa mais séria por parte de alguém, normalmente este se distanciava da mesa junto com seu(s) interlocutor(es) e juntos tratavam daquele tema de forma mais reservada.

Observando e participando do jogo de dominó, torna-se evidente, segundo meu entendimento, que o jogo em si é apenas um componente deste momento. A sociabilidade aqui acontece em função do jogo – já que esta prática foi e é a justificativa para a formação deste pedaço –, contudo, as conversas, provocações e brincadeiras que acontecem no decorrer do jogo é outro importante componente deste momento e sem estes esse acontecimento não seria prazeroso para os integrantes deste pedaço.

Eu participei de vários destes jogos no decorrer da pesquisa de campo. Durante a observação sobre esta prática, não consegui perceber qualquer outro intuito que me parecesse mais importante do que a confraternização entre amigos e a diversão. Ainda que o jogo de dominó seja um dos fatores que agregam moradores do condomínio e do entorno, verifiquei que a presença destes últimos no interior do RPF II é bastante rara. Questionei um dos membros deste pedaço sobre essa observação, mas a resposta que ouvi foi limitada e evasiva,

apenas fazia referência que os membros do pedaço do dominó que residiam no entorno não gostavam de entrar no RPF II.

6.5 As conversas com os moradores do RPF II

As conversas aconteceram nos meses finais de minha pesquisa de campo no RPF II. Iniciaram-se no dia 21 de janeiro de 2017 e foram sendo realizadas até os dias finais da pesquisa emmarço do mesmo ano. Os questionamentos que eu pontuei nestas conversas não seguiram um roteiro elaborado previamente e com perguntas fechadas, visto que o objetivo era fazer com que as pessoas conversassem naturalmente sobre as relações que mantêm naquele ambiente de moradia.

Entre os temas abordados procurei dar foco sobre as formas de relacionamento interpessoal, as práticas de lazer e religiosas. De modo geral, as respostas às minhas indagações durante as conversas chegaram a resultados bastante similares quando comparadas ocorrendo poucas variações de caso em caso.

Sobre as pessoas que selecionei para realizar as conversas e acompanhamento, eu utilizei três critérios principais: a) procurei as pessoas que foram (e algumas ainda o são) importantes lideranças dentro do espaço do RPF II. Algumas destas pessoas, além de contribuírem para acelerar o processo de lançamento do empreendimento, também passaram a ocupar cargos na gestão do condomínio; b) o tempo que as pessoas já residiam no condomínio. Procurei me relacionar com pessoas que já moravam no RPF II desde o momento da entrega do empreendimento – como pode ser verificado no início da descrição das conversas realizadas. Estas pessoas, em geral, já possuíam relacionamentos sólidos no seu local de moradia; e c) o nível de abertura que as pessoas me permitiam para falar sobre as suas vidas. As conversas com os moradores do RPF II foram registradas em diários de campo. As opiniões que trago neste tópico são as mais significativas sobre a sociabilidade dos residentes do RPF II.

A primeira pessoa com quem conversei foi com o Sr. Douglas. Ele é residente do RPF II desde o momento da entrega do empreendimento. As suas relações mais frequentes ele mantém com os seus vizinhos do seu bloco de condomínio. Afirmou que mantém boas relações com estes e que tenta evitar problemas. Mas também afirmou que mantém relações com pessoas que são residentes do entorno do RPF II.

Estas pessoas com quem o Sr. Daniel mantém relações fazem parte do seu lazer. Ao se tratar do lazer ele afirmou que frequenta os bares que estão nas proximidades do residencial.

Também mencionou que se reúne com seus amigos – entre estes, pessoas do entorno do RPF II – para caçar curió. Essas caçadas, embora possam resultar em ganhos econômicos, são momentos de descontração e manutenção de relações amistosas entre o Sr. Daniel e seus amigos.

Continuando com a conversa eu questionei o Sr. Daniel sobre as dificuldades que ele encontrou para residir no RPF II. Fiz esse questionamento em várias das conversas e a questão da segurança foi a principal queixa. Não deixou de aparecer em nenhuma das conversas que tive.

O Sr. Daniel afirmou que quando se mudou para o RPF II os problemas relacionados à segurança eram bastante sérios. Esses problemas dificultavam a relação dos moradores do RPF II com aqueles do entorno que, em parte, eram vistos como responsáveis pela falta de segurança no local – em especial os moradores da área invadida ao lado.

Esta situação somente viria a melhorar com o reforço dos muros e o aumento do controle sobre a portaria. Ou seja, as melhorias nas condições de vida, segundo o Sr. Daniel, ocorreram depois daquilo que entendemos como um reforço na segregação dos moradores do RPF II. A mudança para o condomínio representou um ganho de liberdade – ter mais tranquilidade em ficar na frente de casa, mais segurança sobre o lazer dos filhos, etc. –, ainda que ao custo do distanciamento em relação aos amigos e parentes do local da moradia antiga que somente visitam o Sr. Daniel em caso de confraternizações familiares.

Seguindo a rotina das observações, eu tive a oportunidade de conversar com o Seu Leonardo, residente do Bloco A do RPF II e também morador do empreendimento desde a sua entrega.

A opinião do Sr. Leonardo vai ao sentido oposto da do Sr. Daniel. Enquanto que para o segundo as condições de moradia melhoraram anos depois da entrega do residencial, para o Sr. Leonardo os melhores momentos para se morar no RPF II foram logo após o recebimento. Para ele o maior problema vem da gestão do RPF II. As mudanças recorrentes de síndicos seriam a causa de uma série de problemas relacionados à prestação de serviços aos moradores – basicamente limpeza e segurança.

Segundo o depoimento do Sr. Leonardo a solidariedade existente entre os moradores do RPF II foi prejudicada com o passar do tempo. Parte desta responsabilidade ele atribuiu à gestão do condomínio que, segundo ele, não soube como repassar confiança para os moradores que ficaram com certa antipatia pelas regras de convivência no condomínio.

Como ocorreu na conversa anterior, o tema da segurança surgiu com muita facilidade. Este problema é, na opinião do Sr. Leonardo, uma clara dificuldade na socialização entre os

moradores do RPF II e aqueles do seu entorno imediato. Para ele, os principais responsáveis pela falta de segurança no condomínio são as pessoas que residem em suas proximidades, mas estes não seriam uma ameaça se os moradores do condomínio não facilitassem a entrada de pessoas que não moram no empreendimento.

Como forma de se contornar esses problemas, o Sr. Leonardo busca proteção nos muros e grades do condomínio e também em sua religião. Durante a conversa que tivemos, ele fez duras críticas em relação ao grupo de jovens que frequentam a praça do RPF II para consumir drogas. Chegou inclusive a indagar os porteiros sobre a entrada de pessoas que residem no entorno do condomínio. Não obteve resposta satisfatória, uma vez que lhe foi informado que as pessoas que entram possuem a autorização de residentes do RPF II.

Em função das práticas do grupo que tem como seu pedaço a praça do RPF II, o Sr. Leonardo discorda dos demais moradores do condomínio que permitem que seus filhos brinquem no espaço de circulação até altas horas da noite. Ele julga que a presença destes jovens representa uma ameaça, ainda que nunca tenha ocorrido qualquer incidente entre estes jovens e os demais residentes do RPF II.

O lazer do Sr. Leonardo se resume à sua residência e à quadra na qual esta está localizada. As conversas com seus amigos e vizinhos são a sua principal forma de sociabilidade relacionada ao lazer. Ele não frequenta os bares do entorno do empreendimento como fazem outros moradores. Ao final da conversa, no entanto, ele lembrou que já havia acontecido muitos problemas entre os seus vizinhos, mas que isso nunca foi algo que o envolvesse.

Na observação do dia seguinte, 22 de janeiro de 2017, pude participar de uma pequena confraternização realizada pelo Sr. Edivam e a sua esposa, a Sr.^a Rosiele. Esta confraternização reuniu alguns de seus amigos e parentes – do antigo local de moradia – e alguns de seus vizinhos do RPF II. Não contou com a presença de nenhum morador das proximidades do RPF II.

Inicialmente questionei o Sr. Edivam e a Sr.^a Rosiele sobre a vida que levam no RPF II. Como resposta eles enfatizaram a liberdade que o condomínio lhes proporcionou. Eles eram moradores do bairro do Jurunas em Belém e mencionaram que no antigo local de moradia não possuíam a liberdade que possuem no residencial, nem eles – adultos – e nem os seus filhos. Essa liberdade está diretamente associada às características do condomínio fechado (existência de muros, controle sobre o acesso, normas internas).

Eles também fizeram menção ao grupo de jovens que frequentam a praça do RPF II para consumir drogas. Dizem que nunca se sentiram ameaçados por estas pessoas e que o

consumo destes produtos “tem em todo lugar”, no entanto, discordam que aquele seja o local adequado para aquelas práticas, uma vez que todos os residentes do residencial acabam sendo obrigados a conviver, mesmo que momentaneamente, com algo de que não gostam e também receiam que aquilo possa ser uma influência negativa para as crianças que ali residem.

As práticas lazer do Sr. Edivam e da Sr.^a Rosiele têm dois momentos principais. Um deles é dentro de casa. São as confraternizações com amigos e familiares – como essa da qual eu estou participando de forma reservada – e o carnaval. Na primeira forma de lazer, normalmente são os seus parentes e amigos do seu antigo local de moradia que vem lhes visitar. Ou, ao contrário, eles retornam para o seu antigo pedaço para alguma confraternização. A mudança para o RPF II não cortou as relações com o bairro do Jurunas. Conforme me informaram, a “família toda está lá”. A presença dos familiares normalmente é maior que a dos amigos.

A outra forma de lazer está mais relacionada com o Sr. Edivam. Ele está inserido em um circuito, o das escolas de samba de Belém. Esta segunda forma de lazer ocorre, portanto, durante o período do Carnaval, no qual ele se reúne com seus amigos para o desfile. Entretanto, embora o Sr. Edivam alegue que este seja um momento importante de lazer, também é um momento de trabalho, mas não necessariamente remunerado. Existem razões emotivas que fazem com que o Sr. Edivam dedique uma parte de seu tempo para a escola de samba – ele não mencionou qual. O momento do lazer, de fato, seria aquele em que o desfile acontece. A Sr.^a Rosiele pouco participa deste lazer. Para ela prevalecem as confraternizações.

O Sr. Edivam e Sr.^a Rosiele afirmaram que não frequentam os bares que estão no entorno do RPF II, embora já tenham visto outros moradores neste ambiente em companhia de pessoas que residem no entorno. Ainda que não façam uso destes espaços, afirmam que lhes trás satisfação que nunca presenciaram qualquer tipo de conflitos nestes locais. Essa afirmativa foi feita em comparação com os bares do seu antigo local de moradia, nos quais os conflitos eram bastante frequentes e lhes traziam apreensão.

No relacionamento com os vizinhos de condomínio o Sr. Edivam e sua esposa afirmaram não ter qualquer tipo de problema, mas também que suas relações se resumem à quadra na qual residem – quadra B. Eles afirmam ter pouco conhecimento sobre as pessoas que residem nas proximidades do RPF II, mas ainda assim, no dia a dia, cumprimentam diversas pessoas que, muitas vezes, não possuem qualquer relação com eles além dessa saudação.

O fator de maior instabilidade entre o Sr. Edivam e a Sr.^a Rosiele em relação aos demais moradores seria a gestão do RPF II. Neste caso ele se referia à entrada indevida de

peessoas no RPF II. A Sr.^a Rosiele argumentou que estas pessoas causam a depredações nas benfeitorias de uso comum do condomínio. A entrada destas pessoas, no entanto, seria do desejo de alguns. A gestão do residencial, ao não resolver o impasse, estaria criando o espaço para desentendimentos entre os moradores.

Em se tratando do que o Sr. Edivam e a Sr.^a Rosiele estavam habituados a viver no Jurunas e aquilo que dispunham no RPF II – e foi nesta conversa que o antes e o depois foi mais detalhado –, pode-se concluir que as formas de sociabilidade eram marcadas pelo receio do conflito. O conflito, não necessariamente, seria causado por ações diretas do Sr. Edivam ou da Sr.^a Rosiele, nem de seus filhos, mas poderia, de alguma forma, lhes envolver.

Nestes termos, o “dentro de casa” surge como um importante ambiente de sociabilidade, tanto para o casal como para seus filhos. A mudança para o RPF II, além de não eliminar as relações de amizade que o Sr. Edivam e a Sr.^a Rosiele possuíam no Jurunas – ainda que a frequência tenha se reduzido –, contribuiu para reduzir a importância que o espaço do interior da casa possuía como local de sociabilidade, sobretudo no que concerne aos filhos do Sr. Edivam e da Sr.^a Rosiele.

Ainda na observação do dia 22 de janeiro, próximo das 21 horas, conversei com outros dois residentes do RPF II que aproveitavam a noite para escutar música, conversar e consumir bebidas.

As pessoas com quem conversei nesse momento foram o Sr. Mateus e o Sr. Vinícius. O Sr. Vinícius pouco soube me informar sobre as suas relações no RPF II. Afirmou que o seu trabalho ocupa maior parte de seu tempo e não consegue vivenciar muito do que ocorre no seu ambiente de moradia. No momento que o encontrei ele havia chegado há pouco de seu trabalho e estava apenas tomando uma cerveja com o Sr. Mateus para depois repousar e voltar a trabalhar.

Já o Sr. Mateus afirmou que a sua vida no RPF II é marcada, sobretudo, pela tranquilidade. Isso se deve ao fato de estar em condomínio fechado. É o fato de morar em um condomínio que lhe proporciona maior liberdade. O próprio fator de estarmos os três ali conversando seria, segundo ele, um exemplo do tipo de liberdade que somente após a mudança para o RPF II ele começou a desfrutar. E isso, segundo suas palavras, independe de dia ou horário e lhe trás muita satisfação.

Ainda que possuam essa liberdade, ambos afirmaram que possuem poucas relações com qualquer dos moradores das proximidades, seja dentro ou fora do RPF II. Como justificativa, o Sr. Vinícius voltou a mencionar o seu trabalho e como isso dificulta que possa manter relações mais próximas com os seus vizinhos de condomínio ou as pessoas do

entorno. Já o Sr. Mateus lembrou que mantém algum pouco contato com os comerciantes do entorno, e que este pouco contato, muitas vezes, acaba sendo ainda maior que o contato que mantém com os moradores do RPF II.

Ambos ainda mantêm contato com seus antigos locais de moradia nos quais reside a maior parte de seus amigos e parentes. Como tenho ouvido em outras conversas, a manutenção destes laços depende muito da disponibilidade de eles frequentarem seus antigos pedaços.

Para os casos de Sr. Mateus e de Sr. Vinícius, sua sociabilidade está muito atrelada ao seu ambiente de trabalho. Quando fora deste ambiente, eles ficam dentro de casa ou em pequenos espaços de conversação como esse do qual participo. Neste caso, desde o momento em que comecei a participar da conversa certos temas que geram controversas – como religião e política – não foram abordados. Temas como esporte e gostos musicais prevaleceram, assim como narrativas sobre algumas experiências vividas em função do trabalho.

Ao questioná-los sobre as suas formas de lazer, eles me responderam que essa conversa que tivemos já era uma demonstração de uma de suas principais formas de lazer. Mas afirmaram que a gestão do RPF II poderia estar mais atenta a esta questão. O descaso da gestão do condomínio, segundo eles, estaria comprometendo os espaços de lazer existentes no RPF II. Após outras críticas à gestão, a conversa foi encerrada com o tema da casa própria. Obter uma moradia própria compensaria o distanciamento de amigos e parentes e outros problemas que se fazem presentes.

Em outra oportunidade conversei com a Sr.^a Marta que é residente do RPF II desde o momento da entrega do empreendimento. Ela mencionou que não tem uma relação tão boa com os seus vizinhos de condomínio. A princípio, ela não se sentiu muito à vontade em dizer o motivo, mas logo eu descobriria que se tratava de questões religiosas.

Prosseguindo com a conversa a Sr.^a Marta mencionou que também não mantém relações com as pessoas do entorno, com exceção dos momentos em que vai aos mercados que estão nas proximidades do RPF II para fazer as compras cotidianas. Os demais locais do entorno – como os bares – ela não frequenta. Boa parte de seu tempo ela passa em casa, que é o local onde acontece boa parte do seu lazer, que ocorre em família. As visitas de parentes e amigos também não são frequentes. Segundo sua narrativa, seus amigos e parentes alegam que existem dificuldades para fazer uma visita e a maior destas dificuldades seria ter que passar pela portaria. Ela discorda da opinião deles que bastaria que a sua autorização para que as entradas acontecessem sem maiores problemas. Quando as visitas acontecem é costume ocorrer algum tipo de confraternização.

Este foi o único caso em que a pessoa com quem conversava argumentou que o controle típico dos condomínios fechados representasse algum tipo de empecilho para as relações estabelecidas com amigos ou parentes do antigo local de moradia. De modo geral, o que mais dificulta este contato, segundo os relatos, é a distância entre o RPF II e os antigos pedaços e o pouco tempo disponível para as visitas de amigos e parentes.

Com relação aos seus filhos ela afirmou que no local de moradia anterior eles eram mais “presos em casa”. Com a mudança passaram a ter mais liberdade, assim como ela e seu marido. Essa questão da liberdade tem sido uma constante nas minhas conversas.

No decorrer da conversa, a Sr.^a Marta revelou a razão de um de seus conflitos. Primeiramente ela criticou a intromissão de alguns dos seus vizinhos na forma como ela leva a vida. Isso ocorre porque ela vende bebidas em sua casa como forma de complementação de renda. A outra razão de problemas está relacionada com a sua prática religiosa. Ela é umbandista e isso lhe trouxe alguns problemas. Alguns de seus vizinhos se incomodaram com as suas práticas religiosas e acionaram a gestão do condomínio.

A gestão do condomínio chegou inclusive a ameaçá-la de despejo em função da religião por ela praticada. Ocorreu até uma tentativa de expulsá-la por meio de um abaixo assinado. Para resolver esta questão, ela teve que buscar assessoria jurídica para que o seu direito à liberdade de culto fosse respeitado. Ela mencionou que em função da sua prática religiosa também recebe algumas visitas, mas é algo bastante raro, cerca de duas ou três vezes ao ano.

6.6 As conversas com os moradores do entorno do RPF II

Nesta etapa da pesquisa de campo tentei manter algum diálogo com as pessoas que residiam no entorno do RPF II. Esta etapa seguramente foi a que agregou menos informações para a pesquisa. Isso se deve ao fato de que as pessoas com quem tentei conversar pouco se interessaram em manter o diálogo e algumas ficaram visivelmente com receio de estabelecer qualquer tipo de conversa com uma pessoa que pouco conheciam.

Antes de mencionar o conteúdo das conversas, cabe uma breve descrição do entorno do RPF II. Parte desta área é a rua que dá acesso ao condomínio – a Rua Júlia Cordeiro. Essa rua se inicia na BR – 316 e, percorrendo-se aproximadamente 1 km, é possível chegar ao residencial.

A Rua Júlia Cordeiro é bastante estreita e a maior parte dos imóveis é de uso residencial, contudo, existem aqueles que são de uso misto (residencial e comercial). No

início da Rua Júlia Cordeiro está a Secretaria de Administração do Município de Ananindeua. Há também uma escola particular de Ensino Infantil, esta última está localizada próximo ao RPF II e atende a alguns de seus residentes.

Nas casas em que existiam também comércios, havia uma padaria, algumas pequenas mercearias e dois bares nos quais eu pude estabelecer alguns diálogos – descritos mais adiante. Em uma das casas também existia uma pizzaria em construção. Essas casas, nas quais também existiam comércios, são indicativos de que essas famílias, se não dependem exclusivamente dessas atividades comerciais, delas necessitam para complementar a renda familiar.

Todas as casas, independente de também serem ou não pontos comerciais, possuíam algum tipo de reforço em suas entradas. Os muros eram praticamente uma regra. As poucas casas que não possuíam muros tinham as portas e janelas gradeadas. Além dessas formas de reforçar a segurança do imóvel, quando caía a noite seguranças pagos pelos moradores faziam a ronda daquele perímetro. Esses são claros indicativos dos problemas de violência que ocorrem naquela área.

Esses problemas de violência causaram alguns impactos sobre alguns dos moradores do RPF II. Algumas das pessoas com quem tive a oportunidade ter diálogos mencionaram experiências negativas, como assaltos. Muitos dos residentes do condomínio consideram a Rua Júlia Cordeiro perigosa e evitam a circulação na mesma em determinados horários.

A despeito dessas considerações negativas sobre a rua de acesso ao RPF II, pude observar que, em algumas ocasiões (como noites de sábado e domingo) ocorre uma movimentação relativamente alta nesta rua. Nestas ocasiões percebi que as pessoas que mais se fazem presentes nesta via são as que nela residem. A presença mais marcante é de homens jovens. A principal atividade que consegui detectar ali são as conversas entre as pessoas. Certas atitudes como estar sentado em frente a uma residência, me permite inferir que parte destas pessoas são residentes da Rua Júlia Cordeiro.

Não presenciei e não tomei conhecimento de qualquer problema relativo à segurança na rua de acesso ao RPF II nos dias em que fazia a observação. Todos os relatos são de episódios que antecederam a minha pesquisa de campo.

Já nos arredores da entrada do RPF II existe uma igreja, o bar da Sr.^a Joana, o açougue e um pequeno comércio que são muito utilizados pelos moradores do condomínio – os proprietários de alguns desses locais são membros do pedaço do dominó. Ao lado do RPF II existem duas residências de famílias de classe média. Uma delas está vazia porque os proprietários decidiram se mudar após um assalto no qual foram tomados como reféns. Na

outra, na qual os proprietários residem, não consegui os observar em nenhum momento. Se não fossem pelos depoimentos que coletei, teria tomado aquela residência por abandonada.

Uma das poucas conversas que eu consegui estabelecer com moradores do entorno do condomínio ocorreu no dia 2 de fevereiro de 2017 por volta das 17 horas. Era um pequeno grupo de moradores que estava em um bar localizado na Rua Júlia Cordeiro. Eles estavam conversando sobre experiências pessoais as mais diversas. Quando começo a interagir com eles percebo de imediato que o interesse pela conversa acabou sendo reduzido e substituído por um sentimento de grande cautela em relação às informações que dali poderia sair. Eu pouco tive acesso aquele espaço, mas consegui obter algumas informações.

Todas as cinco pessoas que ali se encontravam eram residentes daquela localidade. Já moravam ali havia muitos anos e deixaram explícita a sua opinião por viverem de forma reservada, ou seja, sem se intrometer na vida de terceiros e isso se aplicava aos residentes do RPF II: “eles ficam na deles lá e gente fica na nossa aqui. Eles lá e a gente aqui”.

Ao ouvir este tipo de opinião, me pareceu, a princípio, que esta reserva se resumia aos residentes do RPF II. Mas no decorrer da conversa percebi que se estende também ao conjunto dos moradores da Rua Júlia Cordeiro. Para todos os efeitos, ao se tratar dos residentes do RPF II, as manifestações sobre uma vida reservada foram muito mais enfáticas. Basicamente, a conversa se limitou a estas poucas informações. Percebendo que as pessoas não estavam muito à vontade com a minha presença, eu os cumprimentei e me retirei.

Em outra oportunidade eu pude estabelecer um diálogo com a proprietária de um dos bares que estão localizados nas proximidades do RPF II. Esta conversa teve como diferencial, quando comparada com a conversa descrita nos parágrafos acima, maior tranquilidade por parte da pessoa que falava comigo. Neste caso tratava-se da Sr.^a Joana.

A Sr.^a Joana é residente da área há pelo menos 25 anos. A criação do bar é anterior à construção do RPF II. Para ela, a chegada do empreendimento representou a possibilidade de aumento de sua freguesia e de maiores ganhos. As relações que ela estabelece com os residentes do empreendimento se resumem, basicamente, à relação entre comerciante e cliente.

Quando da conversa com a Sr.^a Joana eu estava no bar dela com o Sr. Milton conversando e tomamos juntos uma cerveja. De fato pude constatar que a presença do RPF II representa a possibilidade de maiores lucros para a Sr.^a Joana, uma vez que alguns dos moradores do condomínio vinham até o bar dela. Alguns destes chegaram e me cumprimentaram e também o Sr. Milton, pois se tratavam de algumas pessoas com quem convivi e conversei durante o período da pesquisa de campo.

Enquanto estávamos no bar, tratei de olhar o movimento das pessoas naquele ambiente. Apesar de movimentado, a presença de pessoas do condomínio era minoritária. Mas os poucos moradores do RPF II que estavam ali estabeleciam relações com as pessoas residentes do entorno do empreendimento, sobretudo no que se referia à conversação.

No que se tratou de diálogos estabelecidos com os residentes do entorno, estes episódios descritos nos parágrafos acima foram os mais relevantes. Como mencionei no início deste tópico a maior parte das pessoas com quem conversei foram evasivas e pouco interessadas em dialogar.

6.7 Características da sociabilidade dos moradores do RPF II

A partir da análise e dos dados coletados foi possível identificar alguns padrões de sociabilidade dos residentes do RPF II que levasse em consideração as relações que estes mantêm com aqueles que residem no seu entorno imediato. Estes padrões de sociabilidade são marcados por contradições, pois as relações estabelecidas envolvem tanto o objetivo de conseguir certo distanciamento, quanto momentos de confraternização decorrentes de uma aproximação.

Um dos primeiros elementos que podemos pontuar sobre esses padrões de sociabilidade é que os mesmos estão diretamente relacionados com o tipo de moradia de que os residentes do RPF II passaram a usufruir – um condomínio fechado. As características deste tipo de moradia se apresentaram como a oportunidade de os seus residentes entrarem em contato com uma forma de viver que lhes apresentavam algumas novas possibilidades. Isto só se torna compreensível, no entanto, ao se considerar as formas anteriores de moradia dos atuais residentes do RPF II.

Os principais problemas relacionados à moradia anterior eram – com exceção do pagamento de aluguel – a falta de segurança e liberdade. O RPF II representou uma possibilidade de contornar esses problemas. Ainda que não os tenha resolvido, os moradores do condomínio afirmam que atualmente residem em um ambiente que lhes proporciona uma vida melhor. Como ponderam Souza (2008) e Caldeira (2011), os condomínios trazem a característica genérica de serem ambientes murados e controlados. O RPF II não foge a esta regra e seriam esses os fatores que, na opinião de seus residentes, possibilitou um diferencial na segurança e liberdade em relação à moradia anterior.

A partir dos dados coletados pude perceber que a busca por uma vida com mais segurança, liberdade e privacidade – estas duas últimas me parecem uma consequência da primeira – é o fator que promove o afastamento dos residentes do RPF II em relação aos moradores tanto do entorno como também de muitos dos seus vizinhos de condomínio. Era muito comum nas conversas que tive as pessoas me informarem que tinham amizades apenas com seus vizinhos de bloco. O mais importante para eles era não ter desavenças com os mesmos.

Quando se trata dos moradores do entorno, existem certas razões para que esse afastamento venha a ocorrer. Em primeiro lugar deve-se considerar que nos momentos seguintes à entrega do empreendimento havia muitos problemas que dificultavam as relações entre os residentes do condomínio e os do entorno. Entre estes problemas – mas não apenas este – estava o excesso de crimes praticados no RPF II por pessoas que não eram moradores do mesmo. Esta situação levou com que muitos passassem a ter algumas reservas com relação aos moradores do entorno do residencial, sobretudo aqueles que moravam na área invadida.

Diretamente relacionado à segurança está a questão da liberdade e privacidade. Aqueles que afirmaram ter conseguido mais liberdade o fizeram justamente em função de se ter abandonado o antigo local de moradia no qual o contato mais frequentei e a proximidade em relação aos espaços públicos da cidade traziam algum tipo de problema – trânsito perigoso, crime e violência, etc. – que eram considerados como limitadores da liberdade.

Ao passarem a residir no residencial identificam a liberdade e privacidade com as características de uma moradia em condomínio fechado. Por outro lado, consideram que parte do que se encontra fora dos muros do condomínio pode se tornar um problema. Um claro exemplo desta situação é o tráfico de drogas e os jovens que fazem parte de um pedaço na praça do RPF II e que foram mencionados em todas as conversas que tive, produzindo graus diferenciados de insatisfação nas pessoas, sendo que para muitas pessoas com quem tive a oportunidade de conversar o principal motivo de queixas parecia estar mais relacionado com a entrada de pessoas indevidas do que com o consumo de drogas nas dependências do RPF II.

A oportunidade de estabelecer uma convivência diferenciada da anterior fez com que muitos dos residentes do RPF II passassem a valorizar a manutenção de uma sociabilidade mais restrita a alguns poucos moradores do empreendimento. Essa sociabilidade, no entanto, tende a expandir-se quando da necessidade de realizar as compras necessárias ao cotidiano das famílias. Este é um dos momentos em que as relações rotineiras entre comerciantes e clientes podem gerar uma sociabilidade mais densa, como ocorreu no caso do pedaço do jogo de dominó.

Para todas as pessoas com quem tive a oportunidade de conviver e conversar, o controle sobre acesso é fundamental para a manutenção de uma boa vida no RPF II. Entretanto, controlar o acesso não significa proibição da entrada de pessoas que não são residentes do residencial. É neste sentido que podemos considerar a manutenção do pedaço dos jovens que consomem drogas na praça do condomínio. Este pedaço somente existe porque alguns dos próprios residentes do condomínio possuem interesse na sua manutenção, já que é meio pelo qual estes residentes obtêm os entorpecentes.

O padrão dominante na sociabilidade dos residentes do residencial está voltado para as relações que ocorrem internamente ao condomínio. Este padrão de sociabilidade não exclui, necessariamente, as pessoas que não são moradoras do empreendimento, contudo, tende a lhes impor certo controle quando se trata de seu acesso aquele ambiente.

A argumentação de quebra desse controle por meio de uma falha no compromisso dos responsáveis pela portaria acaba por ser relativizada. Aquilo que alguns veem como uma falha que pode trazer problemas para as suas formas de sociabilidade e de viver é, em vários momentos, a forma de expressão da sociabilidade do outro que para ocorrer depende daquele que está para além dos muros do RPF II.

A presença destas pessoas do entorno – e de outras localidades – é o fator que causa desconforto em muitos dos moradores do RPF II que muitas vezes se recusam a reconhecer que a presença destes indivíduos é desejada e requisitada por alguns de seus vizinhos de condomínio. As relações derivadas da sociabilidade existente entre algumas pessoas residentes do entorno e de alguns moradores do condomínio também está voltada para satisfação de interesses mútuos, sendo esta uma das características da sociabilidade segundo Simmel (2006).

Ao considerar parte da opinião das pessoas com quem tive a oportunidade de conviver durante algum período, as pessoas que não são residentes do RPF II, mas que possuem acesso “livre” ao mesmo é sempre vista como pessoas que podem gerar algum tipo de problema. As opiniões sobre o acesso ao condomínio em geral estão relacionadas aos membros do pedaço que se encontra na praça do residencial. Não ocorreram, no entanto, depoimentos que mencionassem qualquer tipo de problemas existente entre os membros desse pedaço e qualquer outro morador do residencial.

É importante mencionar, no entanto, que as restrições a uma sociabilidade mais densa entre os moradores do RPF II e aqueles do entorno não partem apenas dos primeiros. Como mencionei em tópico anterior, foram poucos os moradores do entorno do RPF II que permitiram a aproximação de uma pessoa sobre a qual não tinham certo conhecimento. Nas

poucas informações que obtive, e até pela forma como restringiam seu contato no momento em que eu tentava estabelecê-lo, parece existir um consenso em uma vida mais restrita ao ambiente familiar e mais particular. Uma característica da sociabilidade moderna segundo Simmel (2006), Bauman (2003), D'Incao (1992a; 1992b), entre outros.

Apesar de passados mais de cinco anos desde a entrega do empreendimento e das pesquisas iniciais realizadas no RPF II, a segregação ali praticada ainda se explica em função dos problemas relacionados à falta de segurança. Uma mudança que foi possível detectar está relacionada com as expectativas frustradas em torno das possibilidades de segurança que a segregação de um condomínio fechado pode oferecer para os que nele residem.

Ainda que em todas as conversas registradas os residentes do RPF II tenham manifestado sua aprovação em relação ao aumento dos muros, também argumentam que isso não trouxe os resultados que eles esperavam no que se refere à melhoria das suas condições de segurança e de vida. A segregação por si só não possibilitou melhorias significativas neste que ainda é um dos maiores problemas, enfrentado tanto pelos residentes do RPF II quanto pelos residentes do seu entorno imediato.

De modo geral, não detectei grandes críticas ou estranhamentos por parte dos residentes do RPF II em relação aqueles que moram em seu entorno, nem mesmo em relação às pessoas que residem na área invadida ao lado do empreendimento – que em momentos anteriores eram consideradas responsáveis por vários dos problemas do residencial. Com relação aos demais moradores do entorno, o número limitado de dados obtidos não me autoriza a me posicionar de forma definitiva sobre como estes consideram os residentes do condomínio.

De todo modo é possível dizer que a sociabilidade praticada pelos residentes do RPF II – no RPF II – possui certas diferenças e similaridades quando comparadas aquela que exercitavam em seu antigo local de moradia. Se nestes últimos estavam limitados pelos problemas do espaço público – violência, medo, etc. –, no condomínio eles ainda sentem o impacto e as limitações causadas por vários destes problemas, sobretudo a violência, já que a ampliação dos muros, embora positiva para todos, não trouxe os resultados que muitos esperavam. Os muros também surgem como limitadores da liberdade, uma vez que fora de seu alcance tem-se a sensação de insegurança renovada.

Se no RPF II seu círculo de amigos e vizinhos são reduzidos, nada sugere que no seu antigo local de moradia fosse de outra maneira. A diferença seria qualitativa, já que no local da moradia anterior se encontravam, além de amigos, os parentes de muitos dos moradores do

RPF II, sobretudo quando se leva em consideração que muitos dos atuais residentes do condomínio abandonaram uma situação de coabitação familiar (LUZ; MERCÊS, 2012).

O ganho de liberdade, em grande parte, está relacionado com o sentimento de maior proteção que existe dentro do condomínio e com a possibilidade de poder passar uma parte do tempo fora das dependências internas da residência. Algumas das conversas que tive ocorreram na frente dos apartamentos. Seus proprietários e vizinhos se reuniam para conversar durante a noite após um dia de trabalho. Esta liberdade de sentar em frente da própria residência e conversar era algo que muitos não tinham acesso no seu antigo local de moradia, tão pouco a liberdade de as crianças brincarem até altas horas da noite sem despertar a preocupação de seus pais. Este ganho de liberdade, no entanto, estaria circunscrito ao ambiente interno do RPF II.

A segregação, nestes termos, não afetou de forma negativa a vida dos residentes do RPF II. Ao contrário, possibilitou a estes alguns ganhos de liberdade e mais segurança – segurança real e também o sentimento de se estar morando em um ambiente mais seguro. Mas este ambiente de acesso controlado e cercado por muros e gerido segundo suas próprias normas não possibilitou maiores contatos entre os seus residentes e aqueles do entorno.

A segregação surge assim como uma limitação sobre a ampliação da sociabilidade. Conforme a conceituação de Sposito (2013), a segregação impõe uma separação relativa entre a parte segregada e outras localidades da cidade. No caso do RPF II essa separação se faz presente, mas não se trata, necessariamente, de uma separação que ocorre entre indivíduos de classes sociais distintas, visto que muitos dos moradores do entorno do residencial pertencem ao mesmo estrato social daqueles que vivem no condomínio. De maneira geral foi possível constatar que a manutenção de uma sociabilidade centrada no interior do condomínio não tem trazido maiores problemas para os residentes do RPF II, visto que não foi possível perceber indicativos do interesse de muitos dos residentes em expandir as relações.

Este contato, quando acontece, é em função de interesses mútuos dos envolvidos. Seja em proveito de se obter uma diversão no decorrer do dia – o caso do pedaço do dominó –, seja em função do desejo de se obter produtos que não são produzidos no interior do RPF II – o pedaço dos usuários de drogas –, os contatos seguem uma lógica de interesses que devem ser realizados a despeito da satisfação e prazer que possam possibilitar.

Como foi detectada em estudos anteriores, a principal motivação para que os moradores do RPF II optassem pela mudança foi a obtenção da moradia própria (LUZ; MERCÊS, 2012). Este objetivo central foi alcançado e, em algumas das conversas estabelecidas, nota-se a insatisfação de o mesmo não ser acompanhado de outros elementos

que são vistos como fundamentais, em especial a segurança. O que é de interesse dos moradores do RPF II é manter – e se possível melhorar – as condições de vida atingidas e, para tanto, a segregação e sua consequente limitação sobre o alcance da sociabilidade surgem como fundamentais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMCMV, desde o seu lançamento em 2009, tem sido o principal meio de as classes sociais de menor renda obterem um imóvel próprio com razoável infraestrutura e localizado em uma área regularizada da cidade, ainda que esta última esteja à grandes distâncias dos principais centros de comércio, serviços e postos de trabalho.

Assim como constatado no estudo de Abelém (1982) sobre a remoção de famílias de zonas de baixadas, a ideologia também tem um papel a cumprir sobre a legitimação da política pública representada pelo PMCMV. Grande parte da produção acadêmica recente sobre o referido programa afirma que o mesmo está muito mais direcionado à resolução dos problemas econômicos decorrentes da crise econômica mundial iniciada em 2008 do que atender as reais necessidades habitacionais da população, sobretudo a das camadas populares que são as que mais respondem pelo déficit habitacional do país.

Para o caso do RPF II a forma de segregação que se apresenta não é, necessariamente, aquela pautada na distância física entre a moradia e as centralidades – promovida pelo Estado e iniciativa privada por meio dos projetos populares do PMCMV –, mas a segregação por meio de muros e controle que é idealizada pelos próprios moradores. Trata-se da autosegregação, segundo os termos de Souza (2008), Caldeira (2011) e Sposito (2013).

No caso em questão, diferentemente de muitos estudos mencionados nesta dissertação, não estamos investigando a existência ou inexistência de interações entre grupos sociais muito distintos, visto que existem mais aproximações do que diferenças entre o nível de renda dos moradores do RPF II e aqueles do seu entorno – tanto no entorno como no interior do condomínio pude observar a residência sendo usada como ponto comercial para complementação de renda, por exemplo.

É possível afirmar que este ambiente planejado e criado para abrigar a classe média e elites – o condomínio fechado – produziu impactos sobre a sociabilidade de seus beneficiários em relação ao entorno. Se por um lado os muros e sistema de controle do RPF II não impediram a interação que resultou na formação do pedaço do dominó ou do pedaço da praça, contribuiu para a consolidação da opinião de que as melhores opções de moradia são ambientes cercados por muros e com acesso controlado.

Embora as expectativas iniciais em torno dos muros não tenham se mantido, a ideia de os mesmos não se fazerem presentes é inaceitável por parte dos residentes do RPF II. O condomínio não impediu a possibilidade de se expandir a sociabilidade dos seus residentes, mas sem dúvida impôs alguns limites.

A rede de relações da maior parte das pessoas com quem tive a oportunidade de conviver não havia assimilado as pessoas do entorno do RPF II. Mantinha-se ainda um forte apego as relações estabelecidas nos antigos locais de moradia. A mudança para o condomínio não rompeu com essas relações, embora tenha lhes causado alguma dificuldade para ocorrer. Não se trata apenas da distância do condomínio em relação aos antigos locais de moradia dos residentes. Os muros e a portaria do residencial surgem como as principais dificuldades, segundo a argumentação de amigos e parentes das pessoas com quem pude conviver durante as observações.

Essa situação – mudar-se para uma moradia distante da localidade da habitação e das redes de relações antigas – não é vista como uma escolha necessariamente ideal. Trata-se de uma condição imposta pela necessidade de se obter uma moradia própria. Esse objetivo – sobretudo quando se considera que muitos dos moradores do RPF II pagavam aluguel – justificava se afastar da rede de relações estabelecidas no antigo local de moradia. Mas a mudança, no entanto, pouco colaborou – salvo poucos casos – para construção de uma sociabilidade mais ampla.

Internamente ao RPF II as formas de sociabilidade também são bastante restritas. Resume-se aos vizinhos mais próximos dos blocos e em alguns casos também os da quadra. Por meio das observações e conversas que ocorreram durante o período das pesquisas, não consegui encontrar indicativos de que exista o interesse em expandir essa rede de relações, mesmo entre os próprios moradores do condomínio. Esse desinteresse torna-se ainda maior quando se trata daqueles que estão para além dos muros do RPF II. Por outro lado, também não se pode afirmar que essa situação se dê exclusivamente em função do condomínio – ainda que reconheçamos que este último torna as aproximações mais difíceis.

As razões dessa falta de interesse em expandir a sociabilidade e manter a sua consequente restrição nos parece estarem relacionados com fatores que envolvem tanto a antiga como a atual moradia. Em primeiro lugar, essa sociabilidade restrita já fazia parte da rotina da maior parte das pessoas com quem tive a oportunidade de conviver. Isso se dava, sobretudo em função da violência urbana. Uma das principais expectativas de muitos dos beneficiários do RPF II era a de superar estes problemas por meio de seu novo local de moradia, o que não se concretizou.

O fato de os moradores do RPF II estarem agora morando em um condomínio fechado não é a única razão para o isolamento social que se verificou ali. Este isolamento também se explica em função de uma forma de viver que em muitos momentos teve que ser restringida ao ambiente familiar e residencial. A mudança para um condomínio fechado seguramente

reforçou a ideia da residência como local privilegiado da sociabilidade, visto que o condomínio é considerado uma extensão da propriedade habitacional.

E quando ocorre de os problemas de violência e criminalidade voltarem a se repetir – desta vez no novo local de moradia – a única alternativa minimamente viável, segundo consenso formado entre a população do RPF II era a de reforçar a segregação. Esse reforço aconteceu, mas os resultados esperados não se concretizaram, bem como a noção de comunidade que já não se fazia presente como antes. Agora já era bem mais perceptível que o convívio entre iguais não significa, necessariamente, uma boa convivência e relações amistosas, como supunha Simmel (2006) ao se referir a sociabilidade.

Considerando as informações que obtive durante as observações, e contando com o auxílio das categorias propostas por Magnani (2002), foi possível constatar formas de sociabilidade que envolvia pessoas do RPF II e do seu entorno. As formas de sociabilidade verificadas nos permite afirmar que a manutenção de uma sociabilidade entre residentes do RPF II e moradores do entorno – nos poucos casos observados – depende da realização de interesses específicos de ambas as partes, e esta é a segunda constatação que realizamos. Essa sociabilidade, no entanto, estava circunscrita a um número limitado de pessoas que sustentam uma rede de relações que, embora relativize a imposição de controle manifestada pelos muros, não a anula.

Como terceira constatação, percebemos que os moradores do RPF II que demonstraram certa ausência de algum interesse específico foram aqueles que também demonstraram não estarem inseridos em nenhum pedaço que envolva os residentes do entorno do condomínio. Não sustentamos que a sociabilidade ocorra apenas em função da satisfação de interesses, mas no caso que analisamos a existência de interesses a serem satisfeitos parece ser uma condição importante para a formação de uma rede de relações, como a que caracteriza um pedaço.

A opinião sobre a eficiência da segregação em condomínio como forma de prevenir os problemas de violência urbana não se manteve, visto a descrença dos residentes do RPF II em relação aos muros e controle sobre o acesso. Da mesma forma, o discurso sobre os que residem no entorno do condomínio também não se apresentou como em pesquisas anteriores, nas quais estes últimos eram responsabilizados por muitos dos problemas do residencial.

Ainda que a opinião sobre os moradores do entorno tenham se modificado, e que muitas das pessoas com quem convivi terem afirmado manter boas relações com os moradores das proximidades do RPF II, na prática não foi possível observar essas relações. A ausência de um interesse específico que possa sustentar uma teia de relações – como ocorre

nos pedaços do dominó e da praça – parece ser um dos fatores que somada a segregação em condomínio tem impossibilitado a ampliação do alcance da sociabilidade dos moradores do residencial.

As principais relações que envolvem os residentes do RPF II e não residentes foram as confraternizações familiares e as festas do salão, sendo a primeira mais frequentada por parentes do que amigos enquanto que nas segundas haviam boa participação tanto de parentes como de amigos – ambos os grupos oriundos dos antigos locais de moradia.

Contrariando a nossa hipótese inicial, os laços estabelecidos nos antigos locais de moradia ainda permanecem bastante sólidos, embora a frequência com que os moradores do RPF II encontrem os membros dos seus antigos pedaços tenha se reduzido bastante. A parte estes encontros esporádicos e excetuando os dois pedaços identificados na pesquisa, é possível afirmar que o condomínio agravou uma condição de isolamento que, em parte, não era estranha aos moradores do condomínio.

Ainda que nossas observações nos tenham levado a estas constatações, todas as pessoas com quem tive oportunidade de conviver argumentaram que, mesmo que não mantenham relações mais sólidas com os moradores do RPF II, possuem um relacionamento mínimo – como cumprimentos e saudações – que muitas vezes é o que os possibilitam de resolver determinados problemas por meio do diálogo em lugar do conflito.

O conjunto dessas relações nos permite inferir que o RPF II é formado, internamente, por um conjunto de pedaços que, embora mantenham correspondência por meio desses relacionamentos menos densos, não se confundem. Entre os vários pedaços existentes no condomínio, apenas dois conseguiram extrapolar os limites impostos pelos muros e controle sobre o acesso e incorporar pessoas que não moram no residencial, mas no seu entorno.

Enquanto local de moradia de um grande contingente populacional, o RPF II não trouxe maiores possibilidades de os seus moradores expandirem suas relações do que aquelas que os mesmo já estavam habituados, e ainda impôs restrições. Apesar de todos os problemas que já ocorreram neste ambiente de moradia, a expansão das relações não parece figurar entre as principais necessidades dos habitantes que, de modo geral, demonstram estar inseridos em uma rede de relações que supre a maior parte de suas necessidades.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção:** por que e para quem? Estudo sobre uma experiência de planejamento nas baixadas de Belém. 1982. 139 f. Dissertação (Mestrado)-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1982.

ARANTES, P. F.; FIX, M. **Como o Governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida.** [S. l.]: Correio Cidadania, 2009. Disponível em:<<http://www.correiocidadania.com.br/blogcategory/66/171/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ARANTES, R. A. Qualidade de vida ou fortificações: O significado dos condomínios fechados em Salvador. **Revista VeraCidade**, Salvador, v. 4, n. 4, março, 2009. Disponível em <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo3.pdf>

AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 1988.p. 107-119.

BAUMAN, S. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade:** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOLLAFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1982.p. 37-70.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo: Edusp, 2011.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2011. p. 1-20. (1 CD-ROM).

CARDOSO, A. L.; NUNES JÚNIOR, D. R.; ARAÚJO, F. S.; SILVA, N. F.; ARAGÃO, T. A.; AMORIM, T. P. Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, M. S. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, M. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In.: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, M. S. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, A. M. D. **Lazer na ocupação: um estudo da sociabilidade de integrantes de uma associação de moradores na periferia de Belém em 1997**. Belém: UFPA, 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D'INCAO, M. A. A casa, a família e modos de vida. São Paulo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 34, p. 65-83, 1992a.

D'INCAO, M. A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. São Paulo: **Revista Tempo Social**, n. 1, p. 95-109, 1992b.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

_____. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRÚGOLI JR, H. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2012.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LAVOS, A. P. A. **Sociabilidade em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes**. São Paulo: USP, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, R. M.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. H. Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1531-1554, nov./dez. 2015.

LUZ, D. L. U.; MERCÊS, S. S. S. Provisão de habitação popular na Região Metropolitana de Belém no período 2000-2012: características do produto e da população atendida. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23., 2012, Belém. **Resumos**. Belém: UFPA, 2012.

LUZ, D. L. U.; MERCÊS, S. S. S. Provisão de habitação popular nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba: características do produto e da população atendida. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., 2013, Belém. **Resumos**. Belém: UFPA, 2013.

_____. Provisão de habitação popular e segregação na Região Metropolitana de Belém. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 25., 2014, Belém. **Resumos**. Belém: UFPA, 2014.

KLINTOWITZ, D. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista? **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 165-190, abr. 2016.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**. Trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARTINS, A. S. **Burguesia e a nova sociabilidade**: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Niterói: UFF, 2007.

MERCÊS, S. Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: localização dos empreendimentos e seus determinantes. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MERCÊS, S. S. S.; LUZ, D. L. U.; MERCÊS, J. A. S.; SANTOS, L. V. Políticas de Habitação Popular: integração na cidade e impactos socioeconômicos na percepção dos beneficiários. **Papers do NAEA**, Belém, n° 323, p. 3-32, dez. 2013.

MOURA, J. M. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Urbe: Revista Brasileira de Geografia Urbana**, Brasília, DF, v. 6, n. 3, p. 339-359, set./dez. 2014.

PEQUENO, R.; FREITAS, C. Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza: primeiros resultados. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROLNIK, R. ET. AL. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio, 2015.

RUFINO, M. B. C. Transformação na periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 217-236, abr. 2016.

SANTOS JR, L. L. **Sociabilidade e identidades confinadas em condomínios da Barra da Tijuca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-4017, nov. 2015.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

SOUZA, M. L. **Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L.; SILVANA, M. P. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de baixada saneada-Belém (PA)**. 1993. 259 f. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1993.

WACQUANT, L. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

_____. O que é um gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**: Curitiba, n. 23, p. 155-164, 2004.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, M. S. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.